



Prefeitura de Jundiaí



Imprensa Oficial

do Município de Jundiaí

23 DE DEZEMBRO DE 2016

EDIÇÃO 4232

PODER EXECUTIVO

PODER EXECUTIVO

Fumas.....	3 a 6
Secretaria de Serviços Públicos	6 a 8
Faculdade de Medicina.....	8
Secretaria de Finanças.....	8
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.....	9
Dae.....	9
Cijun.....	9
Guarda Municipal.....	9
Leis.....	9 e 10
Secretaria de Administração e Gestão	11 e 12

Portarias	13
Gabinete do Prefeito	13
Decretos	14 a 26

INEDITORIAL

Ineditorial	27
-------------------	----

PODER LEGISLATIVO

Poder Legislativo.....	27 a 35
------------------------	---------



Pedro Bigardi
Prefeito

Durval Orlato
Vice-Prefeito

SECRETARIAS

Administração e Gestão

Denis André José Crupe
Secretário
Tel.: 4589 - 8624

Alessandra Rodrigues
Secretária adjunto
Tel.: 4589 - 8622

Agricultura e Abastecimento

Marcos César Brunholi
Secretária
Tel.: 4589 - 8577 / 8578

Assistência e Desenvolvimento Social

Giany Aparecida Pova
Secretária
Tel.: 4522 - 0333

CIJUN

Gilberto Marcus Paulieli de Novaes
Diretor-Presidente
Tel.: 4589 - 8824

Comunicação Social

André Barros
Secretário
Tel.: 4589 - 8402

Cultura

Jean Marcel Caum Camoleze
Secretário
Tel.: 4521 - 6922

DAE S/A

Jamil Yatim
Diretor-Presidente
Tel.: 4589 - 1300

Desenvolvimento Econômico

Marcelo Cereser
Secretário
Tel.: 4589 - 8545

Educação

José Renato Polli
Secretário
Tel.: 4588 - 5338

Escola de Governo e Gestão

Marcelo Felicio Lo Monaco
Diretor-Presidente
Tel.: 4583 - 1177

Esportes e Lazer

João Guilherme Brocchi Mafia
Secretário
Tel.: 4589 - 8916

Finanças

Celso Luiz Colletti
Secretário
Tel.: 4589 - 8676

Fumas

Waldemar Foelkel
Superintendente
Tel.: 4583 - 1722

Fundo Social de Solidariedade

Margarete Bigardi
Presidente
Tel.: 4522 - 7860

Gestão de Pessoas

Mary Fornari Marinho
Secretária
Tel.: 4589 - 8736 / 8737

Guarda Municipal

José Roberto Ferraz
Comandante
Tel.: 4492-9090

IPREJUN

Eudis Urbano dos Santos
Presidente
Tel.: 4589 - 8754

Negócios Jurídicos

Adilson Messias
Secretário
Tel.: 4589 - 8500

Obras

Rose Regina Novaes Mingotti
Secretária
Tel.: 4589 - 8466

Planejamento e Meio Ambiente

Daniela da Camara
Secretária
Tel.: 4589 - 8556

Relações Institucionais

Liraucio Tarini Junior
Secretário
Tel.: 4589 - 8434

Saúde

Luís Carlos Casarin
Secretário
Tel.: 4589 - 8795 / 8796

Serviços Públicos

Lucas Aparecido Rodrigues
Secretário
Tel.: 4589- 8522 / 8525

Transportes

Wilson Folgozi de Brito
Secretário
Tel.: 4589 - 8765

TV Educativa

Thiago Godinho
Superintendente
Tel.: 4587-5151

Expediente

Imprensa Oficial
do Município de Jundiaí

Secretário Responsável

André Barros

**Diretor de Comunicação
e Jornalista Responsável**

Anelso Paixão - MTB 22.148

Diretor Administrativo

Gleyson Fonseca

Contato: Paço Municipal

Av. da Liberdade, s/nº - Jardim Botânico
CEP 13214-900 | Tel.: (11) 4589 8449 / 8446

FUMAS

EDITAL Nº 235, de 19 de DEZEMBRO de 2016.

WALDEMAR ANTONIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta nos processos administrativos nº 532/2008, nº 579/2012 e 2.477-4/2015 e no Edital nº. 488, de 17 de dezembro de 2015.

FAZ SABER, conforme previsto no Edital nº. 488, de 17 de dezembro de 2015, a **RELAÇÃO FINAL DOS BENEFICIADOS CONTEMPLADOS** com as respectivas unidades habitacionais para o empreendimento denominado “**CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TOPÁZIO**”, localizado na Avenida 2 esquina com a Avenida 3, Loteamento Santa Giovana, Jundiaí - SP, de propriedade de SPE – 7 SANTA ÂNGELA LOTEAMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, a seguir:

INSC	CLASS	GRUPO	CPF	TITULAR	TORRE	APTO
26277	702	Sup geral	34835241851	Albertino Jose Da Silva Souza	A	121
24875	381	Sup geral	36988584870	Alessandro Pires Machado	A	126
23314	72	Ben geral	42646590865	Allan De Freitas	A	124
21567	42	Ben geral	26957662896	Ana Claudia Berro	A	82
22900	944	Sup geral	35291376856	Andrea Silva Martins Ferreira	A	55
24943	734	Sup geral	33450139835	Andreia Luchim Rodrigues	A	43
20851	405	Sup geral	21898789851	Andreia Oliveira Dos Santos	A	62
27164	40	Ben geral	40524724890	Andrey Testa Cavallini	A	134
15797	1184	Sup geral	539022543	Andreza Kauffmann Rodrigues	A	45
24942	553	Sup geral	39113642880	Antonio Marcos Ferreira Guedes	A	95
25309	394	Sup geral	1714346501	Antonio Marcos Pereira Dos Santos	A	71
23029	564	Sup geral	36883548858	Bernard Cesar Da Silva	A	24
22243	1182	Sup geral	36993124882	Bianca Villas Boas Borges	A	115
24996	1280	Sup geral	37382664880	Caio Guilherme Rinco	A	26
21311	847	Sup geral	40603602878	Camila Ramos Pereira	A	74
20868	1118	Sup geral	39365527899	Camila Santos Jacinto	A	111
26599	13	Ben Deficiente	22111098884	Carla Priscila Araujo Da Silva Leao	A	146
26806	87	Ben geral	38709784810	Carlos Vinicius De Sousa	A	56
21233	65	Ben geral	2497762864	Celso Fernando Pires Dos Santos	A	31
20678	1027	Sup geral	5125708925	Claudinei Ferreira De Lima	A	51
26701	399	Sup geral	10256676800	Cleonice Moura Da Silva Reis	A	104
24829	648	Sup geral	34342382506	Cleuza Maria Henrique	A	142
21327	762	Sup geral	29826814806	Cristina Da Silva	A	11
23739	621	Sup geral	17581789810	Daniela Moreira	A	144
27131	753	Sup geral	38979367805	Danieli Ribas Lucio	A	122
20767	953	Sup geral	32453521829	Danilo Oliveira Gama	A	86
27738	23	Ben geral	36184548808	Davison Ferreira De Queiros	A	46
26776	855	Sup geral	37615301882	Debora Dos Santos Carmo	A	81
25127	1065	Sup geral	83499954915	Dirce Santana Kiihl De As	A	156
24742	1085	Sup geral	37068810802	Douglas Jeronimo Da Silva	A	136
20788	323	Sup deficiente	41013550889	Ed Carlos Pereira De Siqueira	A	83
24768	575	Sup geral	22573928849	Eder Aparecido Padovani	A	91
26750	548	Sup geral	649818350	Edinalva Brito Da Silva	A	36
26184	695	Sup geral	10248094807	Edinalva Libania Freire	A	15
25981	80	Ben geral	60126310491	Edna Maria Da Silva Almeida	A	106
25272	763	Sup geral	21838233806	Elaine Cristina Marques	A	101
24285	429	Sup geral	88150917420	Elenilde Helena De Oliveira	A	13
26122	551	Sup geral	81871473420	Elizabeth Gomes Da Silva	A	23
21407	60	Ben geral	40010646850	Elvis Moraes De Paiva	A	66
22871	62	Ben geral	22973190886	Enrico Frigeri	A	154
25594	467	Sup geral	29943295813	Evertton Regis Leal Ayala	A	143
27336	395	Sup geral	33870197854	Fabio Martins	A	113
23644	1604	Sup geral	40133784851	Gesiele Aparecida Machado Gandra	A	155
26632	77	Ben geral	36735059808	Givaldo Roberto Schiavo	A	76
26607	1294	Sup geral	2613511842	Irineia Augusta De Lima	A	94
27707	632	Sup geral	22407908813	Iris Cristina Goncalves	A	35
20859	20	Ben geral	32431380866	Jacqueline De Souza Silveira Paes	A	151
23483	443	Sup geral	666638578	Janice Lopes Silvestre	A	116
26222	881	Sup geral	29538223802	Jeferson Rogerio Onofre	A	84
23717	416	Sup geral	36899610841	Jefferson Silva Ortega	A	22
25902	698	Sup geral	37732140818	Jessica Aline De Oliveira	A	102
26278	354	Sup geral	2437419870	Jose Carlos Alves	A	125
25758	155	Sup geral	96823640863	Jose Espedito Pelegrino	A	3
25503	301	Sup deficiente	30673394875	Juliana Coelho Silva Ribeiro	A	52
20665	629	Sup geral	33705898850	Karen Roberta Dini	A	21
24088	491	Sup geral	35518598840	Katrina Paula Toseli Passarella	A	54
22367	1076	Sup geral	1299512186	Laidson Moreira Novaes	A	25
26040	835	Sup geral	37123167805	Leticia Lemos Berto	A	53
20871	16	Ben geral	33003749870	Luana Silveira Franco	A	33
25894	369	Sup geral	38126784890	Lucas Henrique Da Silva	A	4
21555	1246	Sup geral	17886674847	Luciano Mendes Chichera	A	145
24211	482	Sup geral	7878596808	Lurdes Aparecida Conceição	A	132
23891	81	Ben geral	27943845897	Marcos Antonio Do Prado	A	153
26257	909	Sup geral	43914254831	Mateus Canhoto	A	131
24827	1276	Sup geral	40302567836	Nayara Ferreira Dos Santos	A	63
22141	1022	Sup geral	29117358892	Neiva Aparcida Fantatho De Souza	A	41
20667	910	Sup geral	39083878848	Pamela Santos De Oliveria	A	141
25415	27	Ben geral	36719476831	Paulo Sergio Barboza	A	135
21701	365	Sup geral	42336773848	Raquel Mayara Milhomem Alvares	A	93
26401	887	Sup geral	10248459821	Renata Vicente	A	85
23081	393	Sup geral	34830422882	Ricardo Augusto De Oliveira	A	32
22844	51	Ben geral	31352463881	Rogério Antunes De Souza	A	64
21558	533	Sup geral	20168670860	Roseli Rodrigues Marques	A	34
21989	595	Sup geral	21592983871	Rubens Leandro Torisselli Fonseca	A	92
21178	834	Sup geral	26130497822	Sandro Alves Dos Santos	A	152
23970	470	Sup geral	12078205800	Silvia Helena Donizete De Lima	A	133
25560	649	Sup geral	29415568852	Sueli Alves De Carvalho	A	105
24141	979	Sup geral	31434259897	Tabata Isis Chiesa Da Silva	A	72
23821	841	Sup geral	21833359801	Tatiana Aparecida Martins	A	103
24912	1423	Sup geral	34907313870	Tatiane Aparecida Cunha	A	44

22618	971	Sup geral	34062881830	Thais Fernandes Lodocivi	A	114
27653	45	Ben geral	7368723611	Thiago De Souza Macena	A	96
22001	314	Sup deficiente	37004172848	Thiago Felipe Martins	A	42
20712	957	Sup geral	14230957823	Valdir Aparecido Barbieiro	A	123
25525	449	Sup geral	13736453850	Valeria Aparecida Dos Santos	A	73
21247	651	Sup geral	22612721894	Vanessa Cristina Da Silva	A	75
23802	211	Sup idoso	2986106803	Virgelina Pinto	A	16

Para que não se alegue ignorância, fazem baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

FUMAS - Fundação Municipal de Ação Social
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

EDITAL Nº 236, de 19 de DEZEMBRO de 2016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da FUMAS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta nos processos administrativos nº 532/2008, nº 579/2012, nº 581-5/2015 e no Edital nº 55, de 10 de fevereiro de 2015.

FAZ SABER, conforme previsto no Edital nº 55, de 10 de fevereiro de 2015, a **RELAÇÃO FINAL DOS BENEFICIADOS CONTEMPLADOS** com as respectivas unidades habitacionais para o empreendimento denominado “**CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ÁGATA**”, localizado na Rua 28 esquina com a Avenida 3 - Loteamento Santa Giovana, Jundiaí - SP, de propriedade de SPE – 7 SANTA ÂNGELA LOTEAMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, a seguir:

INSC	CLASS	GRUPO	CPF	TITULAR	TORRE	APTO
7400	66	Sup geral	25447371821	Alessandro De Barros	B	26
1985	58	Ben geral	29731858822	Aline Bizuti De Camargo Marques	B	85
2096	49	Ben geral	14996503882	Ana Lucia Xavier Pereira	A	64
1032	63	Ben geral	30169489825	Andréia Cristiane De Sá	A	93
4424	56	Ben geral	29044882864	Andresa Marti	A	82
1205	346	Sup geral	42023810841	Andreza Gomes De Araujo	A	42
5483	120	Sup geral	25530347843	Aroldo Santos De Toledo	B	2
7743	172	Sup geral	36372257866	Camila Sales Babo	B	15
4238	327	Sup geral	38303632817	Caroline Alves Daniel	B	45
186	103	Ben geral	14986009800	Cristiane Aparecida Rodrigues	B	84
1028	304	Sup geral	10807864650	Denicio Cordeiro Dos Santos	A	45
808	216	Sup geral	41055082883	Eduardo De Oliveira	B	61
4461	107	Ben geral	34945344892	Endira Gandhy Da Silva	B	41
309	95	Ben geral	35339754871	Fabiola Valeria De Souza	B	73
5833	171	Sup geral	30646423835	Fernanda Gonçalves Cirino Alcantara	A	66
3930	50	Sup geral	38643953806	Gabriela Aparecida Nappi Paneque	A	13
6317	177	Sup geral	35759764810	Gisele Morais	B	62
2231	8	Ben geral	31477505822	Gisnele Oliveira	A	91
343	114	Ben geral	37386983883	Guilherme Martins	B	4
48	26	Sup geral	33525387865	Hugo Alves Tirabosqui	B	24
5626	39	Ben geral	40063654890	Ingrid De Cássia Quirino Da Rocha	B	54
6950	57	Ben geral	33217059824	Jefferson Roberto Dos Santos	A	54
7185	54	Sup geral	32478824809	Jefferson Rosa Brito	A	22
191	65	Sup geral	34203618827	Jefferson Simionato	A	51
1549	333	Sup geral	34565583844	Jorge Ferreira Lima Junior	A	12
5435	30	Ben geral	21639074813	Katia Ferrarezi Lobo	B	33
285	94	Ben geral	44897778840	Kimberly Adrielle Freitas Da Silva	B	92
4572	3	Ben geral	39928580812	Leandro Monteiro Fernandes.	B	104
2922	19	Sup geral	29699865822	Letícia Cordeiro Da Silva	B	3
4771	16	Sup geral	37567625806	Luana Aparecida Pereira Lopes	B	14
5959	232	Sup geral	35711174843	Lucas Raphael De Oliveira	A	52
1522	307	Sup geral	11722968630	Lucas Souza Oliveira	A	45
3585	73	Sup geral	30412022800	Lucidalva Pereira Reis Dias	A	2
3565	53	Ben geral	10266166890	Márcio Tinoco	B	71
3686	151	Sup geral	21043293884	Marco Antonio Conde	B	16
4808	29	Ben geral	72055987100	Mariulda De Souza Ursino Guimarães	A	74
14	237	Sup geral	23525971885	Matheus Rivaldaner Maia Guimaraes	A	81
3819	34	Sup geral	41433164809	Michele Bueno Costa	B	76
972	51	Ben geral	29975179827	Michele Silva Almeida	A	35
461	38	Ben geral	41499636814	Nathalia Pereira Liba	A	75
3704	268	Sup geral	35714009843	Odair Folgosi Filho	A	43
6589	110	Ben geral	77540298804	Orlando Augusto Filho	B	103
651	6	Sup geral	42572769832	Paloma Lima De Jesus	A	85
607	334	Sup geral	22757077864	Patricia Daniele Torres	A	63
2730	42	Ben geral	35488504800	Rafael Cristiano Da Silva	B	74
6069	94	Sup geral	36709694895	Rafaela Aparecida Gobbi	A	72
6863	31	Ben geral	27627787866	Raquel Aparecida Foffa Felipe	B	56
4075	111	Ben geral	21906805814	Raquel Cristina Beisigel	A	94
6074	73	Ben geral	40215715829	Renan Dias	B	34
4887	306	Sup geral	33500527892	Renata A Amaral Encarnação	B	22
2830	75	Ben geral	34828368841	Rodrigo Augusto Martho	A	41
7439	10	Sup geral	10222288892	Shirlei Batista	A	15
5763	61	Ben geral	22371331821	Suelen Aparecida Martins	B	51
2388	5	Ben geral	206812833	Sueli De Genaro	A	21
409	5	Sup geral	21618101897	Tatiane Silva Neves	A	95
696	87	Ben geral	32199288897	Thais Carolina Jesus Rodrigues Da Silva	B	65
3247	98	Ben geral	22417438879	Tiago De Oliveira Ruela	B	21
3638	12	Ben geral	29037496806	Vanessa De Souza Carvalho	A	92
7143	24	Ben geral	32867757894	Vania Novaes Silva	A	65
376	133	Sup geral	38544942890	Viviane Aparecida Alamino Sales	A	23

FUMAS

Para que não se alegue ignorância, fazem baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

FUMAS - Fundação Municipal de Ação Social
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

EDITAL Nº 231, de 14 de DEZEMBRO de 2016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.440, de 13 de abril 2000, em face do Processo Administrativo nº 3.560-4/2016-1.

FAZ SABER que, expirado o prazo de que trata o artigo 25, § 1º, combinado com o artigo 49 do Decreto nº 2.135, de 21 de dezembro de 1971, fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste, para a remoção dos restos mortais (adultos e crianças) das sepulturas do Cemitério Nossa Senhora do Montenegro, abaixo relacionadas, sob pena de transferência dos mesmos para o ossuário geral ou encaminhados para cremação.

01/11/2013	44032	Maria do Livramento S. Santos	B10
02/11/2013	44034	Nair de Oliveira Cesar	C51
02/11/2013	44035	Maria Ferreira de Silva	A352
02/11/2013	44036	José Edson Pinto da Silva	D26
07/11/2013	44042	Zenita Greschuk da Silva	A364
07/11/2013	44044	Adair Pereira do Prado	D28
08/11/2013	44045	Valdomiro Castro Ramalho	D36
07/11/2013	44046	Adaildo Ferreira Gonzaga	D43
08/11/2013	44048	Maria Lucia de Oliveira	D49
09/11/2013	44056	Antônio Veiga Casanova	D96
10/11/2013	44059	Milton Antônio Caumo	C62
11/11/2013	44061	Manoel Martins	D101
10/11/2013	44062	Nair Pereira Basseti	D102
11/11/2013	44064	Fátima Ap. Jesus Frugoli	A113
13/11/2013	44070	Mario Costa Campos	D117
13/11/2013	44071	Carlos José de Barros	D330
13/11/2013	44072	Antônio Grosseli	D384
15/11/2013	44076	Waldemar Nicolau Silva	D425
15/11/2013	44077	Carlos Aurélio Coradi	D439
17/11/2013	44083	Maria Zenilda Oliveira	D441
17/11/2013	44084	Agripino Alves de Oliveira	C146
19/11/2013	44091	José Antônio da Silva	C65
20/11/2013	44093	Lasaro Martins Theodoro	C82
21/11/2013	44094	Josefa Maria Gomes	C110
25/11/2013	44101	Dezanir Ribeiro Costa	C143
29/11/2013	44108	Valdir Cardoso do Nascimento	D191
30/11/2013	44110	João Vitor Barbosa Lima	C166
CRIANÇAS:			
DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
07/11/2014	45255	Daniel Vieira	E355
11/11/2014	45267	Guilherme Augusto Ferreira Silva	E356
22/11/2014	45299	Vinicius Arcanjo Barbosa	E358
26/11/2014	45315	NM de Maria de Lourdes Ferreira	E359
29/11/2014	45334	NM de Thayene L. Oliveira Gasquer	E357

Para que não se alegue ignorância faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS
WALDEMAR ANTONIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

EDITAL Nº 233, de 14 de DEZEMBRO de 2016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.440, de 13 de abril 2000, em face do Processo Administrativo nº 3.562-0/2016.

FAZ SABER que, expirado o prazo de que trata o artigo 25, § 1º, combinado com o artigo 49 do Decreto nº 2.135, de 21 de dezembro de 1971, fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste, para a remoção dos restos mortais (adultos e crianças) das sepulturas do Cemitério Nossa Senhora do Montenegro, abaixo relacionadas, sob pena de transferência dos mesmos para o ossuário geral ou encaminhados para cremação.

DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
02/09/13	43814	Maria Luiza Modesto Candido	B21
03/09/13	43817	Maria Odete dos Reis Leal	B23
03/09/13	43819	Gerson Zangirolí	B106
04/09/13	43820	Antonino Moreira	B117
06/09/13	43826	Samira Sahyao Saygt	B154
06/09/13	43827	Hylario Perez	B167
08/09/13	43833	Domingos Pedro	B249
12/09/13	43847	Samuel Jefferson de Jesus Araújo	A08
14/09/13	43848	Naziozeno Messias Ramos	A344
14/09/13	43852	Olympio Torricelli	B79
15/09/13	43853	Martinho Colhado	B133
17/09/13	43860	Maria Ferreira da Silva	B134
18/09/13	43864	Julio Afonso	B173
18/09/13	43865	Joel Vital	B182
19/09/13	43869	Cristiano Lopes de Souza	B206
23/09/13	43887	Geraldo Mendes	B218
23/09/13	43890	Luiz Nonato Vieira	B227
25/09/13	43893	Jurandir Amaro da Silva	A336
26/09/13	43894	Wesley Henrique Machado	B228
26/09/13	43900	Roseli Josefa da Silva	B237
28/19/13	43906	Américo Alves Ferreira	B271
30/09/13	43913	Divanil Alves de Melo	B274
30/09/13	43915	Dulcineia de Oliveira Lima	D150
30/09/13	43916	Sueli Jorge Caetano	C45
30/09/13	43917	Benedita Payão Tuffic	C30
CRIANÇAS:			
DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
05/09/14	45034	Heloisa Helana de Souza	E347
06/09/14	45042	NM de Jessica Gildo Pereira	E348

RELAÇÃO DE CORPOS SEPULTADOS			
DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
01/10/2013	43921	Maria Messias das Neves	D285
01/10/2013	43923	Adilson José da Silva	A11
02/10/2013	43925	Ruth da Silva Moura	A23
02/10/2013	43927	Maria Sandra Gomes De Souza	A41
03/10/2013	43929	Desconhecido	A53
03/10/2013	43931	Vicente Rodrigues Vieira	A63
07/10/2013	43944	Maria Aparecida de Moraes	A64
07/10/2013	43945	Marciano do Amaral Silva	A68
07/10/2013	43948	Aurélio Antônio dos Santos	A76
09/10/2013	43953	Raimundo Patrocínio Alves	A100
09/10/2013	43954	Miguel Arcanjo Moreno	A106
11/10/2013	43963	Rogério dos Santos	A126
13/10/2013	43964	Maria Carmosita Pereira Galdino	A43
13/10/2013	43965	Ana dos Reis Martins	B34
15/10/2013	43976	Valter Aparecido Prado Paulista	A286
16/10/2013	43977	José Evaldo Teixeira	B65
16/10/2013	43978	Alcides Luiz da Silva	B73
16/10/2013	43981	Jorge da Rocha Pinto	B83
17/10/2013	43983	Valelio Ferreira do Nascimento	B82
18/10/2013	43986	José Carlos de Jesus	B85
18/10/2013	43989	José Francisco Bonfim	B98
19/10/2013	43990	Bonfim Baptista da Silva	B105
20/10/2013	43993	Maria de Lurdes Martins Campanhã	B141
21/10/2013	43995	Zelina Maria da Luz Spina	B190
21/10/2013	43996	Onofre Benedito de Souza	B180
21/10/2013	43998	Eremita Rodrigues dos Santos	B191
21/10/2013	44000	Maria José Rocha	B199
25/10/2013	44005	Maria Chaves da Cruz	B238
25/10/2013	44008	Martin Rupp Filho	B245
26/10/2013	44009	José Aparecido	C11
26/10/2013	44010	Argemiro Bernardino Silva	C12
27/10/2013	44013	Vanilde Pellegrini	C16
27/10/2013	44015	Renato Bassi	E20
28/10/2013	44017	Julinda Maria dos Santos	C17
30/10/2013	44024	Orazilia Lopes	C56
31/10/2013	44030	Desconhecido	A331
CRIANÇAS:			
DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
18/10/2014	45190	Carolina Amon da Luz	E353
31/10/2014	45235	NM de Milena Maria de Souza	E354
09/10/2014	45148	Yago Raphael Jacinto dos Santos	E352

Para que não se alegue ignorância faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS
WALDEMAR ANTONIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

EDITAL Nº 232, de 14 de DEZEMBRO de 2016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.440, de 13 de abril 2000, em face do Processo Administrativo nº 3.561-2/2016-1.

FAZ SABER que, expirado o prazo de que trata o artigo 25, § 1º, combinado com o artigo 49 do Decreto nº 2.135, de 21 de dezembro de 1971, fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste, para a remoção dos restos mortais (adultos e crianças) das sepulturas do Cemitério Nossa Senhora do Montenegro, abaixo relacionadas, sob pena de transferência dos mesmos para o ossuário geral ou encaminhados para cremação.

RELAÇÃO DE CORPOS SEPULTADOS			
DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO

FUMAS

14/09/14	45064	Leticia Mascaranhas da Silva	E349
23/09/14	45096	Gabriel da Costa Silva	E350
25/09/14	45103	NM de Barbara Helena Miranda	E351

Para que não se alegue ignorância faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

EDITAL Nº 234, de 14 de DEZEMBRO de 2016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.440, de 13 de abril 2000, em face do Processo Administrativo nº 3.563-8/2016.

FAZ SABER que, expirado o prazo de que trata o artigo 25, § 1º, combinado com o artigo 49 do Decreto nº 2.135, de 21 de dezembro de 1971, fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste, para a remoção dos restos mortais (adultos e crianças) das sepulturas do Cemitério Nossa Senhora do Montenegro, abaixo relacionadas, sob pena de transferência dos mesmos para o ossuário geral ou encaminhados para cremação.

DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
02/08/13	43705	Maria Borges	C314
02/08/13	43706	Mariana Aparecida Soares	A301
02/08/13	43708	Benedito Vicente da Silva	C315
03/08/13	43710	Milton Fernandes de Souza	C316
03/08/13	43712	Maria Izilda de Santana	C318
03/08/13	43713	Edgar Fernandes Garcia	C319
04/08/13	43715	Osvaldo Candido de Oliveira	C320
04/08/13	43716	Cleusa dos Santos de Souza	C24
05/08/13	43719	Cecilia Carvalho	C48
06/08/13	43722	Lazaro Rodrigues Rubin	C49
07/08/13	43727	José Teixeira Filho	A234
08/08/13	43729	João Onofre Batista	A239
09/08/13	43731	Vandas Helena Damas	A241
09/08/13	43732	Celso Pasquarelli	A242
10/08/13	43734	Guiomar Victorino	A243
10/08/13	43735	Aparecida Bento Ferreira Rodrigues	A244
11/08/13	43740	Maria Aparecida Simoes Queiroz	A246
12/08/13	43742	Vitor Marques de Paulo	A274
13/08/13	43746	Maria Salette de Meneses	C322
15/08/13	43752	José Candido Soares	A170
15/08/13	43753	Claudinei Santana	A249
16/08/13	43756	Ana Maria Silva	A250
17/08/13	43762	Marcelina Trindade de Sousa Pina	A251
18/08/13	43764	Luzia Oliveira	A252
18/08/13	43765	Vera Lucia Teles Biguetto	A255
19/08/13	43767	Samuel Cristiano de Souza	A256
19/08/13	43769	José dos Santos	A257
20/08/13	43770	Cecilia Maria dos Reis Oliveira	A259
21/08/13	43774	Antonio Carneiro de Medeiros	A332
21/08/13	43777	Ana Hasenfratz Valli	A362
22/08/13	43780	Luciene Pussa da Silva	C15
23/08/13	43783	Wesley Benedito	C156
24/08/13	43785	João Vicente Melo	C159
25/08/13	43786	Porcina Sudaria da Silva	A263
25/08/13	43788	Atomil Francisco Simão	A264
26/08/13	43791	Ataide de Sousa Ribeiro	A267
26/08/13	43795	João Custodio Junior	A269
27/08/13	43796	Maria do Rosario Freitas	A333
28/08/13	43797	Nair Garcia de Souza	A254
28/08/13	43798	Mauricio Jose Nascimento	A273
28/08/13	43799	Marcia Spinelli	A277
30/08/13	43802	Ramos Vicente Ferreira	A274
30/08/13	43806	Benedito Salvador da Mota	A66
31/08/13	43807	Eurides Americo Bezerra	C225
31/08/13	43809	Angelo Amaral	C266

CRIANÇAS:

DATA	PLACA	NOME	COLUMBÁRIO
08/08/14	44934	Vinicius Raphael Silva Bernabe	E341
11/08/14	44952	NM de Barbara Peranovick	E342
17/08/14	44975	Gabriel Ribeiro Baungarte	E343
26/08/14	44994	Ana Beatriz de Castro Sgarbi	E344
27/08/14	45000	Sofia Krawtschenko Freitas	E345
26/08/14	45001	Alice Krawtschenko Freitas	E346

Para que não se alegue ignorância faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

CONVITE Nº 07/16 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR ISOLAMENTO TÉRMICO EM QUATRO CONTAINERS – JARDIM SÃO CAMILO E JARDIM TAMOIO.

PROCESSO Nº 03.434-2/16

Informamos que a referida Licitação foi “**DESERTA**”, conforme artigo 24 Inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

Marcos Valentim Reynaldo
Presidente da Comissão de Habilitação,
Julgamento e Licitação

ATO NORMATIVO Nº 112, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta do Processo Administrativo FUMAS nº 770-0/1999-6
Considerando que nos termos da legislação municipal, Lei nº 6.950, de 12 de Novembro de 2007 e Decreto nº 20.982, de 20 de Novembro de 2007, compete a FUMAS desenvolver e implantar o Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, inclusive com sua manutenção;
Considerando que através do Ato Normativo nº 001, de 06 de dezembro de 2007, a Secretaria Municipal de Integração Social - SEMIS e a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS outorgaram a permissão de uso dos imóveis localizados na Rua Daniel da Silva, nº 158, casa 15, do Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, do Empreendimento Antonieta Cintra Gordinho – Fazenda Grande, aos munícipes sorteados;
Considerando que a permissão de uso do imóvel residencial nº 15, da Rua Daniel da Silva, nº 158 foi outorgado à Sra. JOAQUINA DOS SANTOS DE JESUS e ao Sr. JOAQUIM DO PRADO JESUS;
Considerando constar nos processos FUMAS nº 2.026-7/2016-1 e nº 1.157-3/2015-1, a DESISTÊNCIA da permissionária, Sra. JOAQUINA DOS SANTOS DE JESUS quanto à ocupação do imóvel e o falecimento do Sr. JOAQUIM DO PRADO JESUS;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica RESCINDIDO, com fundamento em sua Cláusula Oitava, o Termo de Permissão de Uso outorgado à Sra. JOAQUINA DOS SANTOS DE JESUS.

Artigo 2º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30/06/2016, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

ATO NORMATIVO Nº 113, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta do Processo Administrativo FUMAS nº 770-0/1999-7;
Considerando que nos termos da legislação municipal, Lei nº 6.950, de 12 de Novembro de 2007 e Decreto nº 20.982, de 20 de Novembro de 2007, compete a FUMAS desenvolver e implantar o Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, inclusive com sua manutenção;
Considerando que por meio do Ato Normativo nº 001, de 06 de dezembro de 2007, a Secretaria Municipal de Integração Social - SEMIS e a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS outorgaram a permissão de uso dos imóveis localizados na Rua Daniel da Silva, 158, casa 07, do Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, do Empreendimento Antonieta Cintra Gordinho – Fazenda Grande, aos munícipes sorteados;
Considerando que a permissão de uso do imóvel residencial nº 07, da Rua Daniel da Silva, nº 158 foi outorgado à Sra. MARIA FRANCO e ao Sr. JOSÉ DOS PASSOS;
Considerando constar no processo FUMAS sob nº 770-0/1999-5, a DESISTÊNCIA EXPRESSA da permissionária, Sra. MARIA FRANCO quanto à ocupação do imóvel, por meio da responsável legal, Sra. IVONETE BARBOSA, e o falecimento do Sr. JOSE DOS PASSOS;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica RESCINDIDO, com fundamento em sua Cláusula Oitava, o Termo de Permissão de Uso outorgado a Sra. MARIA FRANCO.

Artigo 2º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
Superintendente

ATO NORMATIVO Nº 114, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta do Processo Administrativo FUMAS nº 770-0/1999-7;
Considerando que nos termos da legislação municipal, Lei nº 6.950, de 12 de Novembro de 2007 e Decreto nº 20.982, de 20 de Novembro de 2007, compete a FUMAS desenvolver e implantar o Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, inclusive com sua manutenção;
Considerando que através do Ato Normativo nº 001, de 06 de dezembro de 2007, a Secretaria Municipal de Integração Social - SEMIS e a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS outorgaram a permissão de uso dos imóveis localizados na Rua Daniel da Silva, 158, casa nº 10, do Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, do Empreendimento Antonieta Cintra Gordinho – Fazenda Grande, aos munícipes sorteados;
Considerando que a permissão de uso do imóvel residencial nº 10, da Rua Daniel da Silva, nº 158 foi outorgado à Sra. JACINTHA DE PAULA GHIRALDELO e ao Sr. DURVAL GHIRALDELO;

Considerando constar no processo FUMAS sob nº 770-0/1999-6, a DESISTÊNCIA EXPRESSA da permissionária, Sra. JACINTHA DE PAULA GHIRALDELO quanto à ocupação do imóvel, por meio da responsável legal, Sra. MORGANA APARECIDA GHIRALDELO, e o falecimento do Sr. DURVAL GHIRALDELO;

RESOLVE:

FUMAS

Artigo 1º - Fica RESCINDIDO, com fundamento em sua Cláusula Oitava, o Termo de Permissão de Uso outorgado a Sra. JACHINTA DE PAULA GHIRALDELO;

Artigo 2º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
 Superintendente

ATO NORMATIVO Nº 115, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, Jundiá Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta do Processo Administrativo FUMAS nº 770-0/1999-7; Considerando que nos termos da legislação municipal, Lei nº 6.950, de 12 de Novembro de 2007 e Decreto nº 20.982, de 20 de Novembro de 2007, compete a FUMAS desenvolver e implantar o Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, inclusive com sua manutenção;

Considerando que através do Ato Normativo nº 001, de 06 de dezembro de 2007, a Secretaria Municipal de Integração Social - SEMIS e a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS outorgaram a permissão de uso dos imóveis localizados na Rua Daniel da Silva, 158, Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, do Empreendimento Antonieta Cintra Gordinho – Fazenda Grande, aos munícipes sorteados;

Considerando que a permissão de uso do imóvel residencial nº 21, da Rua Daniel da Silva, nº 158 foi outorgado a Sra. ARACY SILVINA DA SILVA;

Considerando constar no processo FUMAS sob nº 770-0/1999-5, a DESISTÊNCIA EXPRESSA da permissionária, Sr.^a. ARACY SILVINA DA SILVA, quanto à ocupação do imóvel, por meio da responsável legal, Sra. FRANCISCA DE FÁTIMA DA SILVA MARQUES;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica RESCINDIDO, com fundamento em sua Cláusula Oitava, o Termo de Permissão de Uso outorgado a Sra. ARACY SILVINA DA SILVA.

Artigo 2º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Junho 2016, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
 Superintendente

ATO NORMATIVO Nº 116, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.016.

WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL, Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, Jundiá Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta do Processo Administrativo FUMAS nº 770-0/1999-7; Considerando que nos termos da legislação municipal, Lei nº 6.950, de 12 de Novembro de 2007 e Decreto nº 20.982, de 20 de Novembro de 2007, compete a FUMAS desenvolver e implantar o Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, inclusive com sua manutenção;

Considerando que através do Ato Normativo nº 001, de 06 de dezembro de 2007, a Secretaria Municipal de Integração Social - SEMIS e a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS outorgaram a permissão de uso dos imóveis localizados na Rua Daniel da Silva, 158, Condomínio Residencial Vila dos Idosos I, do Empreendimento Antonieta Cintra Gordinho – Fazenda Grande, aos munícipes sorteados;

Considerando que a permissão de uso do imóvel residencial nº 14, da Rua Daniel da Silva, nº 158 foi outorgado a Sra. ANTONIA SANTANA DE CAMARGO;

Considerando constar no processo FUMAS sob nº 770-0/1999-5, a DESISTÊNCIA EXPRESSA da permissionária, Sr.^a. ARACY SILVINA DA SILVA, quanto à ocupação do imóvel, por meio do responsável legal, Sr. MAURILIO DOMINGUES DE CAMARGO

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica RESCINDIDO, com fundamento em sua Cláusula Oitava, o Termo de Permissão de Uso outorgado a Sra. ANTONIA SANTANA DE CAMARGO.

Artigo 2º - Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Junho 2016, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
WALDEMAR ANTÔNIO ZORZI FOELKEL
 Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 190/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 31.4298/2016 foi deferido e a árvore à Rua João Leme do Prado, 131 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 191/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 21.2872/2016 foi deferido e a árvore à Rua Prof. Dario de Queiroz, 63 será removida.

FAZ SABER AINDA que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 192/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 18.6464/2016 foi deferido e a árvore à Rua Benedito Wenceslau Ferreira, 108 será removida.

FAZ SABER AINDA que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 193/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 21.7830/2016 foi deferido e a árvore à Rua Sebastião Zacharias, 60 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 194/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 29.9101/2016 foi deferido e a árvore à Rua João Copelli, 240 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 195/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 25.8602/2016 foi deferido e a árvore à Rua Antonio Latorre, 403 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 196/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 24.5591/2016 foi deferido e a árvore à Rua Austrália, 165 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
 Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 197/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 31.6483/2016 foi deferido e a árvore à Rua Thereza Christina Togni Rezzaghi, 197 será removida.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 198/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 15.9347/2016 foi deferido e a árvore à Rua Paschoal Guzzo, 469 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 199/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 29.9242/2016 foi deferido e a árvore à Rua Waldemar Alves, S/N será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 200/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 31.4926/2016 foi deferido e a árvore à Rua Maria David Ganen, 444 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 201/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de

Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 34.1614/2016 foi deferido e a árvore à Avenida Antonio Frederico Ozanam, 4088 será removida.

FAZ SABER AINDA que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 202/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 34.1622/2016 foi deferido e a árvore à Rua José Maria Magalhães, 20 será removida.

FAZ SABER AINDA que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 203/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 26.7199/2016 foi deferido e a árvore à Rua Bom Jesus de Pirapora, 195 será removida.

FAZ SABER AINDA que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 204/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 31.7697/2016 foi deferido e a árvore à Avenida Dr. Olavo Guimarães, 319 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local serão plantados dois exemplares arbóreos e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 205/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 31.8653/2016 foi deferido e a árvore à Rua Várzea Paulista, 31 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local serão plantados dois exemplares arbóreos e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 206/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 27.1977/2016 foi deferido e a árvore à Rua Natal, 79 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local serão plantados três exemplares arbóreos e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 207/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 31.8232/2016 foi deferido e a árvore à Rua Mtro Francisco Farina, 325 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 208/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 29.3948/2016 foi deferido e a árvore à Rua Moreira Cesar, 318 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 209/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 28.8492/2016 foi deferido e a árvore à Rua Frei Caneca, 486 será removida.

FAZ SABER AINDA que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 210/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 30.120-4/2016 foi deferido e a árvore à Rua Jataí, 700 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 211/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 27.969-9/2016 foi deferido e a árvore à Rua Decio Geraldo Langenbach, 284 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 212/ 2016

LUCAS APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015 e após avaliação e justificativas técnicas o Processo 32.322-4/2016 foi deferido e a árvore à Profª Joceny Vilella Curado, 116 será removida.

FAZ SABER AINDA que no local será plantado outro exemplar arbóreo e que os serviços serão executados pela PMJ, lembrando que "plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública, por particulares constitui infração à lei 3.233/88 e é passível de multa".

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

LUCAS APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Públicos

FACULDADE DE MEDICINA

EDITAL FMJ- 022/2016 – HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO

O Prof. Dr. EDMIR AMÉRICO LOURENÇO, Diretor da Faculdade de Medicina de Jundiáí, autarquia municipal de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que consta do Edital FMJ- 022/2016, de 22/8/2016, de abertura do processo seletivo público constante do Processo FMJ- 235/2016;

1. TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO do resultado publicado na IOMJ em 09/11/2016, do processo seletivo público para contratação de Professor TEMPORÁRIO do Departamento de SAÚDE COLETIVA da Faculdade de Medicina de Jundiáí, realizado no dia 04/11/2016, de acordo com as normas estabelecidas e previamente divulgadas através do Edital acima citado.
2. Publique-se na Imprensa Oficial do Município de Jundiáí e afixe-se no local de costume desta Faculdade.

Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiáí, aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis (21/12/2016).-

Prof. Dr. Edmir Américo Lourenço
Diretor

EDITAL FMJ- 027/2016 – HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO

O Prof. Dr. EDMIR AMÉRICO LOURENÇO, Diretor da Faculdade de Medicina de Jundiáí, autarquia municipal de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que consta do Edital FMJ- 027/2016, de 26/10/2016, de abertura do processo seletivo público constante do Processo FMJ- 283/2016;

1. TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO do resultado publicado na IOMJ em 16/12/2016, do processo seletivo público para contratação de Professor TEMPORÁRIO da Disciplina de FISILOGIA, do Departamento de BIOLOGIA E FISILOGIA da Faculdade de Medicina de Jundiáí, realizado no dia 13/12/2016, de acordo com as normas estabelecidas e previamente divulgadas através do Edital acima citado.
2. Publique-se na Imprensa Oficial do Município de Jundiáí e afixe-se no local de costume desta Faculdade.

Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiáí, aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis (21/12/2016).-

Prof. Dr. Edmir Américo Lourenço
Diretor

Diretoria, 22 de dezembro de 2016.

Convite n.º 14/2016
Processo n.º 64/2016

ADJUDICO o presente Convite de Preços à Empresa vencedora, conforme parecer da Comissão de Licitações:

- JC NASSUR & NASSUR LTDA. EPP, vencedora do item 01, no total de 01 item no valor total de R\$ 72.150,69 (setenta e dois mil cento e cinquenta reais e sessenta e nove centavos).

Prof. Dr. Edmir Américo Lourenço
Diretor

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 36/2016, de 12 de dezembro de 2016. PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 ÓRGÃO: Faculdade de Medicina de Jundiáí OBJETO: Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para a Faculdade de Medicina de Jundiáí. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: o edital na íntegra, com todos os seus anexos, encontra-se disponível no "site" www.fmj.br ou poderá ser retirado na Faculdade de Medicina de Jundiáí, Departamento de Compras, de 2ª a 6ª feira (exceto feriados e pontos facultativos), das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:30 horas, até o dia 26 de dezembro de 2016, mediante o pagamento de R\$ 10,00 (dez reais). ENCERRAMENTO: 27 de

dezembro de 2016, às 09:00 horas ABERTURA: 09:30 horas do mesmo dia.

Prof. Dr. Edmir Américo Lourenço
Diretor

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

RETIFICAÇÃO - Edital Nº 36/2016, de 12/12/2016 - Pregão Presencial Nº 09/2016 - Processo Nº 66/2016. Objeto: Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, para a Faculdade de Medicina de Jundiáí, situada na Rua Francisco Telles, 250 – Vila Arens – Jundiáí – SP e na Unidade II da Faculdade de Medicina de Jundiáí, situado na Rua Lobo Resende, 100 – Vila São Bento – Jundiáí – SP FICAM CANCELADOS OS ITENS 01 E 03 DO LOTE 02 DO PREGÃO PRESENCIAL 09/2016:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO
01	04	Pç.	Ar condicionado cassete – 36.000 BTUs – Evap + Cond. – só frio 220V
03	06	Pç.	Ar condicionado piso-teto – 24.000 BTUs – Evap + Cond. – só frio 220V

As demais cláusulas e prazos permanecem inalteradas.

Prof. Dr. Edmir Américo Lourenço
Diretor

Diretoria, 26 de dezembro de 2016.

Convite n.º 15/2016
Processo n.º 65/2016

ADJUDICO o presente Convite de Preços à Empresa vencedora, conforme parecer da Comissão de Licitações:

- MCIENTÍFICA LTDA. EPP, vencedora dos itens 01, 04, 05, 06 e 07, no total de 05 itens no valor total de R\$ 10.383,27 (dez mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos).

- ANDRADE'S COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA LABORATÓRIO LTDA. EPP, vencedora dos itens 02 e 03, no total de 02 itens no valor total de R\$ 1.730,00 (um mil setecentos e trinta reais).

Prof. Dr. Edmir Américo Lourenço
Diretor

SECRETARIA DE FINANÇAS

Portaria
nº1 de 22 de dezembro de 2016

CELSO LUIZ COLETTI, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA os Srs. HERMES SINVAL PEDROSO, MÁRCIO CÉSAR SANTIAGO E EDNÉIA CRISTIANE MARQUES CAUSS, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão destinada a efetuar a Tomada de Caixa na Tesouraria, referente à posição de 31 de dezembro de 2016 de todos os valores em moeda corrente, cheques, títulos de qualquer espécie e outros que estejam sob sua guarda, emitindo respectivo termo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Aos vinte e um dias do mês de dezembro de 2016

CELSO LUIZ COLLETTI
Secretário Municipal de Finanças

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

NOTIFICAÇÃO Nº 258/2016

DANIELA DA CAMARA SUTTI, Secretária de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições:

FAZ SABER que os seguintes processos, que se encontram em prontos, aguardam manifestação do interessado sob pena de arquivamento dentro do prazo de 180 (trinta) dias:

Interessado – Processo

F.A. OLIVA & CIA LTDA 31.721-8/2016-1

23 de Dezembro de 2016

DANIELA DA CAMARA SUTTI

Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

NOTIFICAÇÃO Nº 259/2016

DANIELA DA CAMARA SUTTI, Secretária de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições:

FAZ SABER que os seguintes processos, que se encontram em comunique-se, aguardam manifestação do interessado sob pena de arquivamento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

Interessado – Processo

GUSTAVO BARDI CAPPELLI 19.313-7/2013-1
NIVOLONI PROJETOS E 35.534-3/2015-1
TERRAPLANAGEM LTDA
TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA 24.074-1/2016-1
TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA 24.072-5/2016-1
TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA 24.071-7/2016-1
TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA 24.069-1/2016-1
TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA 24.068-3/2016-1

23 de Dezembro de 2016

DANIELA DA CAMARA SUTTI

Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

DAE

Extrato de Contrato
Pregão Presencial nº 0029/2016

Contratante: DAE S/A – ÁGUA E ESGOTO
Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ ROMEU NITAQUES ROUPAS LTDA.
Contrato nº 063/2016, assinado em 21/12/2016, Processo DAE nº 1.427/2016.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES.
Valor: R\$ 72.131,77
Classificação dos recursos: 8.4.2.14 – Seção de Serviços Gerais (SER).

Newton Nery Feodrippe de Sousa Neto
Diretor Administrativo

Extrato de Contrato
Pregão Presencial nº 0029/2016

Contratante: DAE S/A – ÁGUA E ESGOTO
Contratada: RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME.
Contrato nº 064/2016, assinado em 15/12/2016, Processo DAE nº 1.427/2016.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES.
Valor: R\$ 60.291,30
Classificação dos recursos: 8.4.2.14 – Seção de Serviços Gerais (SER).

Newton Nery Feodrippe de Sousa Neto
Diretor Administrativo

CIJUN

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ - CIJUN
C.N.P.J. Nº. 67.237.644/0001-79

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da **COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ – CIJUN**, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 02 de Janeiro de 2017, às 10:00 (dez) horas, **na sede social à Av. da Liberdade S/Nº. – Paço Municipal, em Jundiáí, Estado de São Paulo**, a fim de tratar dos seguintes assuntos:

- 1 – Destituição de todos os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- 2– Eleição dos novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- 3 – Outros assuntos de interesse social.

Jundiáí, 13 de Dezembro de 2016.

JOSÉ OSMIL CRUPE
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ – CIJUN
CNPJ Nº 67.237.644/0001-79

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE PRORROGAÇÃO I que se faz contrato nº 007/2016, firmado entre a COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ – CIJUN e a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA. Processo SGPR nº 0089/2015 e Processo SEI nº 01562/2016. Assinatura: 22/12/2016. Valor Global: R\$ 728.000,00 (setecentos e vinte e oito mil reais). Objeto: Contratação de serviços especializados de atendimento aos municípios, através de Sistema de Atendimento 156 e Central de Agendamento de Consultas – C.A.C. (receptivo e ativo), de acordo com as especificações e detalhamentos do termo de referência Anexo I. Assunto: Prorroga por 12 (doze) meses, a contar 01 de março de 2017.

Jundiáí, 22 de Dezembro de 2016.

Gilberto Marcus Paulielo de Novaes
Diretor Presidente

GUARDA MUNICIPAL

Portaria Cmt GM nº 42, de 21 de dezembro de 2016.

O Comandante da Guarda Municipal de Jundiáí, no uso de suas atribuições legais.
Considerando que compete à Guarda Municipal de Jundiáí atuar de forma a contemplar o disposto no art. 102 da Lei Orgânica do Município, zelando pelos interesses da Administração;
Considerando ainda, o disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 6.764 de 08 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 20.913 de 13 de setembro de 2007, que trata da atuação da Guarda Municipal no município de Jundiáí;
Considerando finalmente, os autos do Processo judicial nº 0014082-31.2013.8.26.0309;
FAZ SABER que fica o candidato LINDOMAR DA COSTA GONZAGA convocado a comparecer na GAMMA PSICOLOGIA, com endereço à Avenida Dr. Cavalcanti, nº 916, centro, em Jundiáí/SP, as 15h00, para passar por avaliação psicológica.
FAZ SABER ainda que o não comparecimento implicará na desistência da vaga.
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município.

Dr. José Roberto Ferraz
Comandante da Guarda Municipal de Jundiáí

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Guarda Municipal de Jundiáí, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

RELAÇÃO DE VEÍCULOS NOTIFICADOS PARA REMOÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS NO PRAZO DE 05 DIAS A CONTAR DA ADESIVAÇÃO, SOB PENA DE SEREM RECOLHIDOS POR DETERMINAÇÃO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO AOS PÁTIOS DAS EMPRESAS DE GUINCHO CREDENCIADAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.				
VEÍCULO	COR	PLACA	ADESIVA DO EM	LOCAL
BRAVA	PRATA	CQB 8758	21/12/16	R. IDALINA GONÇALVES. DIAS, 15
PALIO WEEKEND	CINZA	GYA 8136	21/12/16	AV. COM. ANTONIO CARBONARI, 1007

LEIS

LEI Nº 8.732, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o “DIA DO CICLISTA” (22 de setembro).

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2016, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Municipal de Eventos, criado pela Lei nº. 2.376. de 21 de novembro de 1979, o “**DIA DO CICLISTA**”, a ser comemorado anualmente em 22 de setembro.

§ 1º. As comemorações alusivas à data poderão envolver entidades públicas e privadas ligadas ao ciclismo, as quais, querendo, realizarão eventos que visem estimular o hábito pelo uso da bicicleta como esporte, lazer e meio de transporte.

§ 2º. As atividades poderão se estender às escolas públicas e particulares através de palestras, competições esportivas, gincanas e afins.

§ 3º. As instituições que assim o desejarem poderão incluir o “**DIA DO CICLISTA**” como parte das atividades alusivas ao início da Primavera e também ao Dia Mundial sem Carro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiáí, aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

LEIS

LEI N.º 8.738, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza crédito orçamentário para atender a Escola Superior de Educação Física de Jundiaí (R\$ 128.000,00).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2016, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao remanejamento de recursos no montante de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) previstos no Orçamento vigente alocados na rubrica 08.01.99.999.9999.903.99.99.99.00.0 para o Orçamento da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí visando à suplementação das seguintes rubricas e respectivos montantes:

52.01.12.364.160.8521.0. MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

31.90.11.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – R\$ 101.500,00

31.90.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS – R\$ 26.500,00

Parágrafo único – O remanejamento referido no “caput” deste artigo dar-se-á com fundamento nas disposições contidas no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, c/c inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

LEI N.º 8.739, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza subvenção econômica, no exercício de 2017, para produtores rurais de frutas (até R\$ 300.000,00); e dá providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2016, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder no exercício de 2017, subvenção econômica até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a ser rateado entre os produtores rurais de ameixa, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, tangerina e uva, estabelecidos no território do Município de Jundiaí.

Parágrafo único. Para fins de concessão do benefício referido no “caput” deverá ser respeitado o percentual máximo individual de até 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio do seguro rural, descontadas as subvenções dos governos federal e estadual, e o montante referido no “caput” será rateado em percentuais iguais entre o número de inscritos na forma prevista nesta Lei.

Art. 2º O Município divulgará por meio de Edital, a ser publicado na Imprensa Oficial do Município e por intermédio de mídia, com ampla publicidade, o prazo para inscrição dos interessados, bem como os requisitos a serem preenchidos para habilitação na concessão do benefício referido no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Poderão se habilitar para a concessão da subvenção econômica os produtores rurais de ameixa, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, tangerina e uva, pessoas físicas ou jurídicas, que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

- I – desenvolvam efetivamente atividades agrícolas em pelo menos uma das culturas referidas no “caput” deste artigo;
- II – possuam contrato de seguro rural vigente junto às sociedades autorizadas a operar em seguros pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, na forma da legislação em vigor, comprovado mediante a exibição da respectiva apólice;

III – estejam devidamente cadastrados junto aos órgãos estaduais competentes;

IV – estejam adimplentes perante a Fazenda Municipal, Estadual e Federal.

Art. 4º O rateio do montante referido no art. 1º desta Lei, dar-se-á entre os produtores rurais de ameixa, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, tangerina e uva, estabelecidos no Município, devidamente cadastrados perante a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

§ 1º Respeitadas as condições estabelecidas nesta Lei, os produtores rurais interessados deverão se inscrever, por intermédio de formulário próprio, na forma constante do Anexo I, que integra esta Lei, no prazo a ser estabelecido no Edital previsto no art. 2º desta Lei.

§ 2º As inscrições dos interessados serão efetuadas diretamente no Departamento de Agronegócios da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo, observados requisitos estabelecidos no Edital referido no art. 2º desta Lei, mediante a exibição dos seguintes documentos, por cópia simples:

- I – cédula de identidade – RG;
- II – comprovante de residência;
- III – apólice do seguro e respectivo comprovante de pagamento.

§ 3º O valor da subvenção econômica a ser pago a cada produtor rural não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio do seguro rural efetivamente contratado e quitado pelo segurado.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo divulgará, por intermédio de Edital, o rol dos produtores rurais contemplados com o benefício, que preencheram os requisitos estabelecidos, respeitando-se a ordem de inscrição e o montante de recursos autorizado no art. 1º desta Lei.

Art. 6º O pagamento do valor relativo ao benefício tratado nesta Lei será efetuado a cada produtor rural, mediante o reembolso de até 50% (cinquenta por cento) do valor pago na contratação do seguro rural, por meio da fatura de Termo de Compromisso, na forma constante do Anexo II, que integra esta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência do cancelamento da cobertura de risco pela Seguradora durante a vigência do contrato, o beneficiário deverá restituir aos cofres públicos a importância recebida a título do benefício, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, devidamente atualizada.

Art. 7º Os produtores rurais contemplados com o benefício de que trata esta Lei deverão observar as normas contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, bem como as contidas na Instrução nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento de 2017, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

ANEXO I

ILMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TURISMO

(Nome do Interessado e qualificação – RG, CPF) vem requerer à inscrição para habilitação visando à concessão de subvenção econômica instituída pela Lei municipal nº, de de, correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio do seguro rural contratado e devidamente quitado, exibindo, para tanto, a documentação necessária exigida.

Nestes termos
P. Deferimento
Jundiaí, ____ de ____ de ____

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Sr., Prefeito Municipal, acompanhado do Sr., Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo, adiante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro, o Sr., (qualificação, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), beneficiário da subvenção econômica instituída pela Lei nº, nos termos do Edital nº, de de de, adiante denominado simplesmente BENEFICIÁRIO, estabelecem o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O MUNICÍPIO, na forma autorizada na Lei nº, concede ao BENEFICIÁRIO, devidamente habilitado, nos termos do Edital nº, de de de, a título de subvenção econômica, o valor de R\$ (.....), mediante depósito a ser efetuado na conta corrente e/ou poupança nº, Agência do Banco, em até (.....) dias úteis a contar da assinatura do presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

- O Beneficiário se compromete a:
- a) observar as boas práticas agrícolas e as normas técnicas fixadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado;
 - b) atender as condições gerais e/ou específicas estabelecidas no contrato de seguro rural celebrado com a Seguradora;
 - c) autorizar a fiscalização da atividade segurada, objeto da subvenção ora concedida, por parte da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo, por intermédio da Diretoria de Agronegócios.
 - d) ao cumprimento das normas legais aplicáveis, qual seja Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00 e as determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, contidas nas suas Instruções vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA RESTITUIÇÃO DO VALOR

Na hipótese de cancelamento da apólice do seguro, na vigência do contrato, o BENEFICIÁRIO deverá restituir os cofres públicos da importância recebida, a título de subvenção, devidamente atualizada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA
DISPOSIÇÕES GERAIS

O descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste Termo ensejará a restituição da importância recebida, devidamente atualizada.

CLÁUSULA QUINTA
DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Termo fica eleito o foro da Comarca de Jundiaí. E por estarem assim justos e avençados, firmam o presente em (.....) vias de igual teor e para um só efeito de direito, na presença de duas testemunhas.

Jundiaí, ____ de ____ de ____.

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Agricultura,
Abastecimento e Turismo

BENEFICIÁRIO

Testemunhas:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

OUTROS DETALHES ACERCA DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CUJO RESUMO DO ATO ESTÁ SENDO PUBLICADO NESTA EDIÇÃO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESTÃO NO SITE www.jundiai.sp.gov.br – LINK “COMPRA ABERTA” (NO CASO DE COMPRAS ELETRÔNICAS) OU NOS RESPECTIVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. INTERESSADO: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. DETENTOR DA ATA: DI BLASIO E CIA LTDA ME. PROCESSO Nº 28833-6/2016. ASSINATURA: 21/12/2016. OBJETO: Fornecimento futuro de LAVADORA DE ROUPAS E OUTROS - RP SME. VALOR(ES):Item(ns):3 - SECADORA DE ROUPAS, CAPACIDADE 10 KG, 220 V-MINIMO 8 PROGRAMAS-ABERTURA FRONTAL-MINIMO DE 2 OPCOES DE TEMPERATURA-COR: VIDE OBSERVACAO DO ITEM-GARANTIA MINIMA 12 MESES-.-*REFERENCIA DE MARCA : ELETROLUX, SAMSUNG, BRASTEMP- MARCA: BRASTEMP - R\$ 2025.0000 POR PEÇA. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 306/2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses. PROPONENTES: 02.

Extrato de Contratos e Aditivos

TERMO DE ADITAMENTO III E RERRATIFICAÇÃO II, que se faz ao Contrato Nº 187/14 celebrado com fundamento no artigo 65, I, "b" e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: BETA CLEAN & SERVICE LTDA. PROCESSO: nº 32.400-5/13. ASSINATURA: 21/12/16. VALOR : R\$ -1.043.615,37. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, DE PARQUES E PRAÇAS E SERVIÇOS GERAIS DE APOIO E DE CONTROLE DE ACESSO DE ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. MODALIDADE: CONCORRENCIA nº 22/13. ASSUNTO: Acréscimos e reduções ao objeto do Contrato e incluída na Cláusula 5.1 as dotações orçamentárias para suporte de despesa no presente exercício .

ATO DE CLASSIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO nº 015/16 – execução de obra de galerias de águas pluviais e capeamento asfáltico nas ruas Santa Terezinha, Pe. Eucário, Paulista, Francisco Napoleão Maia e Pedro Taddei – Vila Rio Branco, nesta cidade.
Processo Administrativo nº 20.542-1/2016

A CMHJL – Comissão Municipal de Habilitação e Julgamento de Licitações, da Prefeitura do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, reunida nesta data e considerando as análises técnicas da Secretária Municipal de Obras, às fls. 871/873, **RESOLVE:**

CLASSIFICAR as propostas das empresas habilitadas, conforme segue:

1º) GM Pavimentação Ltda	R\$ 589.080,92
2º) DNP Terraplenagem e Pavimentadora Foresto Ltda	R\$ 613.861,55
3º) Construtural Engenharia e Construções Eireli	R\$ 615.997,43

Fica concedido, na forma da lei, o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de publicação.

Jundiaí, 22 de dezembro de 2016.

Neuri José Anzolin
Laércio Baradel
Paulo Mamyaky Pereira
Guilherme Debroy de Campos
Érika Melato Frare Roveri

SECRETARIA DE CULTURA

CHAMADA PÚBLICA nº 003/2015 – Seleção de propostas e projetos artísticos que se enquadrem nos objetivos da Secretaria Municipal de Cultura durante o ano de 2016, atendendo a especificidade de cada evento e do público alvo. Essa Chamada Pública tem como intuito compor a programação artística dos eventos Festa da Uva, Virada Jundiaí, Feira da Amizade e Programa Sexta no Centro, bem

como outras programações que se fizerem necessárias ao longo do ano de 2016.

Jean Marcel Caum Camoleze, Secretário Municipal de Cultura de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando que não houve interposição de recurso no prazo legal concedido.

RESOLVE homologar, através do Edital de Chamamento Público nº 003/15, de 23 de novembro de 2015, na oitava fase, os projetos abaixo:

PROJETO	PROPONENTE
Lado de Lá – Uma viagem pelas Lendas Africanas	Luarnoar Produções Artísticas e Culturais Ltda. ME
Paulo Cruz e Zé Eduardo	Ira Produções e Eventos Eireli - ME

Jean Marcel Caum Camoleze
Secretário Municipal de Cultura

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 322/16

OBJETO: Fornecimento de gás liquefeito de petróleo, em botijão com 13kg e cilindros com 45 kg, destinados à Secretaria Municipal de Educação. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link “Compra Aberta – Compras – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 13:30 horas do dia 10 de janeiro de 2017.

PREGOEIRA RESPONSÁVEL: ELIZÂNGELA AP. EFIGÊNIO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/16

OBJETO: Locação de veículos (caminhões), máquinas de terraplenagem e equipamentos, com motorista/operador, sob o Sistema de Registro de Preços. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link “Compra Aberta – Compras – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 14:00 horas do dia 16 de janeiro de 2017.

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: GERMANO H. SGARIONI.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/16

OBJETO: Fornecimento de fórmula infantil de segmento a base de proteína isolada de soja com ferro e outros, sob o Sistema de Registro de Preços. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link “Compra Aberta – Compras – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 9:00 horas do dia 16 de janeiro de 2017.

PREGOEIRA RESPONSÁVEL: RAQUEL P. OLIVA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 343/16

OBJETO: Fornecimento de mistura para preparo de canjica sabor chocolate branco e outros, sob o Sistema de Registro de Preços. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link “Compra Aberta – Compras – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico”, até às 10:00 horas do dia 17 de janeiro de 2017.

PREGOEIRA RESPONSÁVEL: SANDRA AP. D. S. MAZOLLI.

DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS NA ÍNTEGRA: www.jundiai.sp.gov.br (entrar no link “Compra Aberta” acessar Editais Eletrônicos – Compras – Pregão Eletrônico – Editais/Anexos) - grátis, ou no Paço Municipal “Nova Jundiaí”, Departamento de Licitação – 4º andar, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:30 horas, mediante o pagamento de R\$ 10,00 (dez reais) cada. ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL: logo após o término do seu encaminhamento. SESSÃO DE LANCES: o início da sessão de lances dar-se-á a partir de até 10 (dez) minutos após a abertura e classificação ou não das propostas.

ALEXANDRE CASTRO NUNES – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Extrato de Contratos e Aditivos

TERMO DE PRORROGAÇÃO XIX, que se faz ao Contrato Nº 162/99 . CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: ANTONIA SOUSA PROCESSO: nº 12.336-6/99. ASSINATURA: 22/12/16. VALOR MENSAL: R\$ 3.208,42. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS SITUADO À RUA BARTOLOMEU B.DA SILVA, 51 E RUA FRANCISCO PEREIRA COUTINHO,54 - V.MUNICIPAL.FUND.LEGAL DA CONTRATAÇÃO - ART.24,X,C/C 26 DA LEI 8666/93. ASSUNTO: Prorrogado por 6 (seis) meses .

Extrato de Contratos e Aditivos

TERMO DE PRORROGAÇÃO, que se faz ao Contrato Nº 164/15 celebrado com fundamento no art. 57, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: RIO NOVO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES URBANA LTDA EPP PROCESSO: nº 01.163-1/15. ASSINATURA: 08/12/16. OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA VILA HORTOLÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA CAMPINAS N. 58 - VILA HORTOLÂNDIA, NESTA CIDADE. MODALIDADE: CONCORRENCIA nº 1/15. ASSUNTO: Prorrogado por 330 (trezentos e trinta)dias .

Extrato de Contratos e Aditivos

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO, que se faz ao Contrato Nº 078/16 . CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: G.M. PAVIMENTACAO LTDA PROCESSO: nº 04.648-8/15. ASSINATURA: 22/12/16. OBJETO: SERV.DE MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS,COMPREENDENDO A MÃO-DE-OBRA,EQUIP.E FERRAMENTAS P/EXECUÇÃO DE SERV.DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO(ESPESSURA DE 2 A 5CM),IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE(C/FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA),BEM COMO FRESAGEM DO PAVIMENTO C/ESPESSURA DE ATÉ 05CM(CINCO CENTÍMETROS)EM RUAS/AVENIDAS DO MUNICÍPIO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/15. ASSUNTO: Retificada a planilha que resultou o Contrato e o Termo de Aditamento, com adeq. necessárias no tocante aos valores unit., bem como descrição correta do local const. no item 03 .

Extrato de Contratos e Aditivos

TERMO DE PRORROGAÇÃO II, que se faz ao Contrato Nº 136/16 celebrado com fundamento no art. 57, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: G.M. PAVIMENTACAO LTDA PROCESSO: nº 14.418-2/16. ASSINATURA: 07/12/16. OBJETO: RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO EM TRECHOS DA AVENIDA CAETANO GORNATI - BAIRRO ENGORDADOURO, NESTA CIDADE. MODALIDADE: CONVITE-OBRAS nº 2/16. ASSUNTO: Prorrogado por 39 (trinta e nove) dias .

Extrato de Contratos e Aditivos

CONTRATO Nº 244/16 . CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: COMPANHIA DE INFORMATICA DE JUNDIAI - CIJUN PROCESSO: nº 29.877-2/16. ASSINATURA: 22/12/16 VALOR TOTAL: R\$ 318.000,00. OBJETO: FORNECIMENTO DE SISTEMA PARA GESTÃO DAS MARCAÇÕES DE PONTO ELETRÔNICO E A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE RELÓGIOS DE PONTO, CUJO ÓRGÃO GESTOR É A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Extrato de Contratos e Aditivos

CONTRATO Nº 245/16 . CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: ANDERSON LUIS BOGNIOTTI ME PROCESSO: nº 25.019-5/16. ASSINATURA: 22/12/16 VALOR GLOBAL: R\$ 58.500,00. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DO ESPORTE DE RENDIMENTO NA MODALIDADE DE KARATÊ,C/FINALIDADE NA PARTICIPAÇÃO DOS EVENTOS JOGOS REGIONAIS E JOGOS ABERTOS DO INTERIOR,ORGANIZADO PELA SMEL E JUVENTUDE DO ESTADO,BEM COMO COMPETIÇÕES DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATÊ E MINISTRAR AULAS NAS ESCOLINHAS DOS CECES. MODALIDADE: CONVITE nº 204/16. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Proponentes: 03.

Extrato de Contratos e Aditivos

CONTRATO Nº 246/16 . CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: LABORATORIO ANALISES CLIN.SANTA ELISA LTDA. PROCESSO: nº 29.511-7/16. ASSINATURA: 22/12/16 VALOR GLOBAL ESTIMATIVO: R\$ 86.062,80. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS (ADMISSIONAIS, DEMISSIONÁRIOS E PERIÓDICOS), DESTINADOS À DIRETORIA DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (DESMT) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 311/16. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Proponentes: 03.

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

Processo nº 034.222-4/16 (apenso processo nº 032.456-0/16) Dispensa de Licitação nº 086/16

I - Objeto: Contratação emergencial da empresa SANEPAV Saneamento Ambiental Ltda., para prestação de serviço para limpeza, conservação e manutenção de áreas e equipamentos pertencentes ao Município de Jundiá, conforme programação e gestão da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

II - Fundamento Legal: artigo 24, inciso IV, c/c artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93.

III - Contratada: SANEPAV Saneamento Ambiental Ltda.

IV - Valor Global: R\$ 9.658.203,06 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e três reais e seis centavos).

V- Período: 06 (seis) meses.

VI - Justificativa: Trata-se de contratação emergencial da empresa SANEPAV Saneamento Ambiental Ltda., para prestação de serviço para limpeza, conservação, manutenção de áreas e equipamentos públicos, conforme programação e gestão da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

A contratação é essencial, devido à necessidade de providências no que diz respeito ao atendimento aos munícipes no âmbito da limpeza e manutenção dos espaços públicos, contemplando o princípio da eficiência, com fulcro no artigo 37 da Carta Magna, bem como, o princípio da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, que ora se impõe diante de fatos que alheios à vontade administrativa, impediram a conclusão de processo licitatório em curso.

A escolha da empresa ocorreu por ter ofertado menor preço, conforme pesquisa constante dos autos do processo nº 032.456-0/16.

(Clayton Salviano)
Assessor Especial

SMSP, em 22 de dezembro de 2016.

Ratifico a justificativa do Sr. Assessor Especial, constante dos autos.

Publique-se o respectivo Extrato.

(Lucas Aparecido Rodrigues)
Secretário Municipal de Serviços Públicos

PORTARIAS

PORTARIA Nº 295, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

PEDRO BIGARDI, Prefeito do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 29.888-9/2016,-----

R E S O L V E autorizar à MITRA DIOCESANA DE JUNDIAÍ, a título precário e gratuito, em conformidade com o Decreto Municipal nº 26.437, de 16 de maio de 2016, o uso das dependências do Complexo Educacional, Cultural e Esportivo Doutor Nicolino de Lucca, para a realização do evento denominado MISSA JUBILEU DE OURO DA DIOCESE DE JUNDIAÍ, no dia 08 de janeiro de 2017, das 7h30min às 14h00.

Além do período de realização do evento, fica autorizado, ainda, o uso desse próprio público nos dias 04, 05, 06 e 07 de janeiro, das 08h00 às 17h00, para os serviços de montagem das instalações, e no dia 09 de janeiro de 2017, das 08h00 às 17h00, para os serviços de desmontagem.

A utilização dos próprios públicos de que trata este ato dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Autorização de Uso, que fica fazendo parte integrante desta Portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BIGARDI
Prefeito

JOÃO GUILHERME BROCCHI MAFIA
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiáí, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

PORTARIA Nº 296, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

PEDRO BIGARDI, Prefeito do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta dos Processos Administrativos nº 22.632-3/2014, -----

D E S I G N A DÉCIO LUIZ PINHEIRO PRADELLA, representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, para substituir FLÁVIO GRAMOLELLI JÚNIOR, designado pela Portaria nº 307, de 15 de dezembro de 2014, junto à COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE JUNDIAÍ, criada pelo Decreto nº 25.454, de 15 de dezembro de 2014, em observância à Lei Municipal nº 8.113, de 09 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2016.

PEDRO BIGARDI
Prefeito

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiáí, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

PORTARIA Nº 297, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

PEDRO BIGARDI, Prefeito do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 25.499-1/2001, -----

D E S I G N A, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, criado pela Lei nº 5.730, de 21 de dezembro de 2001, a titular MARCELA ROBERTA MORO e a suplente ANDRÉIA REGINA MORETTI RIGO, representantes da

Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo; o titular ALEXANDRE AUGUSTO DE OLIVEIRA e o suplente EDGAR APARECIDO BORGES JÚNIOR, representantes da Secretaria Municipal de Cultura; a titular ISABEL APARECIDA GESQUI GERALDO e o suplente LUIZ ALESSANDRO BAGGIO, representantes da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; o titular BENÍCIO RODRIGUES VIANA PRIMO e a suplente TERESA FATIMA DORO RIZZATO, representantes das agências de viagens e turismo; a titular MARIZILDA DE OLIVEIRA FOLSTER e a suplente MÁRCIA APARECIDA DA SILVA, representantes dos artesãos; o titular RENE JOSÉ THOMAZETO e o suplente DOMINGOS FONTEBASSO, representantes da Associação Agrícola de Jundiáí; o titular JOSÉ LUIZ RIZZATO e o suplente MARCO ANTONIO MARUZZO, representantes da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas; a titular VERA LÚCIA PAUPÉRIO SOARES DE CAMARGO e a suplente ORLINDA APARECIDA DA SILVA, representantes da Associação Preservação da Memória da Companhia Paulista; o titular EVANDRO MARQUESIN e a suplente MARIA ELISA MINGOTI PATARA, representantes da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiáí - AVA; o titular JOSÉ ELIAS AYACHE e o suplente ANTÔNIO FERNANDO NICIOLI, representantes dos bares e restaurantes; o titular DIEGO XAVIER e o suplente JOSÉ ROBERTO DA SILVA, representantes do Centro Avançado de Pesquisa e Tecnologia do Agronegócio - CAPTA Frutas; o titular VITTORIO MARIO SCAPPINI e o suplente JOSÉ LUIZ SCARANO, representantes do Circolo Italiano di Jundiáí; a titular VERÔNICA PAVAN e o suplente ANDERSON WILKER SANFINS, representantes do Centro Paula Souza - ETEC Benedito Storani; o titular RICARDO SILVA e o suplente GUILHERME LORCA GOMES, representantes dos guias de turismo; a titular MARIA AMÉLIA PAZINATTO e a suplente CAROLINE ALICE VENDRAMETO CAMARGO, representantes dos meios de hospedagem; a titular DINAH THOMAZETTO ZANATTA e o suplente RENATO MARCEL MASINI, representantes da Rota da Cultura Italiana; o titular PAULO FERNANDO BRUNHOLI e o suplente VITOR FONTEBASSO, representantes da Rota da Uva; o titular JOÃO AGUINALDO LEME DA SILVA e o suplente MARCIO MACHADO, representantes da Rota do Castanho; a titular ISABEL CRISTINA FIALHO HARDER e a suplente ROSILENE DELGADO DE SENA, representantes da Rota Terra Nova; a titular MARIANA COSTA DE OLIVEIRA e a suplente TAMARES TATIANA GOMES FERREIRA, representantes do SEBRAE/SP; o titular MAURO DE NARDI COSTA e a suplente ANA LIVIA REIS DA SILVA, representantes do SENAC Jundiáí; a titular DENISE MIRELE KIELING e a suplente DEBORAH DIAS MATOS, representantes do SESC/SP; a titular NEUSA LIBORIO SUTTI e o suplente CELSO LUIZ SUTTI, representantes do Sindicato Rural de Jundiáí; o titular ANDERSON LUIS SABINO e a suplente PRISCILA PRAXEDES, representantes da Universidade Paulista - UNIP.

D E S I G N A, ainda, para compor a DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, MARISA DE OLIVEIRA FOLSTER, como Presidente, representante dos artesãos; NEUSA LIBORIO SUTTI, como Vice-Presidente, representante do Sindicato Rural de Jundiáí e ANDREIA RIGO, como Secretária Executiva, representante da Diretoria de Turismo da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de novembro de 2016.

Fica revogada a Portaria nº 273, de 28 de novembro de 2016.

PEDRO BIGARDI
Prefeito

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiáí, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

PORTARIA Nº 298, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

PEDRO BIGARDI, Prefeito do Município de Jundiáí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 29.073-8/2016, -----

D E S I G N A ROSE CRISTINA DE AGUIRRE BERNARDES DEZENA, Diretora da Educação Infantil I, ISABEL CRISTINA DA COSTA, Diretora da Educação Infantil II, SUZETTE APARECIDA LONGO VERMÍGLIO, Diretora de Ensino Fundamental, SILVANA ARRELARO DA FONSECA, Chefe da Divisão de Gestão de Compras da Secretaria Municipal da Educação, e ZILDA SILVANA BRENTAN, Assistente de Administração da Diretoria Técnico-Financeira, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL responsável pela análise das amostras da empresa vencedora do Pregão Presencial nº 023/16, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição futura dos itens constantes do anexo do respectivo edital.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BIGARDI
Prefeito

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiáí, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO

TERMO ADITIVO III ao CONVÊNIO Nº 04/14, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e a ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA DE ESTIMULAÇÃO AUDITIVA E LINGUAGEM – ATEAL
PROCESSOS: nº. 5.606-2/12
OBJETO: Altera o prazo de vigência para até 31 de dezembro de 2017 e substitui Plano de Trabalho
ASSINATURA: 21.12.16

EXTRATO

CONVÊNIO Nº 23/2016 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e o LAR ANÁLIA FRANCO
PREFEITO: Pedro Bigardi - CPF nº 024.558.288-67
CNPJ: nº 50.969.492/0001-04
PRESIDENTE: Miriam Elisa Tenório CPF nº 043.041.128-64
PROCESSO: nº 35.487-5/10
OBJETO: Atendimento a crianças e adolescente de 10 a 14 anos no projeto “Convivendo e Aprendendo”, visando ação educacional complementar ao ensino regular, por meio de projetos alternativos, priorizando o reforço escolar.
VALOR: Valor estimativo mensal de R\$ 5.605,26 (cinco mil seiscentos e cinco reais e vinte e seis centavos) e total de R\$ 67.263,12 (sessenta e sete mil duzentos e sessenta e três reais e doze centavos).
DOTAÇÃO: 13.01.12.361.118.2778.3.3.90.39.00.0.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 1º de fevereiro de 2017
ASSINATURA: 20.12.16

EXTRATO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO a título precário, de áreas públicas, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e a empresa METALFLEX COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MOBILIÁRIO LTDA. - ME, vencedora da Concorrência nº 001/12.
PROCESSO: nº 543-2/2012
OBJETO: Fica outorgada a permissão de uso de áreas públicas, para fornecimento, instalação, conservação e manutenção de lixeiras metálicas no município de Jundiáí, com exploração publicitária.
PERÍODO: de 22/10/2016 a 21/10/2017
ASSINATURA: 20.12.2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ	ART. 3º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
<p>DECRETO Nº 26.767, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.</p> <p>PEDRO BIGARDI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº8563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015, ART. 4º, § 2º E 4º.</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA ATENDER DESPESA COM DEVOLUÇÃO DE SALDO REMANESCENTE. TERMO DE COMPROMISSO 0363572-82/2012 MINC - CONVÊNIO 383. REF. SOLICITAÇÃO 1.367 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL</p> <p>D E C R E T A:</p> <p>ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R\$ 8.927,41 (OITO MIL NOVECENTOS E VINTE E SETE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):</p> <p>15.01.08.244.0171.1054 IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES E CULTURA(PEC)</p> <p>4.4.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</p> <p>6440 MINISTERIO DA CULTURA/PROGRAMA PRACA DOS ESPORTES</p> <p>R\$ 8.927,41</p> <p>TOTAL....R\$ 8.927,41</p> <p>ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):</p> <p>1 - RECURSO INDICADO NO ART. 43, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N. 4320/64 ...</p>	<p>PEDRO BIGARDI</p> <p>PREFEITO MUNICIPAL</p> <p>CELSO LUIZ COLLETTI</p> <p>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS</p> <p>PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, AO(S) VINTE E UM DIA(S) DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.</p> <p>ADILSON MESSIAS</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS</p> <p>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ</p> <p>DECRETO Nº 26.769, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.</p> <p>PEDRO BIGARDI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº8563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015, ART. 4º, §§ 1º E 2º.</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PARA ATENDER DESPESA COM DEVOLUÇÃO DE SALDO REMANESCENTE. TERMO DE COMPROMISSO 0363572-82/2012 MINC - CONVÊNIO 383. REF. SOLICITAÇÃO 1.369 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL</p> <p>D E C R E T A:</p> <p>ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R\$ 10.100,00 (DEZ MIL CEM REAIS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):</p> <p>15.01.08.244.0171.1054 IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES E CULTURA(PEC)</p> <p>4.4.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</p> <p>6440 MINISTERIO DA CULTURA/PROGRAMA PRACA DOS ESPORTES</p> <p>R\$ 10.100,00</p> <p>TOTAL....R\$ 10.100,00</p> <p>ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):</p> <p>1 - ANULAÇÃO PARCIAL DA(S) SEGUINTE(S) DOTAÇÃO(ÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE:</p> <p>15.01.08.244.0171.1054 IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES E CULTURA(PEC)</p> <p>3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO</p> <p>6440 MINISTERIO DA CULTURA/PROGRAMA PRACA DOS ESPORTES</p> <p>R\$ 100,00</p> <p>4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</p> <p>6440 MINISTERIO DA CULTURA/PROGRAMA PRACA DOS ESPORTES</p> <p>R\$ 10.000,00</p> <p>ADILSON MESSIAS</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS</p> <p>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ</p> <p>DECRETO Nº 26.768, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.</p> <p>PEDRO BIGARDI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº8563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015, ART. 4º, § 3º.</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SUPERAVIT FINANCEIRO PARA ATENDER DESPESA COM A DEVOLUÇÃO DE SALDO REMANESCENTE. TERMO DE COMPROMISSO 0363572-82/2012 MINC - CONVÊNIO 383. REF. SOLICITAÇÃO 1.368 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL</p> <p>D E C R E T A:</p> <p>ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R\$ 76.096,82 (SETENTA E SEIS MIL E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):</p> <p>15.01.08.244.0171.1054 IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES E CULTURA(PEC)</p> <p>4.4.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</p> <p>6440 MINISTERIO DA CULTURA/PROGRAMA PRACA DOS ESPORTES</p> <p>R\$ 76.096,82</p> <p>TOTAL....R\$ 76.096,82</p> <p>ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):</p> <p>1 - RECURSO INDICADO NO ART. 43, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N. 4320/64 ...</p>	<p>DECRETO Nº 26.770, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.</p> <p>PEDRO BIGARDI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº8563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015, ART. 4º, §2º.</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.391 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.392 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.393 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. E MEIO AMBIENTE</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.394 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.395 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.396 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.397 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.398 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.370 - GABINETE DO PREFEITO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.371 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.372 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.373 - SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.374 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.375 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.376 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.377 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.378 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. E MEIO AMBIENTE</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.379 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.380 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.389 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.381 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.382 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.383 - SECRET.MUN.DESENV. ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.384 - SECR.MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TURISMO</p> <p>CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.385 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS</p>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ			
Decreto N. 26.770/2016			
CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.386 - GUARDA MUNICIPAL			
CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.387 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
CONSIDERANDO NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS. REF. SOLICITAÇÃO 1.388 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER			
DECRETA:			
ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R\$ 3.482.990,00 (TRÊS MILHÕES QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):			
02.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	1.780,00	
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	18.700,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	6.620,00	
03.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	10.910,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	1.050,00	
04.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	16.930,00	
06.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	300,00	
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	2.680,00	
07.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	5.960,00	
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	12.310,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	35.170,00	
08.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	6.250,00	
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	58.780,00	
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	5.400,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	480,00	
09.01.15.122.0161.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ			
Decreto N. 26.770/2016			
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	680,00	
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	234.300,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	24.100,00	
10.01.15.122.0161.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	6.400,00	
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	2.900,00	
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	33.680,00	
3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	1.170,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	7.280,00	
11.01.18.122.0163.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	1.050,00	
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	168.660,00	
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	40,00	
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	1.560,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	12.720,00	
12.01.15.122.0161.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	18.360,00	
3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	7.840,00	
13.01.12.361.0168.2144	MANUT.PESSOAL E ENCARGOS - MERENDA - FUNDAMENTAL		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	5.460,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	29.480,00	
13.01.12.361.0168.2149	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - EJA		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	8.840,00	
13.01.12.361.0168.2150	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - FUNDAMENTAL		

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ			
Decreto N. 26.770/2016			
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	15.120,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	27.150,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	14.510,00	
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	54.710,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	310,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	147.250,00	
13.01.12.361.0168.2919	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - SECRETARIA EDUCAÇÃO		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	291.540,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	6.930,00	
13.01.12.361.0168.2923	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - EJA - JOVENS E ADULTOS -		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	520,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	2.530,00	
13.01.12.361.0168.2924	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - FUNDAMENTAL		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	10.380,00	
13.01.12.365.0168.2142	MANUT.PESSOAL E ENCARGOS - MERENDA - INFANTIL I		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	610,00	
13.01.12.365.0168.2151	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - INFANTIL I		
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	7.540,00	
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	8.130,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	8.490,00	
3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	78.380,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA		
	R\$	54.520,00	
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
	R\$	33.490,00	
13.01.12.365.0168.2152	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - INFANTIL II		

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ				PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ				PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ			
Decreto N. 26.770/2016				Decreto N. 26.770/2016				Decreto N. 26.770/2016			
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
		R\$	13.200,00			R\$	1.870,00			R\$	8.960,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
		R\$	203.680,00			R\$	300,00			R\$	48.380,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			14.01.10.122.0176.2933	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (SMS/ADM)			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
0000	PRÓPRIA							0000	PRÓPRIA		
		R\$	17.530,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	320,00
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE			0000	PRÓPRIA			14.01.10.305.0176.2936	MANUT.PESSOAL E ENCARGOS-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
0000	PRÓPRIA					R\$	3.020,00				
		R\$	12.600,00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB					R\$	92.890,00			R\$	4.840,00
		R\$	60.140,00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
13.01.12.365.0168.2921	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - INFANTIL I			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	1.360,00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
0000	PRÓPRIA			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			0000	PRÓPRIA		
		R\$	67.150,00	0000	PRÓPRIA					R\$	19.740,00
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	21.220,00	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA			0000	PRÓPRIA		
		R\$	180,00	0000	PRÓPRIA					R\$	270,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE					R\$	12.970,00
0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA			15.01.08.244.0171.2145	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		
		R\$	111.000,00			R\$	13.400,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			14.01.10.301.0176.2934	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (ATENÇÃO BÁSICA)			0000	PRÓPRIA		
0000	PRÓPRIA									R\$	1.760,00
		R\$	21.960,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
13.01.12.365.0168.2922	MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS - INFANTIL II			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	36.690,00			R\$	46.230,00
0000	PRÓPRIA			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
		R\$	9.770,00	0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					R\$	92.610,00			R\$	3.640,00
0000	PRÓPRIA			14.01.10.302.0176.2935	MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS-MÉDIA E ALTA COMPLEX			3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
		R\$	1.330,00					0000	PRÓPRIA		
3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	13.130,00
0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA			15.01.08.244.0171.2146	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - GESTÃO E SUPORTE ADMINIST		
		R\$	2.350,00			R\$	15.400,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
13.01.12.366.0168.2920	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - EJA - JOVENS E ADULTOS /			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA			0000	PRÓPRIA		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			0000	PRÓPRIA					R\$	1.970,00
0000	PRÓPRIA					R\$	1.990,00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
		R\$	970,00	14.01.10.303.0176.2938	MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS-ASSIST.FARMACÉUTICA			0000	PRÓPRIA		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL									R\$	41.470,00
0000	PRÓPRIA			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
		R\$	1.270,00	0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE					R\$	1.160,00			R\$	910,00
0000	PRÓPRIA			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
		R\$	7.730,00	0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
13.01.12.366.0168.2925	MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS (CENTRO LÍNGUAS)					R\$	820,00			R\$	12.890,00
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA			15.01.08.244.0171.2946	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA(SE		
0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
		R\$	440,00			R\$	1.680,00	0000	PRÓPRIA		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL									R\$	2.670,00
0000	PRÓPRIA			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
		R\$	1.400,00	0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE					R\$	9.050,00			R\$	42.670,00
0000	PRÓPRIA			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
		R\$	5.130,00	0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
13.01.12.392.0168.2926	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (BIBLIOTECA)					R\$	710,00			R\$	2.140,00
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			14.01.10.304.0176.2937	MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS-VIGILÂNCIA SANITÁRIA			3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
0000	PRÓPRIA							0000	PRÓPRIA		
		R\$	1.120,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	610,00
								16.01.23.122.0173.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS		

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ				PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ				PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ			
Decreto N. 26.770/2016				Decreto N. 26.770/2016				Decreto N. 26.770/2016			
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
		R\$	20,00			R\$	30.980,00			R\$	62.300,00
17.01.14.422.0174.2947	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (FUNDAÇÃO PROCON)			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			11.01.18.541.0163.2031	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			0000	PRÓPRIA			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
0000	PRÓPRIA					R\$	84.190,00	0000	PRÓPRIA		
		R\$	180,00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					R\$	43.900,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			0000	PRÓPRIA						
0000	PRÓPRIA					R\$	560,00	12.01.15.453.0161.1044	IMPLANTAÇÃO DO BRT - BUS RAPID TRANSIT		
		R\$	4.620,00	3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA			4.4.90.39.00	OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
0000	PRÓPRIA					R\$	8.730,00			R\$	151.600,00
		R\$	1.480,00	3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE			12.01.15.453.0161.2746	MANUTENÇÃO DOS TERMINAIS URBANOS DE TRANSPORTE COLETIVO E RO		
17.01.20.122.0165.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS			0000	PRÓPRIA			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			22.01.13.122.0169.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS			0000	PRÓPRIA		
0000	PRÓPRIA					R\$	610,00			R\$	145.500,00
		R\$	1.350,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			13.01.12.122.0160.2029	MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			0000	PRÓPRIA			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
0000	PRÓPRIA					R\$	1.830,00	0000	PRÓPRIA		
		R\$	55.830,00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					R\$	14.100,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			0000	PRÓPRIA						
0000	PRÓPRIA					R\$	104.160,00	13.01.12.361.0160.2775	GESTAO DAS AÇÕES DAS DIRETORIAS - SME		
		R\$	1.230,00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
0000	PRÓPRIA					R\$	2.130,00			R\$	38.700,00
		R\$	1.740,00	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL						
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE			0000	PRÓPRIA			13.01.12.361.0168.2149	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - EJA		
0000	PRÓPRIA					R\$	20.920,00	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
		R\$	4.740,00	3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA			5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
18.01.04.122.0174.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS			0000	PRÓPRIA					R\$	56.000,00
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			23.01.27.122.0170.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS			3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA		
0000	PRÓPRIA					R\$	730,00	5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
		R\$	2.900,00	3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	42.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			0000	PRÓPRIA			13.01.12.361.0168.2150	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - FUNDAMENTAL		
0000	PRÓPRIA					R\$	9.260,00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
		R\$	88.400,00	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			0000	PRÓPRIA					R\$	15.000,00
0000	PRÓPRIA					R\$	354.340,00	13.01.12.361.0168.2776	GESTÃO DE UNIDADES ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL		
		R\$	6.350,00	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
18.01.04.122.0174.2956	MANUT.SERVIDORES CEDIDOS OUTROS NIVEIS DE GOVERNO			0000	PRÓPRIA			0000	PRÓPRIA		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					R\$	9.920,00			R\$	127.300,00
0000	PRÓPRIA			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL						
		R\$	4.890,00	0000	PRÓPRIA			13.01.12.361.0168.2779	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					R\$	31.530,00	3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
0000	PRÓPRIA					TOTAL....R\$	3.482.990,00	0000	PRÓPRIA		
		R\$	31.370,00	ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):						R\$	1.014.600,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			I - ANULAÇÃO PARCIAL DA(S) SEGUINTE(S) DOTAÇÃO(ÕES) DO ORÇAMENTO				13.01.12.361.0168.2919	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - SECRETARIA EDUCAÇÃO		
0000	PRÓPRIA			VIGENTE:				3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
		R\$	1.470,00	02.01.06.182.0164.2617	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DA DEFESA CIVIL			5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL									R\$	288.050,00
0000	PRÓPRIA			3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			13.01.12.365.0168.2151	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - INFANTIL I		
		R\$	4.100,00	0000	PRÓPRIA			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA					R\$	82.000,00	5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
0000	PRÓPRIA									R\$	25.000,00
		R\$	860,00	07.01.04.122.0160.2025	SUPRIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS			13.01.12.365.0168.2152	MANUTENÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO - INFANTIL II		
18.01.09.846.0167.0254	PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			0000	PRÓPRIA			5203	FUNDO MANUT.DES.ED.BÁSICA E VALOR.PROF.MAG.-FUNDEB		
0000	PRÓPRIA					R\$	343.100,00			R\$	50.000,00
		R\$	2.020,00	09.01.15.452.0162.2704	SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS						
19.01.06.122.0177.2007	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS										

DECRETOS

- b) 21 de abril (sexta-feira) - Dia de Tiradentes;
- c) 1º de maio (segunda-feira) - Dia do Trabalho;
- d) 07 de setembro (quinta-feira) - Dia da Independência do Brasil;
- e) 12 de outubro (quinta-feira) - Dia da Padroeira do Brasil;
- f) 02 de novembro (quinta-feira) - Dia de Finados;
- g) 15 de novembro (quarta-feira) - Dia da Proclamação da República;
- h) 25 de dezembro (segunda-feira) - Dia de Natal.

IV - PONTOS FACULTATIVOS:

- a) 27 de fevereiro (segunda-feira) - Carnaval;
- b) 28 de fevereiro (terça-feira) - Carnaval;
- c) 1º de março (quarta-feira) - Cinzas até as 12h00;
- d) 13 de abril (quinta-feira) - Véspera do Dia da Paixão do Senhor;
- e) 28 de outubro (sábado) - Dia do Funcionário Público Municipal; (Nos termos do parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº 499, de 22 dezembro de 2010)
- f) 01 de novembro (quarta-feira) - Dia de todos os Santos;
- g) 24 de dezembro (domingo) - Véspera do Natal;
- h) 31 de dezembro (domingo) - Véspera do Dia da Confraternização Universal.

Art. 2º - As repartições públicas do Município não funcionarão, ainda, nas segundas-feiras que antecederem e nas sextas-feiras que sucederem os dias declarados feriados e pontos facultativos, na seguinte conformidade:

I - 16 de junho (sexta-feira) - dia posterior ao Dia de “Corpus Christi”;

II - 14 de agosto (segunda-feira) - dia anterior ao Dia da “Padroeira de Jundiaí”;

III - 08 de setembro (sexta-feira) - dia posterior ao “Dia da Independência do Brasil”;

IV - 13 de outubro (sexta-feira) - dia posterior ao Dia da “Padroeira do Brasil”;

V - 03 de novembro (sexta-feira) - dia posterior ao Dia de “Finados”;

Art. 3º - As jornadas de trabalho correspondentes aos dias enumerados no art. 2º deste Decreto deverão ser compensadas pelos servidores, exceto aqueles que deverão compensar a jornada na forma do Art. 4º deste Decreto, com o acréscimo de:

I - 16 (dezesseis) minutos diários à respectiva carga horária, no final do expediente, para aqueles que cumprem 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro a 09 de agosto de 2017.

II - 12 (doze) minutos diários à respectiva carga horária, no final do expediente, para aqueles que cumprem 30 horas semanais, no período de 02 de janeiro a 09 de agosto de 2017.

Art. 4º - As jornadas de trabalho correspondentes aos dias enumerados no art. 2º deste Decreto deverão ser compensadas pelos servidores da área da saúde, com jornadas diferenciadas, com o acréscimo de:

I - 75 (setenta e cinco) minutos semanais divididos igualmente entre os dias de trabalho, no final do expediente, para aqueles que cumprem 36 horas semanais, no período de 02 de janeiro a 1º de agosto de 2017.

II - 60 (sessenta) minutos semanais divididos igualmente entre os dias de trabalho, no final do expediente, para aqueles que cumprem 30 horas semanais, no período de 02 de janeiro a 09 de agosto de 2017.

III - 50 (cinquenta) minutos semanais divididos igualmente entre os dias de trabalho, no final do expediente, para aqueles que cumprem 24 horas semanais, no período de 02 de janeiro a 1º de agosto de 2017.

IV - 40 (quarenta) minutos semanais divididos igualmente entre os dias de trabalho, no final do expediente, para aqueles que cumprem 20 horas semanais no período de 02 de janeiro a 09 de agosto de 2017.

V - 25 (vinte e cinco) minutos semanais divididos igualmente entre os dias de trabalho, no final do expediente, para aqueles que cumprem 12 horas semanais no período de 02 de janeiro a 1º de agosto de 2017.

Art. 5º - As repartições que prestam serviços essenciais de interesse público, de funcionamento ininterrupto, terão expediente normal nos dias mencionados nos arts. 1º e 2º, cabendo aos respectivos dirigentes, se for o caso, fazer cumprir à escala de trabalho contínuo.

Parágrafo único - Consideram-se serviços essenciais àqueles destinados ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade, cuja falta poderá colocar em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Art. 6º - As disposições deste Decreto não se aplicam aos servidores que prestam serviços junto a outros órgãos municipais, estaduais e federais.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BIGARDI
Prefeito

MARY CREUSA FORNARI MARINHO
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO Nº 26.773, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

EDRO BIGARDI, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, e face ao que consta o Processo Administrativo nº 19.770-1/2016, -----

E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

rt. 1º - Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas pela Administração Pública Municipal com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

rt. 2º - Além das hipóteses previstas no art. 3º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, este Decreto não se aplica aos casos em que incidem:

- a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe acerca do estágio de estudantes em geral;

- a Lei nº 8.185, de 28 de março de 2014, que institui o programa de Estágio Remunerado para estudantes de ensino superior de determinados cursos;

I - a Lei nº 8.579, de 07 de janeiro de 2016, que regula a contratação de escolas privadas de educação infantil para atendimento do excedente das creches municipais;

/ - parcerias e outros ajustes firmados entre a Administração Pública Municipal e empresas ou organizações da sociedade civil não classificadas na forma do caput do art. 1º e do inciso II do art. 3º deste Decreto.

rt. 3º - Para os efeitos deste Decreto e em complementação ao disposto no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, consideram-se:

- Administração Pública Municipal: o Município e suas respectivas autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadora de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no § 9º do art. 37 a Constituição Federal;

- organização da sociedade civil:

) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, obras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou arcas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

) as sociedades cooperativas previstas na Lei Federal nº 8.667, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

rt. 4º - As parcerias a serem firmadas pela Administração Pública Municipal com as organizações da sociedade civil serão precedidas de publicação de edital de chamamento público, podendo resultar na celebração de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, salvo os casos previstos no § 4º do art. 12 deste Decreto.

1º - Chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria

DECRETOS

por meio de termo de colaboração ou de fomento ou de acordo de cooperação, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 2º - Termo de colaboração consiste no instrumento por meio do qual os partícipes estabelecem obrigações recíprocas e de interesse público, por iniciativa da Administração Pública Municipal, para a consecução de finalidades específicas que envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 3º - Termo de fomento consiste no instrumento por meio do qual os partícipes estabelecem obrigações recíprocas e de interesse público, por iniciativa das organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades específicas que envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 4º - Acordo de cooperação consiste no instrumento por meio do qual os partícipes estabelecem obrigações recíprocas e de interesse público, independentemente da iniciativa, para a consecução de finalidades específicas que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 5º - Não obstante o procedimento estabelecido neste Decreto, o Administrador Público deverá avaliar para fundamentar a decisão inicial de abertura de processo administrativo específico, cujo objetivo final é a celebração de parceria junto à organização da sociedade civil, esses aspectos:

I - a capacidade operacional da Administração Pública Municipal para celebrar a parceria, cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades;

II - a situação atual de determinado serviço público prestado à população com a indicação das melhorias pretendidas com a futura parceria, estabelecendo objetivos, metas e critérios de aferição do seu cumprimento;

III - a disponibilidade orçamentária para suportar a despesa pública correspondente;

IV - a impossibilidade técnica e a falta de vantajosidade econômica para a Administração Pública Municipal prestar diretamente um serviço público eficiente;

V - demais questões afetas à política pública específica.

Art. 6º - São etapas do procedimento interno para a seleção, celebração, execução, monitoramento, avaliação e conclusão das parcerias firmadas com as organizações da sociedade civil:

I - diagnóstico feito pela Administração Pública Municipal a respeito da qualidade e abrangência das políticas públicas existentes, observado o disposto no art. 5º deste Decreto, com a projeção da sua melhoria e ampliação com a celebração, prorrogação ou rescisão de parceria;

II - medidas necessárias para a confecção e publicação do edital de chamamento público ou para a aplicação dos casos de dispensa ou de inexigibilidade;

III - seleção e classificação das propostas com base em critérios técnicos e objetivos e na análise da documentação necessária;

IV - aprovação do Plano de Trabalho e celebração da respectiva parceria;

V - monitoramento e avaliação da execução do objeto da parceria;

VI - prestação de contas; e

VII - transparência e divulgação das ações.

Art. 7º - Nos casos em que houver Conselho Municipal específico para determinada política pública, deverão ser respeitadas as disposições da respectiva lei criadora.

§ 1º - As atribuições da comissão de seleção, do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação previstas na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e neste Decreto deverão ser respeitadas independentemente da execução paralela e concomitante das atribuições do competente Conselho Municipal.

§ 2º - Respeitadas as leis criadoras de cada Conselho Municipal, este deverá ser ouvido, pelo menos uma vez, antes da publicação, dispensa ou inexigibilidade do edital de chamamento público ou após a emissão do parecer técnico previsto no inciso V do art. 35 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMIS

Art. 8º - É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIS como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar proposição à Secretaria ou ao ente da Administração Pública Municipal competente sobre o objeto, para que se avalie a possibilidade de realização de chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Art. 9º - As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos deverão apresentar proposição, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do subscritor da proposição, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa física, ou documentação que comprove a representação e a sua constituição, no caso de pessoa jurídica;

II - indicação expressa do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 10 - As Secretarias e os entes da Administração Pública Municipal deverão analisar as proposições apresentadas, no mínimo, no que tange aos seguintes pontos:

I - o preenchimento dos requisitos elencados no artigo 9º deste Decreto;

II - os aspectos mencionados no art. 5º deste Decreto; e

III - a conveniência e a oportunidade administrativas.

Parágrafo único - Após a adoção do procedimento previsto no caput deste artigo, deverão publicar anualmente:

I - Lista contendo as manifestações de interesse social recebidas, com descrição da proposição, identificação do subscritor, data de recebimento; e

II - Parecer técnico acerca da viabilidade de execução da proposição com data de envio ao subscritor.

Art. 11 - A realização do PMIS não implicará, necessariamente, a execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

§ 1º - A realização do PMIS não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria, na forma dos arts. 12 e seguintes deste Decreto.

§ 2º - A proposição ou a participação no PMIS não impedem a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

§ 3º - Independentemente do estabelecimento de chamamentos públicos, as propostas poderão servir de referência para a elaboração das políticas públicas da Administração Pública Municipal.

§ 4º - É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de PMIS.

CAPÍTULO III
DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 12 - Previamente à celebração das parcerias previstas neste Decreto, a Administração Pública Municipal deverá realizar chamamento público com o escopo de selecionar as organizações da sociedade civil, cujo procedimento se pautará nos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

§ 1º - O edital do chamamento público observará, no mínimo, as exigências dos arts. 23 e 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º - O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, conforme previsão no edital, bem como contemplar diferentes atividades e projetos na mesma área de ação, desde que não implique perda de economia de escala.

§ 3º - O chamamento público para celebração de parcerias financiadas com recursos de fundos municipais próprios será realizado conforme determina legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 4º - O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Secretário da Pasta competente ou da autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 32 da referida Lei e no art. 20 deste Decreto.

§ 5º - Em todos os editais de chamamento público, o critério de julgamento basear-se-á na combinação entre o valor ofertado e a técnica apresentada, com preponderância desta sobre aquela.

§ 6º - É vedado estabelecer, como critério de julgamento, única e exclusivamente o menor preço.

Art. 13 - O edital de chamamento público deverá ser amplamente divulgado no sítio oficial da Administração Pública Municipal na internet e na Imprensa Oficial do Município com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

Seção I
Da Comissão de Seleção

Art. 14 - As propostas serão processadas e julgadas pela Comissão de Seleção que será constituída por meio de ato do Sr. Prefeito publicado na Imprensa Oficial do Município.

§ 1º - A Comissão de Seleção será composta por, pelo menos, 03 (três) membros, com 02 (dois) servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, sendo um obrigatoriamente lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão ou em órgão análogo do ente da Administração Pública Municipal, assegurada, sempre que possível, a participação de servidores das Secretarias gestoras.

§ 2º - Nas hipóteses em que o recurso público provier de fundo específico, a Comissão de Seleção deverá ser formada conforme legislação correlata.

§ 3º - Será impedido de participar da Comissão de Seleção servidor que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

I - ser ou ter sido dirigente da organização da sociedade civil;

II - ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;

III - ter ou ter tido relação de emprego com a organização da sociedade civil.

§ 4º - Configurado o impedimento previsto no parágrafo anterior, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

§ 5º - A composição da Comissão de Seleção, designada pela autoridade máxima, dar-se-á em conformidade com este Decreto na medida da capacidade organizacional e operacional do ente da Administração Pública.

Art. 15 - Caberá, primeiramente, à Comissão de Seleção proceder à análise das propostas com base nos critérios de seleção previstos no edital de chamamento público, inclusive quanto ao grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação, em que se insere o objeto da parceria, e, quando o caso, ao valor de referência.

Parágrafo único - Em caso de empate no julgamento dos projetos apresentados, será observado o critério de desempate previsto no edital.

Art. 16 - Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Comissão de Seleção procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, no edital e, em especial:

I - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ há, no mínimo, 01 (um) ano com cadastro ativo, exceto nos casos de atuação em rede;

II - comprovação do regular funcionamento da organização da sociedade civil no endereço registrado no CNPJ, nos termos do inciso VII do art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, por intermédio de contas de consumo de água, de energia elétrica, serviços de telefonia e outras da espécie durante o período citado no inciso I deste artigo;

III - declaração, sob as penas da Lei, de que manterá, durante todo o período da parceria, objeto do chamamento ou da sua dispensa ou inexigibilidade, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação e de que manterá íntegra a sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal;

IV - declaração, sob as penas da Lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;

V - declaração, sob as penas da Lei, de que dispõe ou que reúne condições de apresentar no momento oportuno as instalações e condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria com a finalidade de cumprir as metas estabelecidas.

§ 1º - Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos no caput deste artigo, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

§ 2º - Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 1º deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos neste artigo.

§ 3º - O procedimento dos §§'s 1º e 2º deste artigo será seguido sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no edital.

§ 4º - É vedada a celebração de parceria com organização da sociedade civil que se enquadre nos impedimentos previstos no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º - Além da documentação prevista neste artigo, poderão ser exigidos anteriormente à celebração da parceria outros documentos e declarações, em conformidade com os regulamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de agências reguladoras, de Conselhos Municipais e dos demais órgãos de controle e de fiscalização da área abrangida pelo objeto da parceria.

Art. 17 - A Comissão de Seleção, para verificar a comprovação da capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, bem como de sua experiência prévia de, no mínimo, 04 (quatro) meses na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, poderá se basear em quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

I - instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

III - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

IV - currículo dos profissionais responsáveis pela execução do objeto; ou

V - prêmios locais ou internacionais recebidos.

§ 1º - O edital de chamamento público poderá restringir ou ampliar os documentos comprobatórios da capacidade técnica e operacional e da experiência prévia por meio de decisão fundamentada nos autos e de acordo com o objeto da parceria.

§ 2º - Na análise da capacidade técnica e operacional e da experiência prévia, deverão ser avaliados o grau de satisfação, a qualidade e a eficiência na execução do objeto da parceria que deu ensejo à expedição da declaração citada no inciso II deste artigo.

Art. 18 - Após a publicação do resultado do julgamento pela Comissão de Seleção, os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar recurso, e os demais interessados terão igual prazo, contado a partir de intimação na Imprensa Oficial do Município ou por meio eletrônico, aceitando a organização receber em endereço eletrônico indicado pela mesma, para apresentar contrarrazões.

§ 1º - A Comissão de Seleção poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à Comissão de Monitoramento e Avaliação.

§ 2º - Das decisões da Comissão de Seleção caberá um único recurso.

Art. 19 - A Administração Pública Municipal homologará e divulgará o resultado do chamamento com a lista classificatória das organizações participantes no seu sítio oficial na internet e na Imprensa Oficial do Município.

Parágrafo único - A homologação não gera direito à celebração para a organização da sociedade civil, mas obriga o Município a respeitar o resultado caso venha a celebrar a parceria.

Seção II

Da dispensa e da inexigibilidade do chamamento público

Art. 20 - Nas hipóteses do § 4º do art. 12 deste Decreto, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo Secretário da Pasta gestora ou autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal da parceria, na qual constará expressamente o enquadramento legal e os fatos e argumentos que a embasam.

§ 1º - A justificativa será encaminhada à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos - SMNJ ou a órgão análogo do ente da Administração Pública Municipal para análise jurídica e à Secretaria Municipal de Administração e Gestão - SMAG ou a órgão análogo do ente da Administração Pública Municipal para ciência e deliberação final.

§ 2º - Caso reste configurada hipótese de dispensa ou de inexigibilidade de chamamento, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado de imediato

no sítio oficial da Administração Pública Municipal na internet e na imprensa Oficial do Município.

§ 3º - Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo Secretário da Pasta ou autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

§ 4º - Caso a impugnação seja julgada procedente, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 5º - A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público não afastam a aplicação dos demais dispositivos que regem as parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 6º - Na hipótese do inciso I do art. 30 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, poderá ser emitida ordem de início de execução da atividade de relevante interesse público antes da formalização da parceria.

§ 7º - Os efeitos da parceria celebrada com fulcro no inciso I do art. 30 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, retroagem à data da ordem de início de execução da parceria.

§ 8º - No caso da dispensa prevista no inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, as Secretarias envolvidas deverão fazer plano para que, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, as parcerias existentes sejam substituídas por parcerias realizadas por meio de chamamento.

CAPÍTULO IV

DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Art. 21 - Homologado o resultado do chamamento público ou aplicada alguma das hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade, caberá à Secretaria gestora ou órgão análogo do ente da Administração Pública Municipal convocar, por meio de publicação na Imprensa Oficial do Município ou por meio eletrônico, aceitando a organização receber em endereço eletrônico indicado pela mesma, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, Plano de Trabalho em conformidade com a proposta vencedora, contendo, no mínimo, os requisitos estabelecidos no art. 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sem prejuízo de outros requisitos específicos exigidos no edital de chamamento.

Parágrafo único - Será designado gestor da parceria e seu respectivo suplente por meio de ato do Sr. Prefeito publicado na Imprensa Oficial do Município.

Art. 22 - Apresentado o Plano de Trabalho, caberá ao gestor da parceria emitir parecer técnico, no qual se avaliarão os aspectos elencados no inciso V do art. 35 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo único - Caso não haja empecilho apontado pelo gestor da parceria no parecer técnico, caberá ao Secretário da Pasta ou à autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal aprovar o Plano de Trabalho.

Art. 23 - Aprovado o Plano de Trabalho, indicada a expressa existência de prévia dotação orçamentária e demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da parceira foram avaliados e são compatíveis com o seu objeto, caberá à SMNJ a emissão de parecer jurídico nos moldes do inciso VI do art. 35 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 24 - Caso o parecer técnico e/ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o Administrador Público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Art. 25 - Adotadas todas as medidas indicadas neste Decreto, caberá ao Sr. Prefeito e ao Secretário da Pasta ou à autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal assinar o

DECRETOS

termo de colaboração, de fomento ou acordo de cooperação, conforme o caso.

CAPÍTULO V
DO TERMO DE COLABORAÇÃO, DE FOMENTO E DO
ACORDO DE COOPERAÇÃO

Art. 26 - São cláusulas essenciais do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação aquelas previstas no art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º - Quando houver a exigência de contrapartida em bens e serviços da organização da sociedade civil, a sua mensuração monetária será obrigatoriamente identificada no respectivo termo, respeitado o § 1º do art. 35 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º - A vigência da parceria será estabelecida de acordo com o tempo necessário para se cumprir integralmente o seu objeto, limitada ao prazo máximo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis até o limite de 10 (dez) anos, nos casos de parceria cujo objeto tenha natureza continuada e desde que técnica e economicamente justificada.

§ 3º - A vigência da parceria poderá ser alterada, observado o limite estabelecido no § 2º deste artigo, mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Secretaria gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

§ 4º - Ocorrerá a prorrogação de ofício da vigência da parceria quando a Administração Pública Municipal der causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

§ 5º - É permitida a alteração do termo de colaboração ou de fomento, do acordo de cooperação ou do Plano de Trabalho, desde que haja solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, sem que haja alteração do objeto, bem como haja justificativa da Secretaria gestora ponderando os aspectos técnicos e a conveniência e oportunidade administrativas, da seguinte forma:

I - por meio de termo aditivo à parceria a fim de:

- a) ampliar até 30% (trinta por cento) do valor global;
- b) reduzir o valor global, sem limite;
- c) prorrogar a vigência, observado o § 4º deste artigo; ou
- d) alterar a destinação dos bens remanescentes; ou

II - por meio de certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;
- b) remanejamento de recursos sem alteração do valor global;
- c) alteração do gestor da parceria, após edição e publicação de ato do Sr. Prefeito; ou
- d) alteração de membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação, após edição e publicação de ato do Sr. Prefeito.

§ 6º - Deverá constar do termo de parceria cláusula de previsão da destinação dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, sendo que os referidos bens deverão ser incorporados ao patrimônio público por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, podendo, desde que haja previsão específica no edital de chamamento público e respeitada a legislação vigente:

I - autorizar a doação dos bens remanescentes à organização da sociedade civil parceira que sejam úteis à continuidade de ações de interesse público, condicionada à prestação de contas final aprovada, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização parceira até o ato da efetiva doação;

II - autorizar a doação dos bens remanescentes a terceiros congêneres, como hipótese adicional à prevista no inciso I deste artigo, após a consecução do objeto, desde que para fins de interesse social, caso a organização da sociedade civil parceira não queira assumir o bem, permanecendo sua custódia sob responsabilidade da organização parceira até o ato da doação; ou

III - manter os bens remanescentes na titularidade da Administração Pública Municipal quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado para celebração de novo termo com outra organização da sociedade civil após a consecução do objeto, ou para execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal, devendo os bens remanescentes estar disponíveis para retirada após a apresentação final das contas.

§ 7º - A movimentação dos recursos públicos dar-se-á por intermédio de conta bancária específica em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública Municipal, a qual estará isenta de tarifa mediante apresentação de declaração da Secretaria gestora, em conformidade com o art. 51 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 8º - A denúncia da parceria deverá formalizada mediante notificação por escrito do outro participe com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, aplicando-se o disposto nos arts. 56 e seguintes deste Decreto.

Art. 27 - Os extratos do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação deverão ser publicados na Imprensa Oficial do Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da sua assinatura, e disponibilizados no sítio oficial da Administração Pública Municipal na internet.

Parágrafo único - Os efeitos da parceria se iniciam ou retroagem à data de sua celebração.

CAPÍTULO VI
DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

Seção I
Da movimentação e aplicação financeira

Art. 28 - A movimentação e a aplicação financeira dos recursos repassados pela Administração Pública Municipal à organização da sociedade civil, provenientes das parcerias regulamentadas por este Decreto, respeitarão o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 29 - A liberação de recursos dar-se-á em conformidade com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, o qual está vinculado ao cumprimento das metas estabelecidas na respectiva parceria, na medida da disponibilidade orçamentário-financeira da Administração Pública Municipal.

§ 1º - Os recursos serão automaticamente aplicados, ao menos, em caderneta de poupança, enquanto não empregados na sua finalidade, observado o art. 51 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º - A liberação de recursos fica condicionada ao envio de documentos pela organização da sociedade civil, cuja relação e prazo estão delimitados nos termos de colaboração ou de fomento, ao gestor da parceria que os avaliará e, inexistindo irregularidade, autorizará o respectivo repasse.

Art. 30 - As parcelas serão retidas nas hipóteses previstas no art. 48 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, após a análise do gestor da parceria no que concerne ao seu aspecto financeiro, conforme disposto nos incisos I a IV do art. 36 deste Decreto.

Parágrafo único - A verificação das hipóteses de retenção ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I - a verificação da existência de denúncias;

II - a análise dos documentos enviados mensalmente na forma do § 2º do art. 29 e trimestralmente nos moldes do art. 45, ambos deste Decreto, à Administração Pública Municipal;

III - a análise das prestações de contas anuais, de acordo com o art. 46 deste Decreto;

IV - as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

V - a consulta aos cadastros e sistemas federais, estaduais e municipais que permitam aferir a regularidade da parceria.

Art. 31 - É permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação de referidos equipamento e materiais e autorizado e limitado no edital de chamamento público.

Parágrafo único - A destinação dos bens remanescentes respeitará a respectiva cláusula constante no termo de parceria, em conformidade com o § 6º do art. 26 deste Decreto.

Art. 32 - É permitido o pagamento com recursos da parceria da remuneração da equipe exigida no Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observado o art. 46 da Lei Federal 13.019, de 2014.

§ 1º - Para os fins deste Decreto, considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no respectivo Plano de Trabalho, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 2º - As despesas com remuneração da equipe de trabalho durante a vigência da parceria poderão contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I - estejam previstos no Plano de Trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e

II - sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Municipal.

§ 3º - Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá informar a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, nos termos dos incisos II e III do art. 46 deste Decreto, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 4º - Poderão ser pagas diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir, para a equipe de trabalho e para os prestadores de serviço voluntário, nos termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e do Decreto nº 25.678, de 15 de abril de 2015.

§ 5º - O pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 2º deste artigo, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho, observado ainda o disposto no inciso II do art. 51 deste Decreto.

§ 6º - A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência, inclusive na plataforma eletrônica, aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores, na forma dos arts. 67 e 68 deste Decreto.

§ 7º - Nas parcerias para atividades que prevejam fundo provisionado para pagamento de verbas rescisórias, havendo celebração de nova parceria com a mesma entidade, o saldo do fundo provisionado será transferido para a nova parceria,

vinculado à mesma finalidade, observados os arts. 46 e 51 deste Decreto.

§ 8º - Para pagamento das verbas rescisórias de empregados mantidos na organização da sociedade civil após o encerramento da vigência da parceria, a entidade deverá efetuar a transferência dos valores para a sua conta institucional, apresentando planilha de cálculo na prestação de contas final que indique a relação dos valores proporcionais ao tempo trabalhado e beneficiários futuros, ficando a entidade integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas e pelo pagamento posterior ao empregado, observado o art. 51 deste Decreto.

Art. 33 - Os custos indiretos necessários à execução do objeto deverão ser previstos no Plano de Trabalho.

§ 1º - Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 2º - Os custos indiretos podem incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.

§ 3º - Nas hipóteses em que as despesas citadas no § 2º deste artigo caracterizem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto da parceria, tais despesas serão consideradas custos diretos.

§ 4º - Incluem-se notadamente na hipótese do § 3º deste artigo os custos de locação do imóvel onde funcionarão as atividades de natureza contínua viabilizados por parcerias, como os de educação, saúde e assistência social.

Art. 34 - Durante a vigência do termo de colaboração ou do termo de fomento, é permitido o remanejamento de recursos constantes do Plano de Trabalho, de acordo com os critérios e prazos a serem definidos pela Administração Pública Municipal, desde que não altere o valor total da parceria e seja observado o § 5º do art. 26 deste Decreto.

Parágrafo único - A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários desde que não altere o orçamento total aprovado.

Seção II

Do gestor da parceria

Art. 35 - Caberá ao gestor da parceria, designado na forma do parágrafo único do art. 21 deste Decreto, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a Administração Pública Municipal informada sobre o andamento das atividades.

Art. 36 - São obrigações do gestor da parceria, inclusive nos casos em que houver atuação em rede, aquelas estipuladas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, em especial:

I - acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da parceria, especialmente quanto ao cumprimento integral do Plano de Trabalho e das metas e objetivos estabelecidos;

II - acompanhar as atividades desenvolvidas pela organização da sociedade civil e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativos, técnico e financeiro, propondo medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

III - realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os representantes da organização da sociedade civil, para assegurar a adoção das diretrizes constantes do Termo e do Plano de Trabalho;

IV - realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira;

V - determinar, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a forma da realização de pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho;

VI - realizar visita técnica in loco durante a execução do objeto da parceria com a consequente elaboração de relatório técnico;

VII - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados, inclusive no que tange à hipótese descrita no art. 62 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

VIII - emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, que conterá, no mínimo, os elementos constantes no §1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

IX - emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas anual e final, levando em consideração também o conteúdo do relatório mencionado no inciso VIII deste artigo, observando ainda o disposto no art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

X - instaurar tomada de contas especial antes do término da vigência da parceria diante de irregularidades na execução do objeto e elaborar competente parecer técnico de análise da tomada de contas especial, na forma dos arts. 56 e seguintes deste Decreto;

XI - disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

XII - notificar a organização da sociedade civil para sanar qualquer irregularidade verificada e/ou apresentar defesa prévia escrita na forma estabelecida nos arts. 64 e seguintes deste Decreto;

XIII - aplicar a penalidade de advertência nos casos em que a irregularidade não tiver sido sanada e/ou a defesa prévia escrita for indeferida, respeitado o procedimento previsto no art. 65 deste Decreto;

XIV - conceder prazo, na forma do inciso VII do art. 65 deste Decreto, para a interposição de recurso administrativo em face da penalidade aplicada;

XV - comunicar, por intermédio de relatório devidamente instruído, ao Secretário da Pasta ou à autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal a respeito de irregularidades insanáveis que poderão ensejar a aplicação da penalidade de suspensão temporária da participação em chamamento público e/ou de declaração de inidoneidade, com respaldo nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e na forma do inciso II do art. 65 deste Decreto;

§ 1º - O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo por meio de ato do Sr. Prefeito e de simples apostilamento ao respectivo termo.

§ 2º - Em caso de ausência temporária do gestor da parceria, o suplente assumirá as suas obrigações até o seu retorno.

§ 3º - Em caso de vacância da função de gestor da parceria, o suplente ou quem a Secretaria gestora indicar assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a designação de novo gestor por meio de ato do Sr. Prefeito.

Seção III

Da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Art. 37 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA é órgão colegiado, centralizado e estratégico, devidamente

constituído por ato do Sr. Prefeito publicado na Imprensa Oficial do Município, destinado a monitorar e avaliar, inclusive nos casos em que houver atuação em rede, as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, ao qual compete em especial:

I - avaliar e monitorar o cumprimento do objeto de qualquer parceria firmada com as organizações da sociedade civil, podendo se valer de apoio técnico de terceiros e delegar competência;

II - avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

III - analisar a vinculação dos gastos da organização da sociedade civil ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

IV - solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na organização da sociedade civil e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

V - solicitar aos demais órgãos municipais ou à organização da sociedade civil esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

VI - julgar os recursos administrativos interpostos pela organização da sociedade civil em face da aplicação da penalidade de advertência pelo gestor da parceria, em conformidade com o inciso VIII do art. 65 deste Decreto;

VII - analisar e, se não constatada qualquer irregularidade ou omissão, homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela organização da sociedade civil, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

VIII - analisar e manifestar-se conclusivamente acerca do parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas anual e final, inclusive quanto aos respectivos recursos administrativos interpostos, em conformidade com os arts. 48 e 53 deste Decreto e o § 5º do art. 69 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

IX - analisar e manifestar-se conclusivamente acerca do parecer técnico de análise da tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto, conforme arts. 56 e seguintes deste Decreto;

X - fazer sugestões estratégicas sobre eventuais ajustes no planejamento e nos procedimentos estabelecidos neste Decreto, com base no acompanhamento e monitoramento da execução das parcerias firmadas e na análise do alcance dos objetivos esperados e dos custos envolvidos.

§ 1º - A CMA será composta por, pelo menos, 04 (quatro) servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, sendo um necessariamente lotado junto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão ou em órgão análogo do ente da Administração Pública Municipal, assegurada, sempre que possível, a participação de servidores das Secretarias gestoras.

§ 2º - A composição da CMA poderá ser alterada a qualquer tempo por meio de ato do Sr. Prefeito e de simples apostilamento ao respectivo termo.

§ 3º - Em caso de ausência temporária de membro da CMA, o suplente assumirá as suas obrigações até o seu retorno.

§ 4º - Em caso de vacância de membro da CMA, o suplente ou quem o Sr. Prefeito indicar assumirá interinamente a função, por meio de simples apostilamento, até a designação formal de novo membro por meio de ato do Sr. Prefeito.

§ 5º - A composição da CMA, designada pela autoridade máxima, dar-se-á em conformidade com este Decreto na

DECRETOS

medida da capacidade organizacional e operacional do ente da Administração Pública.

CAPÍTULO VII
DA ATUAÇÃO EM REDE

Art. 38 - A atuação em rede é permitida desde que respeitadas as exigências constantes no art. 35-A da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e prevista expressamente no edital de chamamento público.

Parágrafo único - A capacidade técnica e operacional da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração para supervisionar e orientar a rede será avaliada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) carta de princípios ou similar ou registros de reuniões e eventos da rede ou redes que participa ou participou;
- b) declaração de secretaria-executiva ou equivalente de rede ou redes que participa ou participou, quando houver;
- c) declaração de organizações que compõem a rede ou redes que participa ou participou; ou
- d) documentos, relatórios ou projetos que tenha desenvolvido em rede.

Art. 39 - A atuação em rede será formalizada entre a organização da sociedade civil celebrante e cada uma das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes por meio de termo de atuação em rede.

§ 1º - A organização da sociedade civil celebrante deverá, no momento da formalização do termo de atuação em rede, verificar a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou de fomento, de acordo com o disposto no edital de chamamento público e no art. 16 deste Decreto.

§ 2º - O termo de atuação em rede especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela organização da sociedade civil executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º - A organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar à Administração Pública Municipal a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de sua assinatura.

§ 4º - Na hipótese de o termo de atuação em rede ser rescindido, a organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar o fato à Administração Pública Municipal no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do rescisão.

Art. 40 - A organização da sociedade civil celebrante da parceria é responsável pelos atos realizados pela rede.

§ 1º - Para fins do disposto no caput deste artigo, os direitos e as obrigações da organização da sociedade civil celebrante perante a Administração Pública Municipal não poderão ser sub-rogados à organização da sociedade civil executante e não celebrante.

§ 2º - Na hipótese de irregularidade ou desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes responderão subsidiariamente até o limite do valor dos recursos recebidos ou pelo valor devido em razão de dano ao erário.

§ 3º - O gestor da parceria avaliará e monitorará a organização da sociedade civil celebrante, que prestará informações sobre prazos, metas e ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

§ 4º - As organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes deverão apresentar informações sobre a execução das ações, dos prazos e das metas e documentos e comprovantes de despesas, inclusive com o pessoal contratado, necessários à prestação de contas pela organização da sociedade civil celebrante da parceria, conforme descrito no termo de atuação em rede, no inciso I do

parágrafo único do art. 35-A da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no § 3º do art. 42 deste Decreto.

§ 5º - O ressarcimento ao erário realizado pela organização da sociedade civil celebrante não afasta o seu direito de regresso contra as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

CAPÍTULO VIII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I
Das disposições gerais

Art. 41 - A prestação de contas dar-se-á em estrita observância ao disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e às especificidades deste Decreto, bem como em consonância com os regulamentos expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 1º - Serão observados, ainda, prazos e regras específicos constantes no instrumento da parceria e no respectivo Plano de Trabalho.

§ 2º - A Administração Pública Municipal disponibilizará manuais específicos às organizações da sociedade civil no momento da celebração das parcerias, os quais poderão sofrer alterações desde que a parceira seja previamente informada e sejam publicados na Imprensa Oficial do Município.

Art. 42 - A prestação de contas tem como escopo a demonstração e verificação dos resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas.

§ 1º - A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real, os resultados alcançados e, em especial, a priorização do controle de resultados como diretriz fundamental do regime jurídico de parceria, conforme indicado respectivamente no § 3º do art. 64 e no inciso II do art. 6º da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º - Os dados financeiros serão analisados no intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a correlação entre as despesas e a conciliação bancária demonstrada no extrato.

§ 3º - Na hipótese de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante apresentar a prestação de contas, inclusive no que tange às ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

Art. 43 - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão realizados por meio de plataforma eletrônica e é classificada em quadrimestral, anual e final, de acordo com a vigência da parceria.

Art. 44 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Seção II
Da prestação de contas quadrimestral

Art. 45 - Após o encerramento de cada quadrimestre do exercício fiscal, a organização da sociedade civil deverá no prazo de 10 (dez) dias encaminhar, por meio de plataforma eletrônica, à Administração Pública Municipal os documentos exigidos no regulamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Seção III
Da prestação de contas anual

Art. 46 - Após o encerramento do exercício fiscal, a organização da sociedade civil deverá no prazo de 30 (trinta) dias apresentar relatório de prestação de contas anual, por meio do encaminhamento via plataforma eletrônica dos seguintes documentos:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

II - relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

III - outros documentos exigidos pelos manuais específicos e pelos regulamentos expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 1º - Durante a análise da prestação de contas anual, o relatório previsto no inciso II deste artigo será apreciado apenas quando houver o descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho.

§ 2º - No caso de atuação em rede, a emissão de documento fiscal poderá se dar em nome da entidade celebrante ou em nome da organização da sociedade civil executante da parceria, desde que respeitados os requisitos legais.

Art. 47 - Apresentados os documentos elencados no art. 46, caberá ao gestor da parceria elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação, com base no inciso VIII do art. 36 deste Decreto e no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.
Parágrafo único - Constatada alguma irregularidade, deverá o gestor da parceria notificar a organização da sociedade civil para no prazo de 30 (trinta) dias:

I - sanar a irregularidade;

II - cumprir a obrigação; ou

III - apresentar justificativa acerca da impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Art. 48 - Expirado o prazo previsto no parágrafo único do art. 47 deste Decreto, o gestor da parceria emitirá em 30 (trinta) dias parecer técnico de análise da prestação de contas anual em que se verificará se a irregularidade foi sanada ou a obrigação cumprida ou analisará a justificativa apresentada pela organização da sociedade civil.

Parágrafo único - O parecer técnico de análise da prestação de contas anual da parceria será elaborado com base nos documentos exigidos pelo art. 46 deste Decreto e com observância, pelo menos, dos aspectos elencados no § 4º do art. 67 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 49 - À organização da sociedade civil será dada ciência do parecer técnico de análise da prestação de contas anual, a qual poderá no prazo de 20 (vinte) dias interpor recurso administrativo.

§1º - O recurso administrativo será recebido pelo gestor da parceria que poderá se retratar ou encaminhá-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação para análise e emissão de parecer fundamentado.

§ 2º - Transcorrido in albis o prazo previsto no caput deste artigo, o parecer técnico de análise da prestação de contas anual da parceria será encaminhado à Comissão de Monitoramento e Avaliação para emissão de parecer fundamentado, observado o disposto no § 1º do art. 50 deste Decreto.

Art. 50 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação analisará as razões recursais no prazo de 20 (vinte) dias e emitirá parecer fundamentado pela sua procedência ou não, nos moldes do art. 62 deste Decreto, submetendo à deliberação final do Sr. Prefeito.

§ 1º - No parecer fundamentado de que trata o caput deste artigo, a Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida.

§ 2º - A homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação e a deliberação final do Sr. Prefeito são decisões irreversíveis.

Seção IV

Da prestação de contas final

Art. 51 - Após o término da vigência da parceria, a organização da sociedade civil deverá no prazo de 30 (trinta) dias apresentar relatório de prestação de contas final, por meio do encaminhamento via plataforma eletrônica dos documentos enumerados no art. 46 deste Decreto, além de:

I - comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, conforme disposto no art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

II - previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o art. 32 deste Decreto ou solicitar a aplicação da hipótese prevista na alínea “b” do inciso II do art. 63 deste Decreto; e

III - demais documentos exigidos pelos regulamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - No caso de atuação em rede, a emissão de documento fiscal poderá se dar em nome da entidade celebrante ou em nome da organização da sociedade civil executante da parceria, respeitados os requisitos legais.

Art. 52 - Constatada alguma irregularidade, deverá o gestor da parceria notificar a organização da sociedade civil para no prazo de 30 (trinta) dias:

I - sanar a irregularidade;

II - cumprir a obrigação; ou

III - apresentar justificativa acerca da impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Art. 53 - Expirado o prazo previsto no art. 52 deste Decreto ou inexistindo qualquer irregularidade, o gestor da parceria emitirá em 30 (trinta) dias parecer técnico de análise da prestação de contas final em que se verificará se a irregularidade foi sanada ou a obrigação cumprida ou analisará a justificativa apresentada pela organização da sociedade civil.

Parágrafo único - O parecer técnico de análise da prestação de contas final da parceria será elaborado com base nos documentos exigidos pelos arts. 46 e 51 deste Decreto e com observância, pelo menos, dos aspectos elencados no § 4º do art. 67 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 54 - À organização da sociedade civil será dada ciência do parecer técnico de análise da prestação de contas final, a qual poderá no prazo de 20 (vinte) dias interpor recurso administrativo.

§ 1º - O recurso administrativo será recebido pelo gestor da parceria que poderá se retratar ou encaminhá-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação para análise e emissão de parecer fundamentado.

§ 2º - Transcorrido in albis o prazo previsto no caput deste artigo, o parecer técnico de análise da prestação de contas final da parceria será encaminhado à Comissão de Monitoramento e Avaliação para emissão de parecer fundamentado.

Art. 55 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação analisará as razões recursais no prazo de 20 (vinte) dias e emitirá parecer fundamentado pela sua procedência ou não, nos moldes do art. 62 deste Decreto, submetendo à deliberação final do Sr. Prefeito.

Parágrafo único - A deliberação final do Sr. Prefeito é decisão irreversível.

Seção V

Da tomada de contas especial

Art. 56 - A tomada de contas especial consiste em procedimento instaurado pela Administração Pública Municipal, iniciado por meio de relatório circunstanciado do gestor da parceria ou da Comissão de Avaliação e Monitoramento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em que se verifica alguma das seguintes hipóteses:

I - a constatação de irregularidade grave e insanável que prejudique a adequada execução do objeto da parceria;

II - a aplicação do art. 62 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

III - a rejeição da prestação de contas quadrimestral ou anual;

IV - a denúncia ou a rescisão da parceria, antes do seu prazo final.

Parágrafo único - O relatório circunstanciado de que trata o caput deste artigo será submetido ao Secretário da Pasta ou à autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal que determinará ou não a instauração do procedimento de tomada de contas especial.

Art. 57 - Instaurado procedimento de tomada de contas especial, a organização da sociedade civil será notificada para no prazo de 30 (trinta) dias apresentar os documentos elencados nos arts. 46 e 51 deste Decreto, bem como, alternativamente:

I - sanar a irregularidade;

II - cumprir a obrigação;

III - apresentar justificativa acerca da inexistência de irregularidade ou da desnecessidade do cumprimento da obrigação.

Art. 58 - Expirado o prazo previsto no art. 57 deste Decreto, o gestor da parceria emitirá em 30 (trinta) dias parecer técnico de análise da tomada de contas especial em que se verificará se a irregularidade foi sanada ou a obrigação cumprida ou analisará a justificativa apresentada pela organização da sociedade civil.

Parágrafo único - O parecer técnico de análise da tomada de contas especial da parceria será elaborado com base nos documentos exigidos pelos arts. 46 e 51 deste Decreto e com observância, pelo menos, dos aspectos elencados no § 4º do art. 67 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 59 - À organização da sociedade civil será dada ciência do parecer técnico de análise da tomada de contas especial, a qual poderá no prazo de 20 (vinte) dias interpor recurso administrativo.

§ 1º - O recurso administrativo será recebido pelo gestor da parceria que poderá se retratar ou encaminhá-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação para análise e emissão de parecer fundamentado.

§ 2º - Transcorrido in albis o prazo previsto no caput deste artigo, o parecer técnico de análise da tomada de contas especial da parceria será encaminhado à Comissão de Monitoramento e Avaliação para emissão de parecer fundamentado.

Art. 60 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação analisará as razões recursais no prazo de 20 (vinte) dias e emitirá parecer fundamentado pela sua procedência ou não, nos moldes do art. 62 deste Decreto, submetendo à deliberação final do Sr. Prefeito.

Parágrafo único - A deliberação final do Sr. Prefeito é decisão irreversível.

Art. 61 - Nos casos em que a deliberação final do Sr. Prefeito decidir pela aplicabilidade do procedimento da tomada de contas especial e acarretar a rescisão da parceria, são inaplicáveis os procedimentos de tomada de contas quadrimestral, anual e final.

Seção VI

Dos pareceres técnicos e fundamentados

Art. 62 - Os pareceres técnicos do gestor das parcerias, mencionados nos arts. 48, 53 e 58 deste Decreto, e os pareceres fundamentados da Comissão de Monitoramento e Avaliação, citados nos arts. 50, 55 e 60 deste Decreto, deverão, ao final, sugerir, alternativamente, nos moldes do § 5º do art. 69 da Lei Federal nº 13.019, de 2014:

I - aprovação das contas;

II - aprovação das contas com ressalvas; ou

III - rejeição das contas.

§ 1º - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

§ 2º - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

§ 3º - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - omissão no dever de prestar contas;

II - descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

IV - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Seção VII

Das disposições finais

Art. 63 - Após a decisão do Sr. Prefeito, conforme previsão dos arts. 50, 55 e 60 deste Decreto, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na plataforma eletrônica as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 1º - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo IX deste Decreto.

§ 2º - O gestor da parceria emitirá parecer técnico sobre a solicitação de que trata a alínea “b” do inciso II deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias para deliberação final da Secretaria gestora ou da autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal.

§ 3º - O parecer técnico mencionado no § 2º deste artigo deverá analisar e atestar, especialmente, que a ação compensatória apresentada não possui correlação com a causa que ensejou a rejeição das contas.

§ 4º - A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

§ 5º - Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea “b” do inciso II deste artigo serão definidos no edital de chamamento público e nos respectivos instrumento da parceria e Plano de Trabalho, observados os objetivos da

DECRETOS

política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida.

§ 6º - Na hipótese do inciso II deste artigo, o não ressarcimento ao erário ensejará a adoção das medidas jurídicas cabíveis.

CAPÍTULO IX
DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

Art. 64 - Nos casos de execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com o instrumento da parceria, com as normas deste Decreto e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º - A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º - A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

§ 3º - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de reincidência na aplicação da sanção prevista no § 2º deste artigo, desde que a natureza da infração seja considerada grave e resulte danos à Administração Pública Municipal.

§ 4º - A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos a Administração Pública Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos.

§ 5º - A sanção de declaração de inidoneidade impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no § 4º deste artigo.

Art. 65 - Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

I - constatada alguma irregularidade na execução da parceria, o gestor da parceria ou a Comissão de Monitoramento e Avaliação elaborará relatório circunstanciado, em que se descreverá a situação fática, se apontará a infração cometida, se determinará a medida adequada para suprir a irregularidade e a penalidade aplicável no caso de seu descumprimento;

II - no caso em que a penalidade aplicável for a de suspensão do direito de participação em chamamento público ou a de declaração de inidoneidade, o relatório circunstanciado, de que trata o inciso I deste artigo, será encaminhado ao Secretário da Pasta ou à autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal para análise e deliberação final;

III - a organização da sociedade civil será notificada do relatório circunstanciado especificado nos incisos I e II deste artigo para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa, exceto quando se tratar de penalidade de suspensão do direito de participação em chamamento público e de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de 10 (dez) dias, ou suprir a irregularidade;

IV - apresentada defesa no prazo legal, caberá aos órgãos técnicos analisá-la;

V - a decisão da autoridade competente será proferida, no caso de advertência, pelo gestor da parceria, e no caso de

suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade pelo Secretário da Pasta ou autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal;

VI - a organização da sociedade civil será intimada acerca da penalidade aplicada;

VII - a organização da sociedade civil terá prazo de 10 (dez) dias para interposição de recurso administrativo;

VIII - caberá à Comissão de Avaliação e Monitoramento ou à autoridade máxima do ente da Administração Pública apreciar e julgar o recurso interposto em face da decisão do gestor da parceria e ao Sr. Prefeito apreciar e julgar o recurso interposto em face da decisão do Secretário da Pasta ou autoridade máxima do ente da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único - As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

Art. 66 - Prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública Municipal destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data da constatação da irregularidade pelo gestor da parceria ou pela Comissão de Avaliação e Monitoramento.

Parágrafo único - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CAPÍTULO X
DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Art. 67 - A Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil deverão atender às disposições constantes nos arts. 10 de seguintes da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo único - Enquanto o sistema de cadastramento eletrônico das entidades do Terceiro Setor não contemplar a publicação das informações exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, cada Secretaria e ente da Administração Pública Municipal deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos Planos de Trabalho.

Art. 68 - Serão disponibilizadas as seguintes informações pela Administração Pública Municipal e pela organização da sociedade civil celebrante:

I - objeto da parceria

II - valor total previsto na parceria e valores efetivamente liberados;

III - nome completo do representante legal da organização da sociedade civil parceira;

IV - data de início e término da parceria, incluindo eventuais prorrogações;

V - situação da prestação de contas final da parceria, informando a data limite para sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

VI - link ou anexo com a íntegra do termo de fomento ou colaboração, respectivo plano de trabalho e eventuais termos aditivos;

VII - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VIII - quando a parceria tratar de atividades continuadas vinculadas a direitos do cidadão deverão ser especificados os padrões de atenção a serem prestados.

Parágrafo único - No caso de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante divulgar as informações de que trata o caput deste artigo, inclusive quanto às organizações da sociedade civil não celebrantes e executantes em rede.

Art. 69 - A Administração Pública Municipal implantará programa de capacitação com foco na operacionalização do novo regime das parcerias destinado aos servidores públicos, colaboradores das organizações da sociedade civil e aos membros dos Conselhos Municipais, objetivando a efetivação das diretrizes fundamentais dispostas nos incisos I e VII do art. 6º da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70 - As parcerias existentes a partir de 1º de janeiro de 2017 serão regidas pela legislação vigente no momento da sua celebração.

§ 1º - Apenas quando houver atraso no repasse ou na liberação de recurso à organização da sociedade civil, as parcerias existentes durante o ano de 2017 poderão ser prorrogadas pelo período do atraso.

§ 2º - Nas parcerias existentes em 1º de janeiro de 2017, cujo prazo é indeterminado ou prorrogável por período superior ao inicialmente estabelecido, a Administração Pública Municipal deverá até 31 de dezembro de 2017:

I - substituir as parcerias por termo de colaboração, de fomento ou acordo de cooperação; ou

II - rescindir unilateralmente a parceria e dar início a novo procedimento de escolha da organização da sociedade civil nos moldes da Lei Federal nº 13.019, de 2014, deste Decreto e dos regulamentos expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 71 - As parcerias em vigor no Município, cujo prazo expirará durante o ano de 2017, poderão ser aditadas com a estipulação de novo prazo, que não poderá exceder a 31 de dezembro de 2017, desde que adotadas as medidas necessárias de cunho técnico e orçamentário-financeiro até 31 de dezembro de 2016.

Art. 72 - Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

PEDRO BIGARDI
Prefeito

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiáí, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ADILSON MESSIAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

INEDITORIAL

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente EDITAL, ficam convocados os associados do JUNDIAÍ CLUBE, para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de DEZEMBRO de 2016, em sua sede social localizada na Rua Adolfo Torricelli. Nº 249 – Vianelo – Jundiáí/SP, às 18h em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados (ART. 10º dos estatutos sociais), não havendo quorum legal, será feita a segunda chamada as 18h30, com a presença de qualquer número de associados válidos (Art. 11º dos estatutos sociais), para tratarem da seguinte pauta:

I – Dar conhecimento público para aprovação do relatório financeiro de 2.016

II – Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo; Diretoria Executiva, membros do Conselho Fiscal para o quadriênio 2017 à 2020 .

As chapas concorrentes às eleições, deverão protocolar na sede da entidade até às 17:00 hs do dia 29 de dezembro de 2.016

Jundiáí, 20 de dezembro de 2016
Profº Norival José da Silva
Presidente

PODER LEGISLATIVO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

(Processo nº 76.285)

Objeto: Aquisição de papel padrão "A4" nas cores amarelo, azul, branco e rosa;
Modalidade: Pregão Presencial nº 06/16;
Homologado para as propostas das licitantes Central Brasil Distribuidora de Artigos de Papelaria Ltda. ME (item 03) com o valor total de R\$ 12.300,00 e Maxitec Serviços de Informática Ltda. EPP (itens 01, 02 e 04), com o valor total de R\$ 918,00.
A íntegra da Ata da Sessão Pública do Pregão, bem como da homologação do presente certame encontram-se afixadas na recepção da Câmara Municipal de Jundiáí (art. 16 da L. F. nº. 8.666/93 e suas alterações).

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

(Processo nº 76.285)

Não havendo recursos, foi adjudicado pelo pregoeiro o objeto da Licitação Pregão nº 06/16, Processo nº 76.285, nos termos do artigo 4º, inciso XX, da Lei Federal 10.520/02, às propostas das licitantes Central Brasil Distribuidora de Artigos de Papelaria Ltda. ME (item 03) e Maxitec Serviços de Informática Ltda. EPP (itens 01, 02 e 04), conforme fls. 177/178, do Processo nº 76.285.

PODER LEGISLATIVO

Autógrafo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 1.003

Prevê incentivo fiscal a teatros e espaços culturais pela apresentação de espetáculos de arte cênica gratuitos e abertos ao público.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. Esta Lei Complementar dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal a teatros e espaços culturais pela apresentação de espetáculos de arte cênica gratuitos e abertos ao público em geral.

Art. 2º. São isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU os imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como teatro ou espaço aberto ao público e que tenha caráter artístico e cultural, preenchidos os requisitos estabelecidos no art. 4º. desta lei complementar.

§ 1º. É vedada a concessão da isenção a teatros e espaços culturais administrados ou geridos por empresa sem fins culturais, partidos políticos, entidades religiosas e fundações privadas.

§ 2º. No caso de imóveis parcialmente utilizados como teatro ou atividade acessória correlacionada à exibição de espetáculo de arte cênica, a isenção será proporcional à área do imóvel utilizada para esse fim.

§ 3º. Consideram-se partes integrantes do imóvel as salas de apresentação de espetáculos, camarins, áreas de ensaio, de reunião, salas de aulas de arte, guarda-roupas, espaços de reserva técnica, escritórios, biblioteca, foyers, galerias de exposições, cafeteria ou bar, cozinha e outras dependências acessórias e complementares à atividade artística.

Art. 3º. Para os fins desta lei complementar, considera-se de caráter artístico e cultural teatros e espaços culturais que desenvolvam ações de criação, produção, formação, programação ou promoção de atividades artísticas com finalidade estética e cultural.

Art. 4º. A isenção prevista no art. 2º poderá ser requerida ao Executivo pelos administradores ou gestores dos teatros ou espaços culturais, com, no mínimo, 2 (dois) anos de atividades, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, proprietários, locatários ou cessionários.

§ 1º. O requerente que apresentar pedido de isenção, nos termos do caput deste artigo, deverá assinar termo de responsabilidade pelas informações prestadas.

§ 2º. O requerente deverá entregar, anualmente, ao Executivo, documentos comprobatórios das atividades culturais, como a quantidade anual de espectadores, relação das principais atividades realizadas, material de imprensa, clipagem eletrônica, programas, cartazes, imagens, dentre outros, sob pena de perda da isenção fiscal.

§ 3º. As informações e materiais entregues anualmente pelos teatros e espaços culturais poderão ser utilizados pela Municipalidade como base de dados para informar os locais de apresentação de espetáculos de artes cênicas na cidade.

§ 4º. O requerente obriga-se a comunicar ao Executivo toda alteração de uso do imóvel como espaço teatral ou cultural, sob pena de multa a ser estipulada na regulamentação desta lei complementar.

Art. 5º. A isenção fiscal prevista nesta lei complementar surtirá seus efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao do início de sua vigência.

Art. 6º. O Executivo regulamentará esta lei complementar no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do início de sua vigência.

Art. 7º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 11.919

Exige, em estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, cartaz educativo sobre os riscos de seu consumo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. Todo estabelecimento que comercialize bebidas alcoólicas afixará, em suas dependências, cartaz com os dizeres: “A BEBIDA

ALCOÓLICA PODE CAUSAR DEPENDÊNCIA QUÍMICA E, EM EXCESSO, PROVOCA GRAVES MALES À SAÚDE”.

Parágrafo único. O cartaz será afixado em local de fácil visualização, em número suficiente aos seus ambientes e será confeccionado no tamanho mínimo de 0,30m X 0,40m (trinta centímetros de altura por quarenta centímetros de largura).

Art. 2º. Os estabelecimentos atualmente existentes têm prazo de até 30 (trinta) dias, contados do início de vigência desta lei, para se adequarem ao ora disposto.

Art. 3º. A infração desta lei implica:

I – advertência, na primeira autuação, para regularização no prazo de até 30 (trinta) dias;

II – multa de 4 (quatro) Unidades Fiscais do Município-UFMs, na segunda autuação, se não atendida a advertência, e fixação de novo prazo, de 30 (trinta) dias, para a regularização;

III – multa de 8 (oito) UFMs, na terceira autuação, se não sanada a irregularidade nos termos do inciso II deste artigo, e fixação de novo prazo, de 30 (trinta) dias, para a regularização;

IV – em nova autuação, se não sanada a irregularidade, multa de 16 (dezesesseis) UFMs e suspensão da Licença de Localização e Funcionamento até que a irregularidade seja sanada.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 11.921

Exige, em todo estabelecimento médico especializado em obstetrícia, divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. Em todo estabelecimento de saúde, público e privado, em que haja atendimento especializado em obstetrícia, será divulgada a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal de que trata a Portaria federal nº. 1.067, de 04 de julho de 2005, do Ministério da Saúde, visando à proteção das gestantes e parturientes contra a violência obstétrica.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se violência todo ato praticado por médico, por equipe de hospital público ou privado, seja em unidade de saúde ou em consultório médico, que ofenda, de forma verbal ou física, mulher gestante, em trabalho de parto ou no período de puerpério.

Art. 2º. Para o acesso às informações de que trata esta lei, poderá ser elaborada Cartilha dos Direitos da Gestante e da Parturiente, propiciando a todas as mulheres as informações e esclarecimentos necessários para um atendimento hospitalar digno e humanizado, visando à erradicação da violência obstétrica, devendo conter, para tanto, a integralidade do texto da Portaria federal nº. 1.067/2005, referida no art. 1º.

Art. 3º. Os estabelecimentos de saúde alcançados por esta lei afixarão, em local e letras facilmente legíveis, cartazes informativos sobre a existência da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, bem como disponibilizar às mulheres, se o caso, um exemplar da Cartilha referida no art. 2º.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
PRESIDENTE

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.060

Autoriza crédito orçamentário para atender a Escola Superior de Educação Física de Jundiáí (R\$ 128.000,00).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

PODER LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao remanejamento de recursos no montante de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) previstos no Orçamento vigente alocados na rubrica 08.01.99.999.9999.903.99.99.00.0 para o Orçamento da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí visando à suplementação das seguintes rubricas e respectivos montantes: 52.01.12.364.160.8521.0. MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

31.90.11.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – R\$ 101.500,00
31.90.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS – R\$ 26.500,00

Parágrafo único – O remanejamento referido no “caput” deste artigo dar-se-á com fundamento nas disposições contidas no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, c/c inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
PRESIDENTE

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.063

Autoriza fechamento de ruas sem saída, vilas e loteamentos, nas condições que especifica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É autorizado o fechamento, total ou parcial, a critério da Administração, de ruas sem saída, vilas e loteamentos, desde que registrados e situados em zona classificada como predominantemente residencial, unifamiliar, com acesso controlado de veículos e de pessoas não domiciliadas no local.

Art. 2º. O pedido para fechamento será formulado por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos proprietários dos imóveis existentes na área, a ser formalizado através de requerimento, que será acompanhado de:

I – planta, na qual constem as divisas da área, as vias existentes e os locais a serem fechados;

II – relação pormenorizada e quantitativa dos imóveis existentes;

III – identificação de cada um dos requerentes, com os respectivos números de Registro Geral-RG e Cadastro da Pessoa Física-CPF, bem como o número de inscrição imobiliária municipal do imóvel respectivo;

IV – prova de constituição legal da entidade representativa dos proprietários da área que responderá pelas despesas com a instalação e manutenção dos elementos da respectiva área.

Parágrafo único. O requerimento também poderá ser formulado pela associação de moradores regularmente constituída, caso em que, além de observados o disposto nos incisos I e IV do *caput* deste artigo, será acompanhado de cópia autenticada da ata da assembleia que deliberou sobre o fechamento, desde que comprovada a convocação de 50% (cinquenta por cento) mais um dos proprietários da área abrangida pela associação, atendidas as identificações exigidas no inciso III do *caput* deste artigo.

Art. 3º. O fechamento das divisas da área será feito com cerca viva, muro de alvenaria ou alambrado em tela, com altura máxima de 4,00m (quatro metros), desde que:

I – não ocorra prejuízo para as redes de energia elétrica, de iluminação pública e de telefonia porventura existentes;

II – não obstrua o fluxo normal de veículos na malha viária existente, além do necessário para o atendimento do disposto no art. 5º.

Art. 4º. O leito das ruas ficará livre de quaisquer obstáculos de efeito permanente, autorizado a conter apenas portaria, portão, cancela, corrente ou similares em sua extensão, que permitam o trânsito de veículos e, obrigatoriamente, acesso diferenciado para pedestres.

Parágrafo único. As áreas institucionais e verdes situadas nas áreas referidas no art. 1º não poderão sofrer alteração em sua destinação, fim e objetivos originariamente estabelecidos.

Art. 5º. O acesso de pedestres ou condutores de veículos não residentes na área fechada é garantido mediante simples identificação ou cadastramento, vedado qualquer restrição a esse acesso.

Art. 6º. As áreas referidas no art. 1º, que já se encontrem nas situações previstas por esta lei, se o caso, adaptar-se-ão às disposições

desta lei, sob pena de remoção do respectivo fechamento até sua completa regularização.

Art. 7º. O Executivo regulamentará esta lei.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.064

Denomina “**Av. VALTER TOZETTO JUNIOR**” a Avenida Marginal II do loteamento Bosque dos Jacarandás.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**Av. VALTER TOZETTO JUNIOR**” a Avenida Marginal II do loteamento Bosque dos Jacarandás, situada entre as ruas Uva Maria e Antônio Demarchi, conforme assinalado no croqui integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

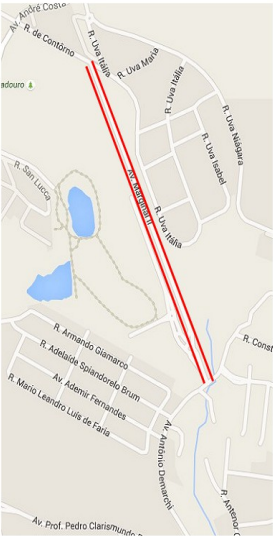
Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo
Gabinete do Vereador
Paulo Sergio - Delegado

Projeto de Lei n.º
CROQUI

Denomina Valter Tozetto Junior a via de ligação entre a Rua Uva Maria e a Rua Antonio Demarchi (Loteamento Bosque dos Jacarandás).



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.078

Denomina “**Estrada EDUARDO TORESAN**” (“**Barrica**”) a via pública situada entre a Rod. Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e a Av. Guilherme Porcari, no Bairro Portal do Medeiros.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**Estrada EDUARDO TORESAN**” a via pública situada entre a Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e a

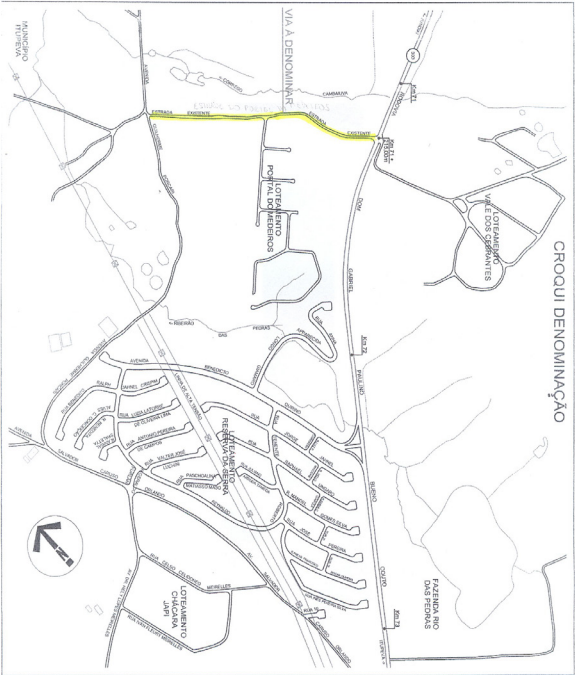
Avenida Guilherme Porcari, no Bairro Portal do Medeiros, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Parágrafo único. Da placa toponímica constará a alcunha “**Barrica**”.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.079

Denomina “**Rua LUIZA MARIA DOS SANTOS**” a Rua 1 do loteamento Flores do Paraíso, no Jardim São Vicente.

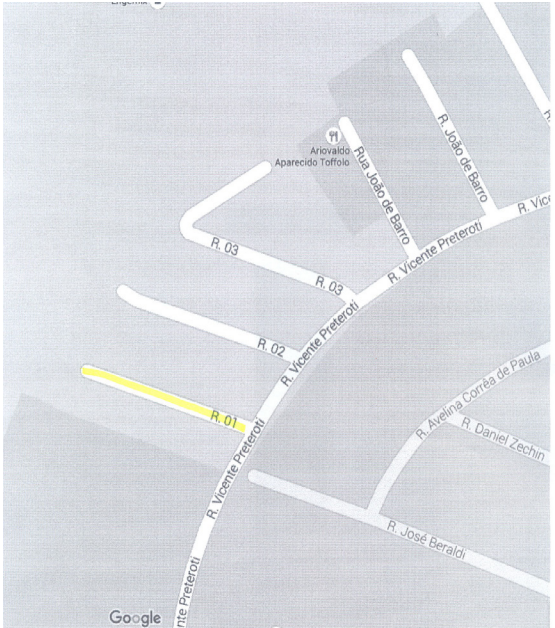
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**Rua LUIZA MARIA DOS SANTOS**” a Rua 1 do loteamento Flores do Paraíso, situado no Jardim São Vicente, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



PODER LEGISLATIVO

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.092

Denomina “**Av. ANGELA LEARDINI PADOVAN**” a via pública que dá acesso ao loteamento Santo Antônio II, no Bairro Santa Clara.

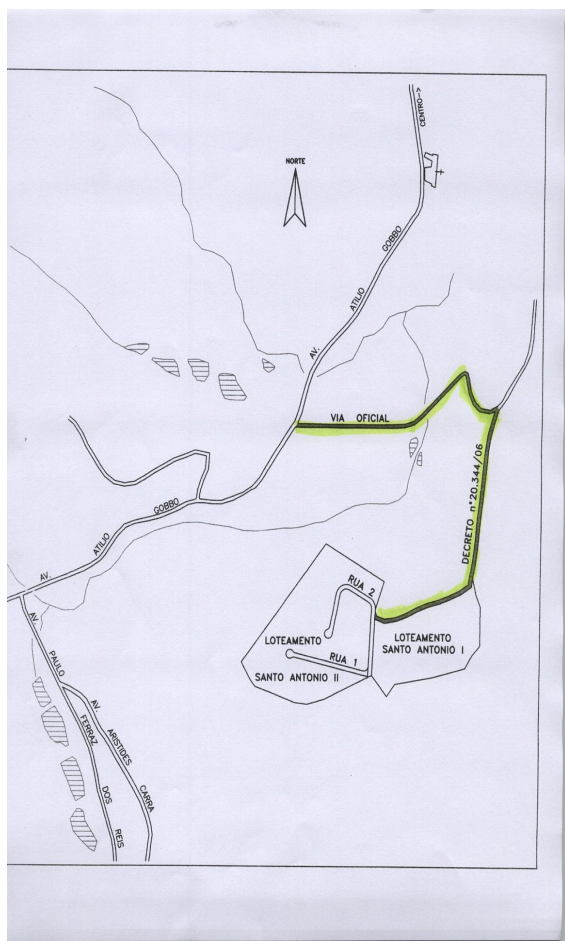
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**Avenida ANGELA LEARDINI PADOVAN**” a via pública que, com início à altura do n.º 1.280 da Avenida Atilio Gobbo, dá acesso ao loteamento Santo Antônio II, no Bairro Santa Clara, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.093

Denomina “**PRAÇA MIGUEL HESPANHOLETO**” a área pública situada entre a Av. Mons. Higino de Campos e a Rua Reinaldo Orsi, em Vila Espéria/Parque Brasília.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**PRAÇA MIGUEL HESPANHOLETO**” a área pública localizada entre a Avenida Monsenhor Higino de Campos e a Rua Reinaldo Orsi, em Vila Espéria/Parque Brasília, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.107

Denomina “**ADELINO TONDATO**” a Via de Pedestre 2, situada na gleba 1-D do loteamento Água Doce, no Bairro Água Doce.

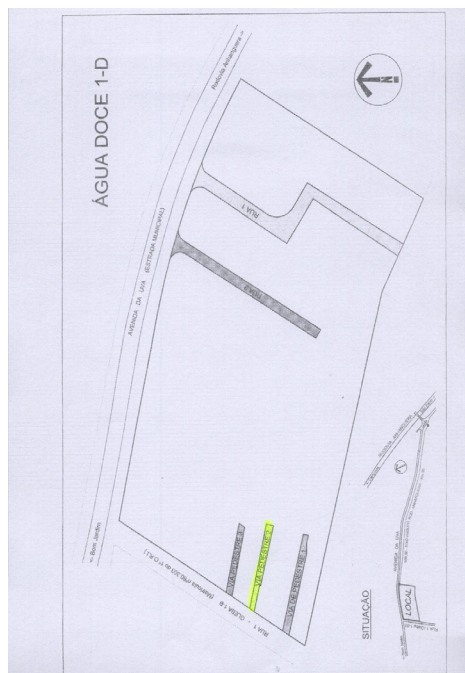
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**ADELINO TONDATO**” a Via de Pedestre 2, situada na gleba 1-D do loteamento Água Doce, no Bairro Água Doce, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.111

Autoriza subvenção econômica, no exercício de 2017, para produtores rurais de frutas (até R\$ 300.000,00); e dá providências correlatas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder no exercício de 2017, subvenção econômica até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a ser rateado entre os produtores rurais de ameixa, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, tangerina e uva, estabelecidos no território do Município de Jundiaí.

Parágrafo único. Para fins de concessão do benefício referido no “caput” deverá ser respeitado o percentual máximo individual de até 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio do seguro rural, descontadas as subvenções dos governos federal e estadual, e o montante referido no “caput” será rateado em percentuais iguais entre o número de inscritos na forma prevista nesta Lei.

Art. 2º O Município divulgará por meio de Edital, a ser publicado na Imprensa Oficial do Município e por intermédio de mídia, com ampla publicidade, o prazo para inscrição dos interessados, bem como os requisitos a serem preenchidos para habilitação na concessão do benefício referido no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Poderão se habilitar para a concessão da subvenção econômica os produtores rurais de ameixa, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, tangerina e uva, pessoas físicas ou jurídicas, que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

I – desenvolvam efetivamente atividades agrícolas em pelo menos uma das culturas referidas no “caput” deste artigo;

II – possuam contrato de seguro rural vigente junto às sociedades autorizadas a operar em seguros pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, na forma da legislação em vigor, comprovado mediante a exibição da respectiva apólice;

III – estejam devidamente cadastrados junto aos órgãos estaduais competentes;

IV – estejam adimplentes perante a Fazenda Municipal, Estadual e Federal.

Art. 4º O rateio do montante referido no art. 1º desta Lei, dar-se-á entre os produtores rurais de ameixa, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, tangerina e uva, estabelecidos no Município, devidamente cadastrados perante a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

§ 1º Respeitadas as condições estabelecidas nesta Lei, os produtores rurais interessados deverão se inscrever, por intermédio de formulário próprio, na forma constante do Anexo I, que integra esta Lei, no prazo a ser estabelecido no Edital previsto no art. 2º desta Lei.

§ 2º As inscrições dos interessados serão efetuadas diretamente no Departamento de Agronegócios da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo, observados requisitos estabelecidos no Edital referido no art. 2º desta Lei, mediante a exibição dos seguintes documentos, por cópia simples:

I – cédula de identidade – RG;

II – comprovante de residência;

III – apólice do seguro e respectivo comprovante de pagamento.

§ 3º O valor da subvenção econômica a ser pago a cada produtor rural não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio do seguro rural efetivamente contratado e quitado pelo segurado.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo divulgará, por intermédio de Edital, o rol dos produtores rurais contemplados com o benefício, que preencheram os requisitos estabelecidos, respeitando-se a ordem de inscrição e o montante de recursos autorizado no art. 1º desta Lei.

Art. 6º O pagamento do valor relativo ao benefício tratado nesta Lei será efetuado a cada produtor rural, mediante o reembolso de até 50% (cinquenta por cento) do valor pago na contratação do seguro rural, por meio da assinatura de Termo de Compromisso, na forma constante do Anexo II, que integra esta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência do cancelamento da cobertura de risco pela Seguradora durante a vigência do contrato, o beneficiário deverá restituir aos cofres públicos a importância recebida a título do benefício, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, devidamente atualizada.

Art. 7º Os produtores rurais contemplados com o benefício de que trata esta Lei deverão observar as normas contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como as contidas na Instrução nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber.

PODER LEGISLATIVO

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento de 2017, suplementadas se necessário.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

ANEXO I

ILMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TURISMO

(Nome do Interessado e qualificação – RG, CPF) vem requerer à inscrição para habilitação visando à concessão de subvenção econômica instituída pela Lei municipal nº, de de de, correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio do seguro rural contratado e devidamente quitado, exibindo, para tanto, a documentação necessária exigida.

Nestes termos
P. Deferimento

Jundiáí, ____ de _____ de _____

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Sr., Prefeito Municipal, acompanhado do Sr., Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo, adiante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro, o Sr., (qualificação, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), beneficiário da subvenção econômica instituída pela Lei nº, nos termos do Edital nº, de de de, adiante denominado simplesmente BENEFICIÁRIO, estabelecem o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O MUNICÍPIO, na forma autorizada na Lei nº, concede ao BENEFICIÁRIO, devidamente habilitado, nos termos do Edital nº, de de de, a título de subvenção econômica, o valor de R\$ (.....), mediante depósito a ser efetuado na conta corrente e/ou poupança nº, Agência do Banco, em até (.....) dias úteis a contar da assinatura do presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

O Beneficiário se compromete a:
a) observar as boas práticas agrícolas e as normas técnicas fixadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado;
b) atender as condições gerais e/ou específicas estabelecidas no contrato de seguro rural celebrado com a Seguradora;
c) autorizar a fiscalização da atividade segurada, objeto da subvenção ora concedida, por parte da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo, por intermédio da Diretoria de Agronegócios.

d) ao cumprimento das normas legais aplicáveis, qual seja Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00 e as determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, contidas nas suas Instruções vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA RESTITUIÇÃO DO VALOR

Na hipótese de cancelamento da apólice do seguro, na vigência do contrato, o BENEFICIÁRIO deverá restituir os cofres públicos da importância recebida, a título de subvenção, devidamente atualizada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA
DISPOSIÇÕES GERAIS

O descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste Termo ensejará a restituição da importância recebida, devidamente atualizada.

CLÁUSULA QUINTA
DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Termo fica eleito o foro da Comarca de Jundiáí.
E por estarem assim justos e avençados, firmam o presente em (.....) vias de igual teor e para um só efeito de direito, na presença de duas testemunhas.

Jundiáí, ____ de _____ de _____.

Prefeito Municipal
Secretário Municipal de Agricultura,
Abastecimento e Turismo

BENEFICIÁRIO

Testemunhas:

Autógrafo
PROJETO DE LEI Nº. 12.125
Inclui no Calendário Municipal de Eventos o “**DIA DA PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO**” (31 de outubro).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É incluído no Calendário Municipal de Eventos, criado pela Lei nº. 2.376, de 21 de novembro de 1979, o “**DIA DA PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO**”, a realizar-se anualmente em 31 de outubro.
Parágrafo único. Em todo dia 31 de outubro dar-se-á ampla divulgação à proclamação do Evangelho, sem qualquer discriminação de credo dentre igrejas cristãs.
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

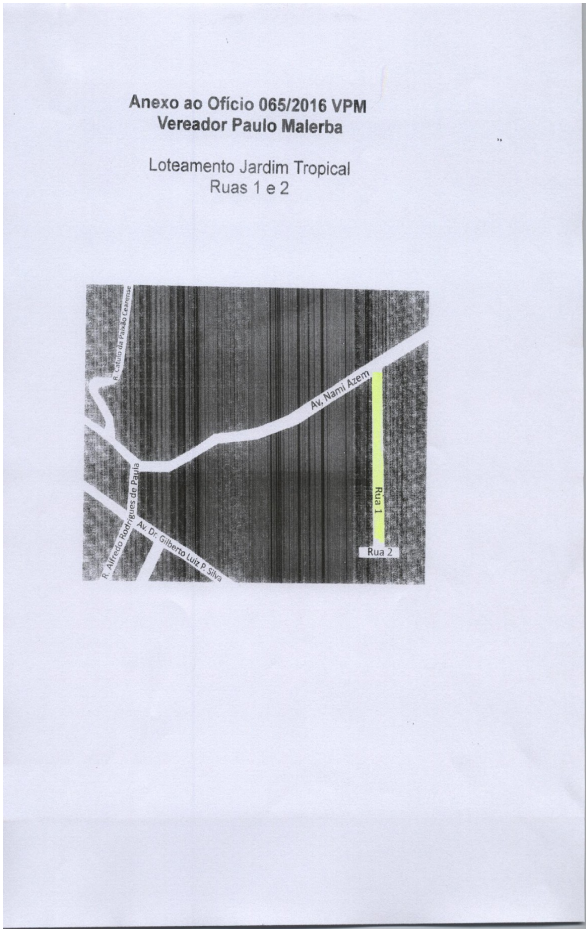
Autógrafo
PROJETO DE LEI Nº. 12.130
Denomina “**Rua EMA IVANIRA PELEGRINI**” a Rua 1 do loteamento Jardim Tropical, no Núcleo Colonial Barão de Jundiáí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**Rua EMA IVANIRA PELEGRINI**” a Rua 1 do loteamento Jardim Tropical, situado no Núcleo Colonial Barão de Jundiáí, conforme assinalado no croqui integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo
PROJETO DE LEI Nº. 12.131
Denomina “**Parque ROBERTO ODA**” a área pública localizada na Rua Roberto Gaspari, no Parque Antonieta Chaves Cintra Gordinho (“Fazenda Grande”).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada “**Parque ROBERTO ODA**” a área pública localizada na Rua Roberto Gaspari, situada no Parque Antonieta Chaves Cintra Gordinho (“Fazenda Grande”), conforme assinalado na planta integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

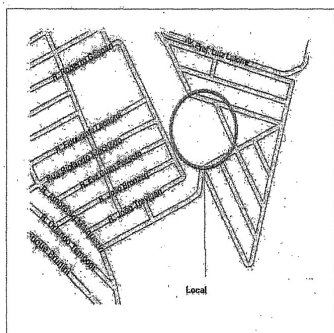
Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

PODER LEGISLATIVO



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo
Gabinete do Vereador Paulo Malerba

Anexo ao Of. VPM-051/2015



Rua Barão de Jundiaí, 128 – Anexo – Sala 26 – CEP 13201-010 – Jundiaí – SP
Caixa Postal 183 – CEP 13201-970 / Fone: (11) 4523-4505 / 4523-4517 – FAX (11) 4586-2406
e-mail: paulomalerba@camarajundiai.sp.gov.br

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.132

Redenomina "**Rua RUBENE MARIA GIANNESCHI ORLANDO**" o trecho apartado da Av. Prefeito Luís Latorre localizado no Parque Antonieta Cintra Chaves Gordinho ("Fazenda Grande"), na fase "Residencial dos Cravos".

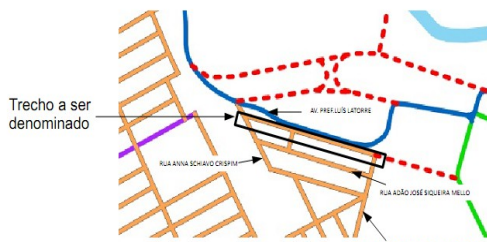
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É redenominado "**Rua RUBENE MARIA GIANNESCHI ORLANDO**" o trecho apartado da Avenida Prefeito Luís Latorre localizado no Parque Antonieta Cintra Chaves Gordinho ("Fazenda Grande"), na fase "Residencial dos Cravos", conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



* Imagem extraída do Mapa 12, Anexo I da Lei n.º 8.683, de 07 de julho de 2016

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.133

Denomina "**Rua NELSON JUSTINO**" a Rua 1 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho.

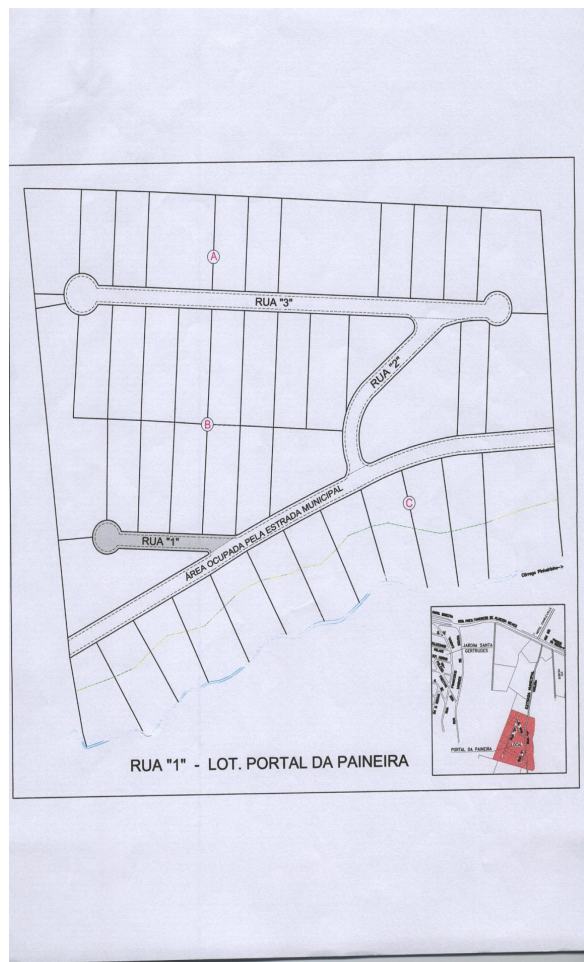
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Rua NELSON JUSTINO**" a Rua 1 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.134

Denomina "**Rua SERGIO BARRERA MARTIN**" a Rua 2 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho.

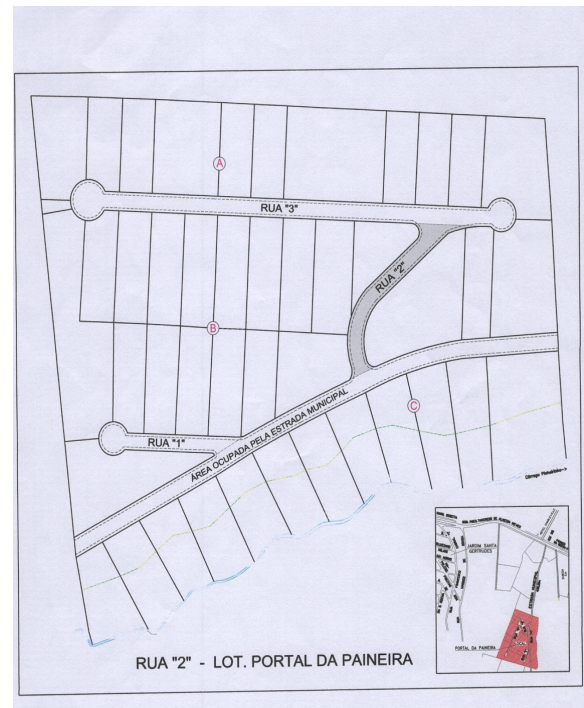
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Rua SERGIO BARRERA MARTIN**" a Rua 2 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.135

Denomina "**Rua ZULMIRA CARLOS BAPTISTA PERRONI**" a Rua 3 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho.

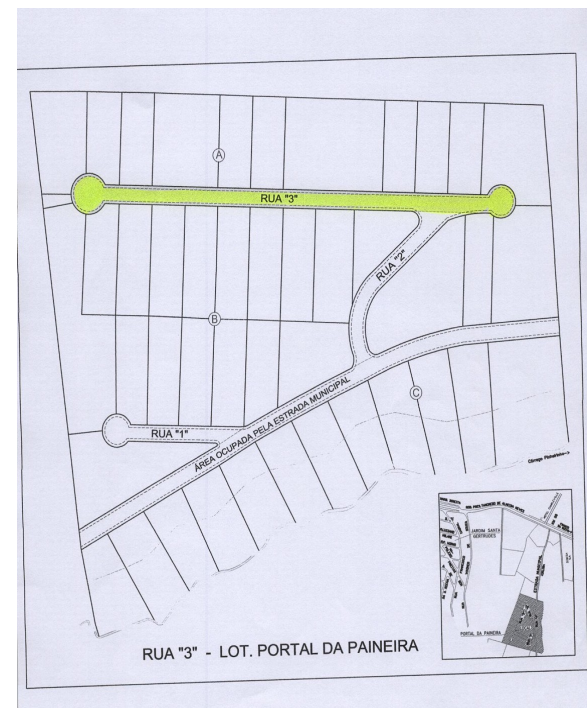
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Rua ZULMIRA CARLOS BAPTISTA PERRONI**" a Rua 3 do loteamento Portal da Paineira, localizado no Bairro Castanho, conforme assinalado na planta integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



PODER LEGISLATIVO

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.136

Denomina "**Avenida GUERINO PERRONI**" a Estrada Municipal situada no loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Avenida GUERINO PERRONI**" a Estrada Municipal situada no loteamento Portal da Paineira, localizado no Bairro Castanho, conforme assinalado na planta integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.137

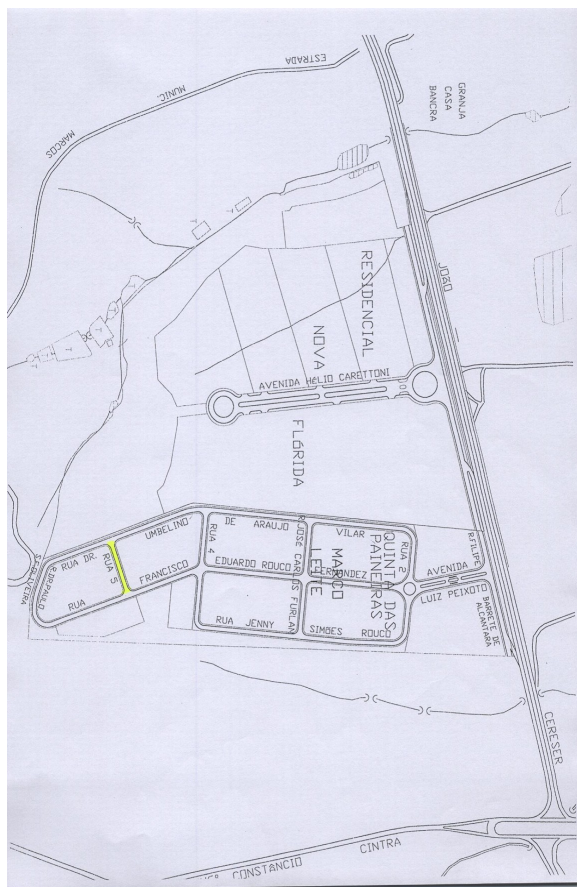
Denomina "**Rua MARIO BROLO**" a via 5 situada no loteamento Quinta das Paineiras, no Jardim Marco Leite.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Rua MARIO BROLO**" a via 5 situada no loteamento Quinta das Paineiras, localizado no Jardim Marco Leite, conforme assinalado na planta integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.138

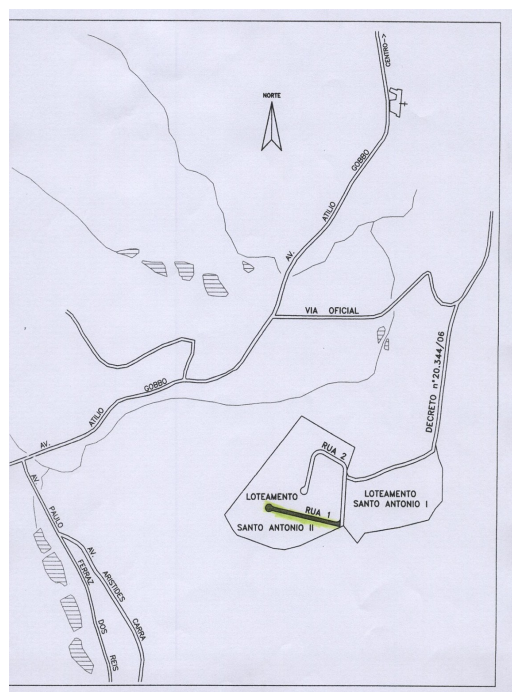
Denomina "**Rua SEBASTIÃO CARLOS TISSEU**" a Rua 1 do Condomínio Santo Antonio II, no Bairro Santa Clara.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Rua SEBASTIÃO CARLOS TISSEU**" a Rua 1 do Condomínio Santo Antonio II, no Bairro Santa Clara, conforme assinalado na planta integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.139

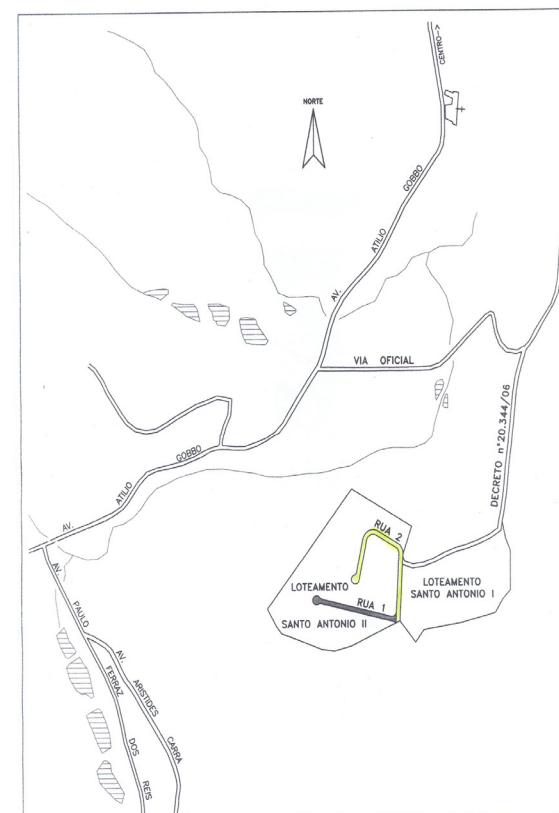
Denomina "**Rua DIOMAR RODRIGUES PARDINI**" a Rua 2 do loteamento Santo Antonio II, no Sítio Santo Antônio (Bairro Santa Clara).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**Rua DIOMAR RODRIGUES PARDINI**" a Rua 2 do Loteamento Santo Antonio II, no Sítio Santo Antônio, Bairro Santa Clara, conforme assinalado na planta integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.140

Denomina "**MARIA DAMÁSIA DE ALMEIDA**" a área pública destinada a Espaço Livre e Área Verde, localizada na Av. Monsenhor Higino de Campos (Vila Espéria/Parque Brasília).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É denominada "**MARIA DAMÁSIA DE ALMEIDA**" a área pública destinada a Espaço Livre e Área Verde, localizada na Av. Monsenhor Higino de Campos em Vila Espéria/Parque Brasília, junto à EMEB Florisa Volpi, conforme assinalado na planta integrante desta lei.
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

PODER LEGISLATIVO



Autógrafo
PROJETO DE LEI Nº. 12.141

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO JESUS LEÃO DE JUDÁ SENHOR SALVADOR.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO JESUS LEÃO DE JUDÁ SENHOR SALVADOR**, com sede nesta cidade.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

Autógrafo
PROJETO DE LEI Nº. 12.142

Altera a Lei 3.461/89, que determina responsabilização civil por dano ao patrimônio público, para especificar a pichação, prever multas e dar providências correlatas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1.º. A Lei nº. 3.461, de 18 de outubro de 1989, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 1.º (...)

(...)

X – praças públicas;

XI – monumentos e estátuas de qualquer natureza.

Art. 1.º-A. Por dano ao bem público compreende-se:

I - qualquer forma de pichação, excetuando-se a grafiteagem, desde que esta seja expressamente autorizada;

II - quebra ou destruição de quaisquer equipamentos públicos;

III - danos às pinturas das edificações, coberturas dos pontos de ônibus e respectivos bancos, incluídos os das praças e parques públicos;

IV - outros casos regulamentares.

Art 1.º-B. Aos autores dos danos e a quem, de qualquer modo, para estes concorrer, aplicar-se-á:

I – multa de:

- a) 60 (sessenta) Unidades Fiscais do Município – UFM, no caso de patrimônio privado, dobrada na reincidência;*
- b) 120 (cento e vinte) Unidades Fiscais do Município – UFM, no caso de patrimônio público, dobrada na reincidência;*
- c) 240 (duzentos e quarenta) Unidades Fiscais do Município – UFM, no caso de patrimônio público tombado, dobrada na reincidência;*

II - reparação integral do dano praticado; e

§ 1.º *No caso de os reparos serem feitos pela Administração Municipal, esta poderá cobrar o reembolso dos responsáveis pelos danos.*

§ 2.º No caso de os autores dos danos, incluindo a pichação, forem menores de idade, seus pais ou responsáveis responderão pelas punições previstas nesta Lei.” (NR)

Art. 2.º Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias do início de sua vigência.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 12.143

Declara de utilidade pública o **INSTITUTO BARRAVENTO**.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 20 de dezembro de 2016 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É declarado de utilidade pública o **INSTITUTO BARRAVENTO**, com sede nesta cidade.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte de dezembro de dois mil e dezesseis (20/12/2016).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente

175ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA
(Em 20 de dezembro de 2016)

1) ABERTURA

Horário de Início: 18h08min

1.a) Mesa Diretora

Presidência: Marcelo Roberto Gastaldo.

1.ª Secretaria: Rogério Ricardo da Silva

2.^a Secretaria: José Carlos Ferreira Dias.

1.b) Presença

Veredores presentes: Antonio de Padua Pacheco, Dirlei Gonçalves, Eliezer Barbosa da Silva, Gerson Henrique Sartori, Gustavo Martinelli, José Adair de Sousa, José Carlos Ferreira Dias, José Galvão Braga Campos, Leandro Palmarini, Marcelo Roberto Gastaldo, Márcio Petencostes de Sousa, Marilena Perdiz Negro, Paulo Eduardo Silva Malerba, Paulo Sergio Martins, Rafael Antonucci, Rafael Turrini Purgato, Roberto Conde Andrade, Rogério Ricardo da Silva e Valdecir Vilar Matheus.

2) PEQUENO EXPEDIENTE

2.a) Matérias Apresentadas

VETO No. 32/2016 - PREFEITO MUNICIPAL - VETO PARCIAL
ao PROJETO DE LEI Nº. 12.117, do Vereador JOSÉ CARLOS
FERREIRA DIAS, que institui a Campanha “DIA DE DOAR”, de
incentivo à promoção da filantropia (29 de novembro).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO No. 1704/2016 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, PAULO SERGIO MARTINS, RAFAEL ANTONUCCI - Institui na Câmara Municipal o Parlamento Jovem.

2.b) Requerimientos

- à Presidência:

Nº. 1509/2016 - LEANDRO PALMARINI - CONGRATULAÇÕES com o Conselho Central de Jundiá da Sociedade de São Vicente de Paulo pelas celebrações alusivas aos cento e vinte anos da sociedade e aos cinquenta anos da instalação do Conselho no município.

Nº. 1510/2016 - GUSTAVO MARTINELLI - CONGRATULAÇÕES com o Clube dos Surdos de Jundiá pela conquista de campeonatos de futebol no ano de 2016.

Nº. 1511/2016 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS - PESAR pelo falecimento de Dom Paulo Evaristo Arns.

2.c) Indicações Despachadas

Nº. **21173/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Tapamento de Buraco na Rua José Lins do Rego, 74 (Jardim Tamoio).
 Nº. **21174/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Instalação de tampão em boca de lobo situada na esquina da Av. Carlos Ângelo Mathion com a Rua Tomaz Antônio Gonzaga (Jardim Tamoio).
 Nº. **21175/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Tapamento de buraco Rua Tenente José Palermo, defronte ao nº 87 (Jardim Tamoio).
 Nº. **21176/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Colocação de tampão de ferro na boca de lobo situada na Rua Tenente José Palermo, defronte ao nº 15 (Jardim Tamoio).
 Nº. **21177/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Substituição da tampa de boca de lobo de concreto na rua Uva Niagara, defronte ao nº 703 (Morada das Vinhas).
 Nº. **21178/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Limpeza e corte de mato em toda extensão da Av. dos Imigrantes Italianos (Jardim Pacaembu).
 Nº. **21179/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Nivelamento das Ruas do Loteamento Pellizzari (Bairro do Poste).
 Nº. **21180/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Substituição de placa toponímica situada na Rua Spiridione Gragnani (Jardim Caxambu).
 Nº. **21181/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Tapamento de buraco na Rua Vigário J. J. Rodrigues na altura do nº 1017 (Centro).
 Nº. **21182/2016** - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Corte de mato em toda extensão do canteiro central da Av. Samuel Martins.
 Nº. **21183/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Capinagem nas guias em toda extensão da Rua Armando Rigolo (Fazenda Grande).
 Nº. **21184/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Capinagem nas guias em toda extensão da Rua Luís Salomão (Vila Rami).
 Nº. **21185/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Aplicação de herbicida nas calçadas da Rua Senador Fonseca (Centro).
 Nº. **21186/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Nivelamento da Rua José Levada (CECAP).
 Nº. **21187/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Nivelamento da Rua Luís Leardini (Ivoturucaia).
 Nº. **21188/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Redução de copas de árvores na Rua Barbalha, defronte ao número 37 (Cidade Santos Dumont).
 Nº. **21189/2016** - ANTONIO DE PADUA PACHECO - Desinsetização de bueiros e bocas de lobo, nas proximidades do número 101 da Rua Aristarco Nogueira (Jardim Mercii II).
 Nº. **21190/2016** - ELIEZER BARBOSA DA SILVA - Tapamento de buraco na Avenida Professora Danielle Lourençon, com cruzamento com a Estrada Municipal do Varjão (CDHU - Novo Horizonte).
 Nº. **21191/2016** - ELIEZER BARBOSA DA SILVA - Corte de mato em todo o entorno da Praça Onofre Canedo (Parque Almerinda Chaves).
 Nº. **21192/2016** - ELIEZER BARBOSA DA SILVA - Limpeza de todas as vielas existentes no bairro Parque Residencial Almerinda Chaves.
 Nº. **21193/2016** - ELIEZER BARBOSA DA SILVA - Corte de mato em todo o entorno do bairro Parque Residencial Novo Horizonte.
 Nº. **21194/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura da faixa de pedestres localizada na Rua General Carneiro, em frente aos Correios (Vila Arens II).
 Nº. **21195/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura de sinalização de solo "pare" no cruzamento entre as ruas Wately e Moreira César (Vila Arens II).
 Nº. **21196/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura da faixa de pedestres localizada na Rua Francisco Teles, em frente a entrada da APAE (Vila Arens II).

PODER LEGISLATIVO

Nº. **21197/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura de sinalização de solo “pare” na Rua República, próximo a APAE (Vila Arens II).
Nº. **21198/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura de sinalização de solo “pare” na Rua Bento Pires, na altura do nº 16 (Vila Arens II).
Nº. **21199/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura da faixa de pedestres localizada no cruzamento entre as ruas Tibiriça e Fernando Arens (Vila Arens II).
Nº. **21200/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura de sinalização de solo “pare” no cruzamento entre a Rua Tibiriça e Av. São Paulo (Vila Arens II).
Nº. **21201/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Repintura de toda a sinalização de solo da Rua Vagner de Souza (Jardim Santa Gertrudes).
Nº. **21202/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Tapamento de vários buracos localizados em toda extensão da Rua Vagner de Souza (Jardim Santa Gertrudes).
Nº. **21203/2016** - DIRLEI GONÇALVES - Rondas ostensivas da Guarda Municipal no Jardim Estádio.
Nº. **21204/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Tapamento de buraco na Rua Hugo Brandini, nas proximidades do n.º 46 (Jardim Adélia).
Nº. **21205/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Realização de “operação tapa-buracos” na Avenida São Paulo, no trecho entre a Rua Maestro José Bovolenta e a Rua Moreira César (Vila Arens).
Nº. **21206/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Corte de mato nas calçadas e meio-fio na Rua Carlos Augusto de Souza Lima, no trecho entre a Avenida Dr. Sebastião Mendes Silva e a Rua José Bonifácio de Andrada e Silva (Anhangabaú).
Nº. **21207/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Tapamento de buracos na Rua Prof. José Leme do Prado, próximo ao n.º 300 (Jardim Primavera).
Nº. **21208/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Rondas ostensivas da Guarda Municipal na Vila Maringá.
Nº. **21209/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Corte de mato em viela existente ao lado do n.º 963 da Rua Dr. Antenor Soares Gandra (Colônia).
Nº. **21210/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Tapamento de buraco na Avenida Dr. Hélio Campos, nas proximidades do n.º 336 (Jardim Adélia).
Nº. **21211/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Recapeamento da Rua Zuferey, especialmente próximo ao n.º 78 (Vila Arens).
Nº. **21212/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Tapamento de buraco na Rua Vigário João José Rodrigues, altura do n.º 1017 (Centro).
Nº. **21213/2016** - PAULO SERGIO MARTINS - Rondas ostensivas da Guarda Municipal na Vila Comercial.
Nº. **21214/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Instalação de máquina de raio-X e extensão de horário de atendimento do PA do Bairro do Retiro.
Nº. **21215/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Implantação de parque botânico ou praça em área pública localizada no final da Rua Cândido Portinari (Jardim Gramadão).
Nº. **21216/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Recapeamento das ruas dos bairros Retiro, Jardim Guanabara, Gramadão e Vila Alvorada.
Nº. **21217/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Ampliação do número de vagas em creche para atender demanda do Jardim Tamoio e Bairro Medeiros.
Nº. **21218/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Fiscalização do Centro de Controle de Zoonoses em imóvel situado na Rua Manoel Fernandes Martins, n.º 60 (Bairro Colônia).
Nº. **21219/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Recapeamento em toda a extensão da Avenida Francisco Nobre e da Avenida Reynaldo Porcari (Bairro Medeiros).
Nº. **21220/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Implantação de programas de bolsas de estudos na Escola Superior de Educação Física (ESEF) e na Faculdade de Medicina de Jundiáí (FMJ).
Nº. **21221/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Revitalização de área pública na confluência das Ruas Álvaro Francisco Bizarro, Giovanni Morandini e Eng. Hermenegildo Campos de Almeida (Jardim Paulista II).
Nº. **21222/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Aumento de cota de exames oferecidos nas UBSS para detecção de câncer de colo de útero.
Nº. **21223/2016** - RAFAEL TURRINI PURGATO - Subsídio para jundiaíenses que estudam fora da cidade em instituições públicas.
Nº. **21224/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buraco na Rua de João Oliveira Prado, n.º 170 (Cidade Nova).
Nº. **21225/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Reparo em calha d'água pluvial na Rua Robert Ting, n.º 111 (Vila Marlene).

Nº. **21226/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Reparos na camada asfáltica da Rua Miguel Hilário Navarrete Sanches, n.ºs 25, 40 e 150 (Vila Marlene).
Nº. **21227/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buraco na Rua Antonio Lourenzon, n.º 25 (Jardim Sales).
Nº. **21228/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Reparos na camada asfáltica da Rua Dr. Amadeu Sacchi, n.º 286 (Vila Hortolândia).
Nº. **21229/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Reparo em tampão de bueiro na Rua Irma Traldi (Cidade Santos Dumont).
Nº. **21230/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Reparo na camada asfáltica da Rua Maria do Carmo Pontes Oliveira, n.º 110 (Cidade Jardim).
Nº. **21231/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Reparo na calha d'água pluvial na Rua Anna Rodrigues Barbosa (Cidade Jardim).
Nº. **21232/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Tapamento de buraco na Rua Dr. Jayme Pinheiro Ulhôa Cintra (Cidade Luiza).
Nº. **21233/2016** - VALDECI VILAR MATHEUS - Poda radical em árvore na Rua Batalha dos Guarapés, n.º 70 (Jardim Carlos Gomes).

3) ORDEM DO DIA
Matérias Apreciadas
ITEM 1 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No. 1003/2015 - GERSON HENRIQUE SARTORI - Prevê incentivo fiscal a teatros e espaços culturais pela apresentação de espetáculos de arte cênica gratuitos e abertos ao público. Aprovado(a)
ITEM 2 - VETO No. 31/2016 - PREFEITO MUNICIPAL - VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI Nº. 11.976, do Vereador RAFAEL ANTONUCCI, que altera a Lei 8.043/2013, que assegura a pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência visual embarque e desembarque dos ônibus fora dos pontos de parada, para estender o benefício a idosos e mulheres a partir das 22h00. Rejeitado(a)
ITEM 3 - PROJETO DE LEI No. 11919/2015 - GERSON HENRIQUE SARTORI - Exige, em estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, cartaz educativo sobre os riscos de seu consumo. Aprovado(a)
ITEM 4 - PROJETO DE LEI No. 12064/2016 - PAULO SERGIO MARTINS - Denomina “Av. VALTER TOZETTO JUNIOR” a Avenida Marginal II do loteamento Bosque dos Jacarandás. Aprovado(a)
ITEM 5 - PROJETO DE LEI No. 12078/2016 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Denomina "Estrada EDUARDO TORESAN" ("Barrica") a via pública situada entre a Rod. Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e a Av. Guilherme Porcari, no Bairro Portal do Medeiros. Aprovado(a)
ITEM 6 - PROJETO DE LEI No. 12079/2016 - MARCELO ROBERTO GASTALDO - Denomina "Rua LUIZA MARIA DOS SANTOS" a Rua 1 do loteamento Flores do Paraíso, no Jardim São Vicente. Aprovado(a)
ITEM 7 - PROJETO DE LEI No. 12091/2016 - GUSTAVO MARTINELLI - Denomina “RUA FLORINDO GAMBINI” a Rua 1 do loteamento Chácaras de Recreio Terra Nova. Adiado
ITEM 8 - PROJETO DE LEI No. 12092/2016 - RAFAEL TURRINI PURGATO - Denomina “Av. ANGELA LEARDINI PADOVAN” a via pública que dá acesso ao loteamento Santo Antônio II, no Bairro Santa Clara. Aprovado(a)
ITEM 9 - PROJETO DE LEI No. 12093/2016 - RAFAEL TURRINI PURGATO - Denomina “PRAÇA MIGUEL HESPAÑOLETO” a área pública situada entre a Av. Mons. Higino de Campos e a Rua Reinaldo Orsi, em Vila Espéria/Parque Brasília. Aprovado(a)
ITEM 10 - PROJETO DE LEI No. 12107/2016 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS - Denomina “ADELINO TONDATO” a Via de Pedestre 2, situada na gleba I-D do loteamento Água Doce, no Bairro Água Doce. Aprovado(a)
ITEM 11 - PROJETO DE LEI No. 12130/2016 - PAULO EDUARDO SILVA MALERBA - Denomina “Rua EMA IVANIRA PELEGRI” a Rua 1 do loteamento Jardim Tropical, no Núcleo Colonial Barão de Jundiáí. Aprovado(a)
ITEM 12 - PROJETO DE LEI No. 12131/2016 - PAULO EDUARDO SILVA MALERBA - Denomina "Parque ROBERTO ODA" a área pública localizada na Rua Roberto Gaspari, no Parque Antonieta Chaves Cintra Gordinho (“Fazenda Grande”). Aprovado(a)
ITEM 13 - PROJETO DE LEI No. 12132/2016 - PAULO EDUARDO SILVA MALERBA - Redenomina "Rua RUBENE MARIA GIANNESCHI ORLANDO" o trecho apartado da Av. Prefeito Luís Latorre localizado no Parque Antonieta Cintra Chaves Gordinho ("Fazenda Grande"), na fase "Residencial dos Cravos". Aprovado(a)
ITEM 14 - PROJETO DE LEI No. 12133/2016 - DIRLEI GONÇALVES - Denomina "Rua NELSON JUSTINO" a Rua 1 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho. Aprovado(a)

ITEM 15 - PROJETO DE LEI No. 12134/2016 - DIRLEI GONÇALVES - Denomina "Rua SERGIO BARRERA MARTIN" a Rua 2 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho. Aprovado(a)
ITEM 16 - PROJETO DE LEI No. 12135/2016 - GERSON HENRIQUE SARTORI - Denomina "Rua ZULMIRA CARLOS BAPTISTA PERRONI" a Rua 3 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho. Aprovado(a)
ITEM 17 - PROJETO DE LEI No. 12136/2016 - GERSON HENRIQUE SARTORI - Denomina "Avenida GUERINO PERRONI" a Estrada Municipal situada no loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho. Aprovado(a)
ITEM 18 - PROJETO DE LEI No. 12137/2016 - GERSON HENRIQUE SARTORI - Denomina "Rua MARIO BROLO" a via 5 situada no loteamento Quinta das Paineiras, no Jardim Marco Leite. Aprovado(a)
ITEM 19 - PROJETO DE LEI No. 12138/2016 - RAFAEL TURRINI PURGATO - Denomina "Rua SEBASTIÃO CARLOS TISSEU" a Rua 1 do Condomínio Santo Antonio II, no Bairro Santa Clara. Aprovado(a)
ITEM 20 - PROJETO DE LEI No. 12139/2016 - RAFAEL TURRINI PURGATO - Denomina “Rua DIOMAR RODRIGUES PARDINI” a Rua 2 do loteamento Santo Antonio II, no Sítio Santo Antônio (Bairro Santa Clara). Aprovado(a)
ITEM 21 - PROJETO DE LEI No. 12140/2016 - RAFAEL TURRINI PURGATO - Denomina “MARIA DAMÁSIA DE ALMEIDA” a área pública destinada a Espaço Livre e Área Verde, localizada na Av. Monsenhor Higino de Campos (Vila Espéria/Parque Brasília). Aprovado(a)
ITEM 22 - PROJETO DE LEI No. 12141/2016 - BANCADA DO PSDB - Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO JESUS LEÃO DE JUDÁ SENHOR SALVADOR. Aprovado(a)
ITEM 23 - PROJETO DE LEI No. 12060/2016 - PREFEITO MUNICIPAL - Autoriza crédito orçamentário para atender a Escola Superior de Educação Física de Jundiáí (R\$ 128.000,00). Aprovado(a)
ITEM 24 - PROJETO DE LEI No. 11921/2015 - GERSON HENRIQUE SARTORI - Exige, em todo estabelecimento médico especializado em obstetrícia, divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal. Aprovado(a)
ITEM 25 - PROJETO DE LEI No. 12063/2016 - PAULO SERGIO MARTINS - Autoriza fechamento de ruas sem saída, vilas e loteamentos, nas condições que especifica. Aprovado(a)
ITEM 26 - PROJETO DE LEI No. 12111/2016 - PREFEITO MUNICIPAL - Autoriza subvenção econômica, no exercício de 2017, para produtores rurais de frutas (até R\$ 300.000,00); e dá providências correlatas. Aprovado(a)
ITEM 27 - PROJETO DE LEI No. 12125/2016 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, RAFAEL ANTONUCCI - Inclui no Calendário Municipal de Eventos o “DIA DA PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO” (31 de outubro). Aprovado(a)
ITEM 28 - PROJETO DE LEI No. 12142/2016 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS - Altera a Lei 3.461/89, que determina responsabilização civil por dano ao patrimônio público, para especificar a pichação, prever multas e dar providências correlatas. Aprovado(a)
ITEM 29 - PROJETO DE LEI No. 12143/2016 - PAULO EDUARDO SILVA MALERBA - Declara de utilidade pública o INSTITUTO BARRAVENTO. Aprovado(a)
ITEM 30 - MOÇÃO No. 439/2016 - ELIEZER BARBOSA DA SILVA - REPÚDIO aos Ministros da 1.ª turma do Supremo Tribunal Federal, que votaram pela procedência do Habeas Corpus 124.306, em que descriminaliza a prática do aborto até o terceiro mês de gestação. Aprovado(a)
ITEM 31 - MOÇÃO No. 440/2016 - VALDECI VILAR MATHEUS - Apoio ao Projeto de Lei Federal nº. 6.596/2016, do Deputado Takayama (PSC/PR), que dá nova redação ao art. 31-A da Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Aprovado(a)
ITEM 32 - MOÇÃO No. 441/2016 - PAULO EDUARDO SILVA MALERBA - REPÚDIO à reestruturação e ao fechamento de agências do Banco do Brasil. Aprovado(a)
ITEM 33 - MOÇÃO No. 442/2016 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS - Apoio do Projeto de Lei nº. 819/2016, do Deputado Estadual Celino Cardoso (PSDB-SP), que dispõe sobre a possibilidade de pessoas feridas em acidentes de trânsito e outros acidentes serem encaminhadas pelo Corpo de Bombeiros ou assemelhados para hospitais conveniados aos seus planos de saúde e dá outras providências. Aprovado(a)
ITEM 34 - MOÇÃO No. 444/2016 - LEANDRO PALMARINI - APOIO à Operação Lava Jato, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro já desenvolvida no Brasil. Aprovado(a)

PODER LEGISLATIVO

ITEM 35 - MOÇÃO No. 445/2016 - VALDECI VILAR MATHEUS - Apoio ao Projeto de Lei Federal nº. 6.449/2016 do Deputado Marcelo Aguiar (DEM/SP), que obriga as operadoras que disponibilizam o acesso à rede mundial de computadores, criarem sistema que filtra e interrompe automaticamente na internet todos os conteúdos de sexo virtual, prostituição, sites pornográficos. Aprovado(a)

ENG. MARCELO GASTALDO
PRESIDENTE

VETO No. 32/2016
(Prefeito Municipal)

VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI Nº. 12.117, do Vereador JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, que institui a Campanha “DIA DE DOAR”, de incentivo à promoção da filantropia (29 de novembro).

Ofício G.P.L nº 414/2016
Processo nº. 32.358-8/2016

Jundiaí, 13 de dezembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:

Cumpre-se comunicar a V. Exª. e aos Nobres Vereadores que, com fundamento nos artigos 72, inciso VII e 53, da Lei Orgânica do Município, estamos apondo **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei Ordinária nº 12.117, aprovado por essa E. Edilidade em Sessão Ordinária realizada no dia 29 de novembro de 2016, por considerá-lo ilegal e inconstitucional, consoante as razões a seguir aduzidas: A presente propositura pretende instituir a Campanha “Dia de Doar”, de incentivo à promoção da filantropia (29 de novembro). No que tange a este aspecto, não se vislumbra qualquer vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade. No entanto, o **artigo 2º do Projeto de Lei em deslinde**, ao determinar a regulamentação da lei pelo Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, não observa a competência do Prefeito para expedir decretos, na forma prevista no **artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal**. Desta feita, a imposição de prazo para o Chefe do Poder Executivo regulamentar a lei, bem como a interferência do Legislativo em matéria, cuja reserva de competência está assegurada ao Chefe do Poder Executivo (poder regulamentar), afrontam o **artigo 2º da Constituição Federal, os artigos 5º e 144 da Constituição do Estado de São Paulo e o artigo 4º da Lei Orgânica de Jundiaí, que consagram o princípio da separação e harmonia entre os poderes**. A fim de corroborar com o acima exposto, é curial transcrever a ementa de recente decisão do **Colendo Supremo Tribunal Federal, ipsis litteris**:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE

(Ofício G.P.L nº 414/2016 – Proc. nº. 32.358-8/2016 – PL 12.117 – fls. 2)

NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQÜENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - **O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo**. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação “ultra vires” do **Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais** (RE 427574 ED, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-030 DIVULG 10-02-2012 PUBLIC 13-02-2012 RT v. 101, n. 922, 2012, p. 736-741) – Grifa-se. Assim procedendo, o legislador feriu, também, explicitamente, o

artigo 111 da Constituição Estadual, a saber:

Art. 111 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público.

Nessa esteira, leciona **Hely Lopes Meirelles**:

“A atribuição típica e predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a Administração do Município e a conduta dos munícipes no que afeta aos interesses locais. A Câmara não administra o Município; estabelece, apenas, normas de administração. De um modo geral, pode a Câmara, por deliberação do plenário, indicar medidas administrativas ao prefeito adjuvandi causa, isto é, a título de colaboração e sem força coativa ou obrigatória para o Executivo; **o que não pode é prover situações concretas por seus próprios atos ou**

(Ofício G.P.L nº 414/2016 – Proc. nº. 32.358-8/2016 – PL 12.117 – fls. 3)

impor ao Executivo a tomada de medidas específicas de sua exclusiva competência e atribuição. Usurpando funções do Executivo, ou suprimindo atribuições do prefeito, a Câmara praticará ilegalidade reprimível por via judicial.” (Direito Municipal Brasileiro. 13ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, p. 586) – Grifa-se.

Neste diapasão, o *quantum* disposto no **artigo 2º da propositura** está eivado de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

Por derradeiro, evidencia-se que nem a sanção do Prefeito supre os mencionados vícios. A iniciativa não está à disposição do seu titular para que ele a delegue a quem lhe aprouver, mas, sim, é uma obrigação funcional do agente político.

Por todo o exposto, estamos convictos de que os Nobres Edis não hesitarão em acatar as razões de **VETO PARCIAL** aqui aduzidas, visto que o presente projeto não tem o condão de transformar-se, totalmente, em lei.

Nesta oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
Vereador MARCELO ROBERTO GASTALDO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 1.704

(José Carlos Ferreira Dias, Paulo Sergio Martins e Rafael Antonucci)
Institui na Câmara Municipal o Parlamento Jovem.

Art. 1.º É instituído na Câmara Municipal o Parlamento Jovem, anual, composto de alunos do ensino médio regularmente matriculados em escolas públicas e particulares estabelecidas no Município, de dezesseis a dezoito anos de idade, portadores de título eleitoral.

§ 1º O Parlamento Jovem tem caráter educativo e visa a possibilitar a vivência do processo democrático, com eleição, diplomação, posse, exercício de mandato e participação em jornada simulada de trabalho parlamentar.

§ 2º O Parlamento Jovem terá vagas em número igual ao de vagas da Câmara Municipal, não enseja nenhuma remuneração, será composto após aviso público veiculado na Imprensa Oficial e o integrante chamar-se-á “Jovem Vereador”.

Art. 2º A escola interessada elegerá, no primeiro semestre do ano letivo, pelo voto facultativo dos alunos do ensino médio, um representante.

§ 1º O processo eleitoral será estabelecido pelos diretores de escola e pela autoridade de ensino, conjuntamente.

§ 2º A candidatura é condicionada a:

I- filiação a um partido temático correspondente a questão estudada na escola, assim considerados, entre outros: Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Agricultura, Educação, Consumidor, Juventude, Segurança Pública, Saúde, Habitação, Cultura e Emprego;

II- avaliação de notas e de comportamento e apresentação de trabalhos, entre outros requisitos.

§ 3º. Havendo mais escolas interessadas do que vagas, far-se-á sorteio público.

§ 4º. Havendo menos escolas interessadas do que o número de vagas, chamar-se-ão suplentes.

§ 5º Respeitar-se-á paridade entre escolas públicas e privadas; na impossibilidade disto, dar-se-á preferência às escolas públicas ou far-se-á sorteio público.

Art. 3.º Considerar-se-á integrante do Parlamento Jovem o aluno assim identificado pelo respectivo diretor perante a autoridade de ensino, que, finalizado o processo eleitoral, transmitirá ao Presidente da Câmara a lista dos eleitos até ao final do primeiro semestre do ano letivo.

Art. 4.º O Parlamento Jovem reunir-se-á no segundo semestre do ano letivo, no recinto do Plenário, em sessão pública que poderá coincidir com o Dia Municipal da Juventude (12 de agosto).

§ 1º Comissão interna da Câmara Municipal, de no mínimo 03 (três) servidores, oferecerá aos interessados orientação sobre composição e funcionamento do Parlamento Jovem e sobre organização e divulgação, junto às escolas, da sessão referida no “caput”.

§ 2º O “Jovem Vereador” poderá, no exercício do mandato, elaborar proposições, em termos análogos aos do Regimento Interno da Edilidade.

§ 3º A sessão compreenderá:

I – primeira fase, com duração de quinze minutos, para:

a) eleição do presidente da sessão e de dois secretários;

b) anúncio dos assuntos a serem debatidos e votados, à vista de propostas oferecidas pelos integrantes;

c) divisão, entre os interessados, do tempo de fala na segunda fase;

II – segunda fase, com duração de duas horas, prorrogável por uma hora, para debates;

III – terceira fase, com duração de quinze minutos, para:

a) votações;

b) leitura, pelo secretário, de relatório sumário dos trabalhos.

§ 4º O presidente do Parlamento Jovem apresentará o relatório sumário:

I – ao Presidente da Câmara Municipal, ao final da sessão;

II – ao Prefeito Municipal, em audiência própria;

III – a outras autoridades, se isto houver sido votado.

§ 5º Cumprido o disposto no parágrafo anterior, o Parlamento Jovem:

I- reunirá em pasta própria os seus papéis, apresentando-a à Secretaria da Câmara Municipal, para arquivamento nos anais; e

II- considerar-se-á dissolvido.

Art. 5º Este decreto legislativo será regulamentado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início de sua vigência, e terá destaque permanente no Portal da Câmara Municipal.

Art. 6º. O Decreto Legislativo 507, de 15 de abril de 1992, é revogado.

Art. 7º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19/12/2016

JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS (‘ZÉ DIAS’)

PAULO SERGIO MARTINS

RAFAEL ANTONUCCI

Justificativa

Não se tem nenhuma dúvida sobre a importância da participação dos estudantes na elaboração de políticas públicas voltadas ao fomento da cidadania junto às comunidades, nos mais diferentes segmentos.

A instituição do Parlamento Jovem propicia essa oportunidade, a partir das escolas permitindo que os estudantes se aproximem mais dos conceitos de cidadania, passando a contribuir e expandir o seu caráter construtivo, aprimorando valores socioculturais e educacionais em favor de toda a comunidade.

A nosso ver, mais do que nunca estamos precisando fomentar o espírito de cidadania, civismo, interesse pelo bem comum e respeito ao próximo, entre os nossos estudantes. De modo que o Parlamento Jovem, junto a Câmara Mirim, apresentada em outra proposição, poderá contribuir com esse processo, para o que contamos com o apoio dos prezados colegas vereadores. Registrando que o Parlamento Jovem vem se tornando realidade em várias câmaras municipais do Brasil, com total incentivo e apoio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Federal em Brasília. E Jundiaí, por certo, não pode e não deve ficar de fora dessa tão importante iniciativa.

Fundamental esclarecer que desde 1992 nossa Câmara Municipal tem a Câmara Jovem instituída pelo Decreto Legislativo nº. 507/1992, originário do PDL de autoria do saudoso Erazé Martinho, que por alguma razão não avançou em seus propósitos. Não obstante ser uma das mais notáveis iniciativas, sobretudo na sua essência, que é fomentar a cidadania entre a comunidade estudantil. O Parlamento Jovem, por outro lado, vem sendo estimulado Brasil afora e dezenas de cidades do Interior Paulista já contam com a participação do “Jovem Vereador” com resultados dos mais notáveis e reflexos favoráveis junto às escolas e diferentes comunidades. Culminando com a participação dos estudantes nos Paramentos Jovens da Assembleia Legislativa do Estado e Câmara dos Deputados em Brasília. Por essa razão pensamos trazer de volta o importante Decreto Legislativo existente na Casa, promover as necessárias adaptações e tornar possível sua efetiva implementação, de modo a estimular a participação dos estudantes nos projetos de cidadania. E contamos com o apoio dos demais colegas para a devida aprovação.

JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS (‘ZÉ DIAS’)

PAULO SERGIO MARTINS

RAFAEL ANTONUCCI



TELEFONES ÚTEIS

Polícia Militar

190

Polícia Civil

197

Defesa Civil

199

Corpo de Bombeiros

193

Guarda Municipal

153

Disque Direitos Humanos

100

Disque Denúncia

181

Atendimento ao munícipe

156SAMU
Serviço de Atendimento
Móvel de Urgência**192**

Vigilância Sanitária

150

Prefeitura de Jundiaí	4589-8400
Banco do Povo	4522-5938
Biblioteca Municipal	4527-2110
Câmara Municipal	4523-4500
Conselho Tutelar I	4521-4608
Conselho Tutelar II	4526-7726
Conselho Tutelar III	4522-0324
Cemitério Nossa Senhora do Desterro	4521-6092
Cemitério Nossa Senhora do Montenegro	4526-1086
Cemitério dos Ipês	4582-1481
Centro Jundiense de Cultura, Pinacoteca	4586-2326
Corpo de Bombeiros	193
DAE S/A	4589-1300
Defesa Civil	199
Fiscalização de Trânsito	4521-2594
Estação Rodoviária	4521-0981
Estação Ferroviária	4816-2033
Fórum	4586-8111
GM	153
Hospital São Vicente	4583-8155
Hospital Universitário	4527-5700
Hospital Regional	4527-4700
Museu Histórico e Cultura de Jundiaí	4521-6259
Museu da Cia. Paulista (Museu Ferroviário)	4522-4727
Ouvidoria do Município	0800771 11 57
PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador	4586-2731
Polícia Militar	190
Poupatempo	0800772 36 33
Teatro Polytheama	4586-2472
Transurb	4586-7022
Velório Municipal	4521-2499

Centros Esportivos

Antonio de Lima (Agapeama)	4587-6620
Antonio Iacovino (Vila Nambi)	4533-5717
Antonio Marcussi (Vila Cristo)	4526-8100
Antonio Ovídio Bueno (Vila Liberdade)	4586-2421
Aramis Poli (Vila Hortolândia)	4815-1448
Benedito de Lima (Retiro)	4581-7944
Francisco Álvaro Siqueira Neto (Jardim Martins)	4587-0042
Francisco Dal Santo (Vila Rami)	4587-5303
Jardim Ângela (Vila Aparecida)	4526-2002
José Brenna – Sororoca (Vila Municipal)	4586-2420
José Marchi (Novo Horizonte)	4582-8859
José Pedro Raymundo (Vila Rio Branco)	4521-1640

Léo Pereira Lemos Nogueira (Medeiros)	4522-7599
Francisco Gastaldo (Morada das Vinhas)	4582-4657
Nicolino de Lucca – Bolão (Anhangabaú)	4521-8887
Nilo Avelino Macedo (Jardim Esplanada)	4817-1178
Vanderlei Antonio Sperandio (Jd. Santa Gertrudes)	4537-2330
Romão de Souza	4533-2171

Parques

Jardim Botânico	4523-1012
Pq. Botânico Eloy Chaves	4582-6194
Pq. Botânico Tulipas Professor Aziz Ab'Saber	4581-6000
Pq. Comendador Antônio Carbonari (Pq. da Uva)	4521-6837
Parque da Cidade	4522-0499
Pq. do Trabalhador – Corrupira	4582-0721
Unidade de Desenvolvimento Municipal (Unidam)	4521-1713

Terminais de Ônibus

Terminal Cecap	4582-4000
Terminal Central	4521-2162
Terminal Colônia	4533-8034
Terminal Eloy Chaves	4581-7704
Terminal Hortolândia	4815-3506
Terminal Rami	4526-6508
Terminal Vila Arens	4587-0044

Saúde

UBS Eloy Chaves	4582-2017
UBS Fazenda Grande	4582-4339
UBS Guanabara	4582-1420
UBS Hortolândia	4582-7731
UBS Novo Horizonte	4815-1516
UBS Retiro	4582-1326
UBS Sarapiranga	4525-0059
UBS Tamoio	4533-0516
UBS Traviú	4582-2226
UBS Tulipas	4582-0678
UBS Agapeama	4526-1072
UBS Central	4522-7554
UBS Comercial	4526-1367
UBS Rami	4526-6578
UBS Rio Banco	4521-4649
UBS Santa Gertrudes	4537-1268
USF Jd. Santa Gertrudes	4537-3303
USF Vila Ana	4586-1155
USF Vila Esperança	4587-5554
UBS Anhangabaú	4587-1457

UBS Aparecida	4587-4337
UBS Caxambu	4584-1847
UBS Colônia	4533-6025
UBS Corrupira	4582-4056
UBS Ivoituruaia	4584-0125
UBS Jundiaí Mirim	4584-3674
UBS Rio Acima	4535-1132
UBS Rui Barbosa	4533-0256
UBS Esplanada	4587-1928
UBS Jardim do Lago	4587-4339
UBS Maringá	4587-6153
UBS Morada das Vinhas	4581-5993
UBS Pitangueiras	4587-5271
UBS São Camilo	4526-2108
UBS Tarumã	4584-0372
USF Parque Centenário	4581-9666
USF Vila Marlene	4582-0396
Amb. FMJ	4587-6811
Centro de Orientação e Apoio Sorológico	4586-2402
Amb. Moléstias Infecciosas	4586-8311
Amb. Saúde da Mulher	4527-4600
Amb. Saúde Mental	4521-8859
Banco de Leite	4521-7244
Caps Infantil	4497-1172
Caps Adulto	4492-4543
Núcleo de Assistência a pessoa com Deficiência	4521-5612
Criju	4526-3316
Centro Odontológico	4817-3977
Cerest - Visat	4521-8666
Cead	4522-4277
Hospital São Vicente	4583-8155
Hospital Universitário	4527-5700
Nis	4588-7388
Policlínica Hostolândia	4582-6989
Policlínica Retiro	4582-4200
PA. Ponte São João	4526-2020
Serviço de Verificação de Óbito	4587-9540
Samu	4587-2030
Coordenação Urgência e Emergência	4587-6647
Vigilância Alimentos	4527-3840
Vigilância Sanitária	4527-3841
Vigilância Epidemiológica	4521-2031
Zoonoses	4521-0660